

deBatEs#3

ESQUERDA SOCIALISTA

**ESCOLHE
O FUTURO!**



2 e 3 Junho 2007 | Fórum Lisboa

V Convenção do Bloco de Esquerda

deBatEs #3

Índice

- 3 → Proposta de Regimento para a V Convenção**
- 5 → Moção A: “A ESQUERDA SOCIALISTA COMO ALTERNATIVA AO GOVERNO SÓCRATES”**
- 21 → Moção B: “POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA”**
- 30 → Moção C: “TODOS NA LUTA, EM TODAS AS LUTAS!”**
- 48 → Moção D: “O BLOCO POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA”**
- 57 → Guião de Votações das Propostas de Alteração aos Estatutos**

Editor: Bloco de Esquerda

Morada: Av. Almirante Reis, 131 – 2º 1150-015 Lisboa

Ano: 2007

Nº depósito legal: 257898/07

Impressão Rainho & Neves, Lda - Santa Maria da Feira

Tiragem: 1000 exemplares

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A V CONVENÇÃO

Data e lugar

1. A V Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 2 e 3 de Junho de 2007, no Fórum Lisboa.

Composição

2. A Convenção é constituída pelos delegados/as que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegados/as por inerência.

4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as os restantes aderentes do Bloco de Esquerda no pleno uso dos seus direitos estatutários, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

Direcção dos Trabalhos

7. A V Convenção inicia-se com a credenciação dos/as delegados/as e a eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegados/as. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa o anúncio das votações e a proclamação dos resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, de-

signadamente as não previstas neste Regimento.

Intervenções, propostas e debates

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre a Moção de Orientação e Estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às Moções de Orientação será introduzido por um representante de cada proposta validada, sendo-lhes assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, em tempos iguais para cada Moção em ambos os casos.

15. Cada Moção de Orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 22 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções dos/as seus delegados proporcional ao número total de delegados/as eleitos/as para a Convenção.

- a) No caso de uma proporcionalidade inferior a 1%, a Mesa garante como limiar mínimo o direito ao tempo de uma intervenção;
- b) Nenhuma moção poderá ter mais do que dois terços do tempo disponível para debate.
- c) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a Moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. As/os delegados só poderão dirigir por escrito à Mesa:

- a) requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;
- b) reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;
- c) declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. Cada proposta de alteração aos Estatutos considerada para votação poderá ser apresentada por um dos seus proponentes.

20. As propostas globais de Moção de Orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às Moções de Orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da Moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

Votações

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegado/a.

23. As votações das propostas de Moção de Orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

24. As propostas de alteração aos Estatutos são votadas individualmente, não havendo lugar a votação final na generalidade.

25. As Moções de Orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração e às propostas de votação na especialidade relativas à Moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

Eleição dos Órgãos Nacionais

27. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17:30 h do primeiro dia de trabalhos até à manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. A apresentação das propostas de listas fica a cargo de um dos seus proponentes, imediatamente antes da

abertura das urnas para início da votação.

31. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das Moções de Orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade – em cada sequência de 3 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 16:30 horas do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

36. A Mesa convida um(a) representante da lista mais votada para a MN a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Início dos trabalhos, eleição da Mesa da Convenção Nacional e alocação de abertura (Sábado 10h30m)

2. Votação do Regimento da Convenção (11h10m)

3. Moções de Orientação Política – apresentações, debate e votação (11h20m)

4. Apresentação das listas para os Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (16h30m)

5. Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração (Domingo 09h30m)

6. Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (Encerramento das urnas às 11h30m)

7. Sessão de Encerramento (13h)

Moção A

A ESQUERDA SOCIALISTA COMO ALTERNATIVA AO GOVERNO SÓCRATES

A V Convenção do Bloco de Esquerda afirma a construção de uma esquerda protagonista, com mais activismo, mais organização e mais acção política. Nos próximos dois anos, a prioridade do Bloco é a do reforço da luta social que responda ao governo Sócrates.

Apelando a quem recusa o liberalismo económico e criando novos diálogos e plataformas para a modernização da sociedade portuguesa, a esquerda socialista enfrenta a maioria governamental. O Bloco quer abrir os caminhos da alternativa política nas lutas de hoje e empenha-se, sem sectarismo, nas mobilizações sociais que dão corpo a essa alternativa.

O Bloco tem definido a sua política nas respostas às grandes questões do presente, como o desemprego, a precariedade, a defesa dos serviços públicos e da segurança social. Temos também lutado contra todas as discriminações e injustiças que desenham o código genético do capitalismo na era da globalização. Nesta Convenção, a esquerda socialista desenvolve essa mesma inquietação e determinação, convocando à reflexão sobre as alterações climáticas. O planeamento dos recursos colectivos, contra a cegueira dos mercados, e a mobilização das capacidades sociais contra a irresponsabilidade, são urgências que definem a civilização. A esquerda deve ser portadora de um projecto de revolução ecológica, que assume como parte integrante do processo de transformação socialista.

1. AS ESCOLHAS DO BLOCO DE ESQUERDA

1.1. O governo Sócrates tem vindo a desenvolver, de forma sistemática, uma política que promove a insegurança e o medo social. Em consequência, as vítimas da ofensiva do liberalismo económico têm vindo a desenvolver respostas defensivas, mesmo quando estas se traduzem em grandes mobilizações que enchem as ruas.

Ao mesmo tempo, o governo protegeu as suas escolhas com uma ofensiva ideológica bem sucedida, que afirma que as políticas seguidas são indispensáveis e, além disso, as mais modernas. A capacidade que o governo tem revelado na polarização do eleitorado do centro e da direita, a par da manutenção de uma alargada influência popular, só é explicável pela combinação destes factores. Em consequência, a esquerda socialista deve disputar tanto a política, como a base da ideologia do governo.

Na política, deve contribuir para apresentar propostas realizáveis e mobilizadoras, que respondam às aspirações da maioria da população. Assim temos procedido. As propostas do Bloco para um novo regime de financiamento da segurança social, que garante a sua sustentabilidade, e para uma política de emprego assente na proibição dos despedimentos abusivos, na redução do horário de trabalho, no ataque à precariedade e às deslocalizações, na promoção da formação-emprego, são exemplos que demonstram como a política de esquerda tem respostas para a crise social dos dias de hoje.

Na ideologia, deve apresentar uma visão da modernidade que combina a luta social em todas as questões decisivas com a defesa intransigente das liberdades individuais, do cosmopolitismo das culturas migrantes e dos direitos que afirmam a igualdade, contra as discriminações xenófobas, de género, ou associadas à orientação sexual.

Esta resposta política e ideológica, ao apresentar alternativas viáveis, não defende situacionismos, nem se coloca à defesa na formulação de alternativas: ao propor a realização de um Orçamento de Base Zero ou uma auditoria geral ao Estado e aos seus serviços, o Bloco declara guerra à casta de administradores que, por favores partidários ou inércia, se instalou na gestão de institutos e empresas públicas e municipais, conduzindo a ineficiências que prejudicam todos os cidadãos. O Bloco declara guerra ao sistema social da corrupção, que se baseia na especulação imobiliária e nos regimes de favorecimento nos negócios, apresentando projectos de cativação das mais valias urbanísticas e de alteração das regras penais. A alternativa ao governo Sócrates não é "o que está", mas sim rigor e justiça; não é menor responsabilidade, mas a modernização dos serviços públicos.

Pela definição dos objectivos e funcionamento dos serviços sociais passa um confronto decisivo entre a esquerda socialista e o governo Sócrates. A lógica privatizadora ataca a universalidade na prestação desses serviços e reproduz

e amplifica as desigualdades de tratamento que já existem na sociedade. A sua gestão pública segundo princípios de responsabilidade social, ao invés, deveria conduzir ao fim da paralisia da Função Pública e à melhoria da prestação dos serviços.

O Bloco responde ao desafio ideológico do governo Sócrates: a democracia e o acesso à modernidade dependem da igualdade fundamental de oportunidades. E esta tem na universalidade e qualidade dos serviços sociais a sua primeira condição.

1.2. A V Convenção reafirma o caminho que o Bloco de Esquerda tem seguido desde a sua fundação. A esquerda socialista é um movimento organicamente plural, politicamente activista, e que aspira a representar uma parte importante da população, em particular, de trabalhadores e de jovens. Desde a anterior Convenção, o Bloco disputou eleições autárquicas, disputou eleições presidenciais como alternativa à direita e aos candidatos da área governamental, desenvolveu uma vasta intervenção parlamentar em S. Bento como na região da Madeira e na União Europeia, marchou pelo Emprego, defendeu alternativas realizáveis para a segurança social, combateu as privatizações e a corrupção, denunciou grandes operações financeiras nas telecomunicações e na banca, contribuiu eficazmente para a vitória no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, bateu-se pela legalização dos imigrantes, pelos direitos das lésbicas e gays, mobilizou trabalhadores precários e vem travando uma longa batalha de opinião contra a guerra infinita.

Neste percurso, o Bloco mudou porque se alargou. Elegeu em 2005, pela primeira vez, uma rede nacional de autarcas nas juntas de freguesia, assembleias municipais e vereações; mudou na sua acção nas lutas sociais; e mudou, assumindo uma presença pública mais abrangente. Mas o Bloco deve mudar muito mais: a apresentação de alternativas exige mais trabalho, mais pensamento político inovador, mais profundidade, maior abertura e mais ousadia. A V Convenção assume essa responsabilidade.

2. A CRISE DO IMPÉRIO

2.1. Ao longo dos anos que se seguiram à sua vitória na Guerra-Fria, os EUA ampliaram o seu poder e ambição, desencadeando novas guerras quentes e frias, tanto em escala local como planetária. O domínio militar e económico de regiões estratégicas, como o Médio Oriente, e a conquista de novos mercados para a recuperação da acumulação de capital, em particular privatizando bens e serviços públicos, determinam a agressividade desta nova era da mundialização do capitalismo.

O domínio imperial articula-se numa densa teia de alianças com poderes regionais, suportada por uma ideologia violentamente conservadora, pelas estratégias do complexo militar-industrial e das finanças que regem as relações internacionais.

2.2. A nova ordem imperial tem numerosos elos fracos. No Médio Oriente como na América Latina, nas relações com a Rússia ou com a China, nas guerras que promove e o enfraquecem, ou na desregulação financeira internacional, o Império exhibe a sua vulnerabilidade.

A nova ordem configura-se como desordem aos olhos das opiniões públicas. Apesar da sua imensa superioridade militar e securitária, a política da administração Bush tem multiplicado as mais variadas resistências, muitas das quais sem conteúdo democrático ou socialista. Nacionalismos e populismos - não raro, fundamentalistas e reaccionários - têm beneficiado do quadro geral de caos e insegurança para se projectarem. **Nas principais regiões do mundo, não tem sido a alternativa socialista a afirmar-se como alternativa ao Império. O Bloco contribuirá para as plataformas e iniciativas que iniciem respostas a esse gravíssimo défice.**

2.3 O Império está a ser derrotado no Iraque. A ocupação militar começou com uma mentira na Cimeira das Lajes, cujo anfitrião foi Durão Barroso, e tornou-se um pesadelo sem saída, como o demonstram a intensificação da guerra civil, o reforço da influência iraniana e o altíssimo nível de baixas entre as forças de ocupação. De momento os únicos verdadeiros vencedores são: o complexo militar e securitário que beneficia da própria privatização da guerra e as empresas petrolíferas, que viram os seus lucros crescerem de forma exponencial, beneficiando da especulação instalada nos mercados internacionais, a qual só foi possível com a ocupação do Iraque.

A guerra infinita teorizada pelos neo-conservadores está assim a sofrer a sua primeira grande derrota no Médio Oriente. É ela que explica a divisão actual em Washington, entre os defensores da escalada da guerra como caminho para uma retirada adiada para a eternidade, ou a retirada de tropas a curto prazo. Esta divisão reflecte ainda a fractura entre os que defendem uma nova frente de guerra contra o Irão e os que preferem o relacionamento com os outros poderes da região, em nome do comércio internacional e do acesso ao petróleo.

As raízes da tragédia no Médio Oriente mergulham, contudo, no conflito israelo-palestiniano, agravado pela violência da ocupação de território, pela construção do Muro, destruição das infraestruturas e pelo bloqueio promovido pelos Estados Unidos e Israel, com a cumplicidade da União Europeia, às decisões eleitorais dos palestinianos. A derrota de Israel na guerra que desencadeou no Líbano é um sinal de mudança. Mas enquanto o conflito israelo-palestiniano não for resolvido, o Médio Oriente não terá Paz.

Envolvido nos movimentos contra a guerra e solidário com o povo palestiniano, o Bloco bate-se pela resolução política dos conflitos no Médio Oriente e exige do governo português e da União Europeia uma acção independente de Washington, pelo fim das ocupações

militares e das ingerências políticas. Exige, muito em particular, o reconhecimento do governo e o imediato fim do embargo à Palestina.

2.4. O Império tem sofrido reveses importantes na América Latina. Políticas de distribuição da renda petrolífera em serviços que beneficiam as populações mais pobres da Venezuela, de nacionalização dos recursos energéticos na Bolívia e a reconsideração do pagamento da dívida externa pela Argentina têm determinado processos de confrontação. A América Latina está a ser atravessada por uma enorme exigência de justiça social, com fortes mobilizações contra as oligarquias e pela realização de reformas agrárias, como no Brasil e outros países, e pelo direito à apropriação nacional dos recursos naturais.

Assim, as propostas de integração regional entre vários países da América Latina, que procuram novas formas de cooperação económica e energética, têm posto em causa a proposta de George Bush que visa a criação de uma zona de comércio tutelada pelos EUA, a ALCA.

Na solidariedade com as lutas sociais, o Bloco não tem que se identificar com os regimes e governos. A emergência de alternativas sólidas, comprometidas em simultâneo com as aspirações populares e com a democracia, é um processo longo e contraditório. Num continente marcado pela história de ditaduras militares, pela destruição das comunidades indígenas, pela sobre-exploração dos trabalhadores e dos camponeses, mas também pelo populismo que tantas vezes traiu as exigências de justiça, o Bloco acompanhará este caminho com toda a solidariedade e sem dispensar o sentido crítico.

2.5. A aprovação, pela reunião anual do parlamento da China, de uma nova lei que estabelece os direitos da propriedade privada, representa um passo na promoção da acumulação capitalista que domina grande parte do país. Actualmente, dois terços do produto da China é gerado por empresas privadas, e o investimento do sector privado cresce muito mais depressa do que o do público, a braços com grandes dificuldades nos sistemas de saúde e educação.

A China é, entre os países emergentes, aquele onde se está a gerar o crescimento mais rápido do capitalismo. Este beneficia da imposição de um regime opressivo de partido único, onde os sindicatos que sejam expressão da vontade dos trabalhadores são proibidos, e os cidadãos não se podem organizar e exprimir as suas opiniões.

O peso do superávit da balança comercial da China e, em consequência, a concentração de títulos da dívida pública norte-americana na propriedade dos bancos chineses, cria uma tensão internacional com interdependências estreitas. Como se verificou em Março de 2007, a Bolsa de Xangai tornou-se um dos epicentros de crises especulativas, cujas réplicas são imediatamente sentidas em Nova Iorque ou Londres. A adesão da China à Organização Mundial do Co-

mércio, a principal instituição mundial para a promoção do liberalismo económico, acentua esta interdependência.

2.6. Desde o seu nascimento, o Bloco definiu-se como parte integrante do movimento dos movimentos contra o capitalismo global e a estratégia do Império, e contra as desigualdades que são a sua consequência.

Esse movimento alter-global desenhou novas formas de internacionalismo, em particular com a actuação directa da opinião pública internacional contra a guerra do Iraque. Ele reclama esse princípio da responsabilidade colectiva ante as tragédias da pobreza e da delapidação dos recursos naturais e determina a busca permanente de novas agendas políticas e sociais que exprimem a rejeição da guerra, reclamam a retirada das tropas do Iraque e do Afeganistão, e a defesa do direito dos povos à auto-determinação.

O Bloco acompanha a experiência da luta política de outros partidos e movimentos e continuará a estar presente nos fóruns sociais, estabelecendo diálogos e solidariedade em todos os continentes nas confrontações contra o Império, em nome de "outro mundo que é possível"

3. A EUROPA PRESA NA CONSTITUIÇÃO LIBERAL

3.1. Apesar das proclamações dos governos por ocasião do 50º aniversário do Tratado de Roma, a União Europeia atravessa uma profunda crise social e institucional.

A crise social é o resultado de duas décadas de políticas neo-liberais que se transformaram numa máquina de exclusão e de privatização. Elas ganharam um novo impulso com o Pacto de Estabilidade, que tutela as escolhas económicas nacionais, retirando-lhes a autonomia necessária para programas de criação de emprego; que confere um poder excepcional ao Banco Central Europeu, que tem no controlo da inflação o seu único objectivo, mergulhando os países em patamares de crescimento medíocres, quando não de recessão; que justifica as privatizações e desagrega as políticas públicas. Ao escolher a competitividade como lei primeira e última das economias, impede a cooperação europeia para políticas de segurança social ou de criação de emprego. O Pacto de Estabilidade é o principal factor de crise da Europa.

A crise institucional é o resultado combinado desta crise social e da estratégia de alargamento a Leste. Sem projecto social e sem vinculação de direitos, a União é um mercado; sem verdadeira cidadania, a União revela-se como um poder distante e, não raro, autoritário; sem obrigações sociais, o liberalismo económico diminui as liberdades.

A proposta de Tratado Constitucional visava responder a estes dois aspectos: por um lado, consagrar constitucionalmente o liberalismo económico; por outro lado, redistribuir os poderes em benefício de um Directório dos governos dos maiores países. **Apesar desse texto ter sido rejeitado**

em referendo pela França e pela Holanda, os próximos dois anos serão marcados pela tentativa de o recuperar, evitando o debate popular que só a legitimação referendária permitiria.

A crise institucional é ainda marcada pelo peso da história das divisões europeias em múltiplos domínios. Ante a política armada de Washington no Médio Oriente, a União revela-se incapaz de possuir uma política autónoma e independente. Dividida no Iraque, alinha com a NATO no Afeganistão e cede a Israel, não reconhecendo, de momento, o governo da Palestina. Desacordos marcam ainda presença nas relações da União com a Rússia, onde o acesso a fornecimentos de energia e a colocação de novas bases militares norte-americanas na Polónia e na república checa dividem os governos e ameaçam a Europa. E o mesmo se pode dizer sobre a atitude ante a emergência da China na economia internacional, onde o frenesim liberal da Comissão Barroso se confronta, cada vez mais, com um imenso coro de críticas.

3.2. O Bloco de Esquerda defende, desde sempre, uma refundação democrática e social da Europa. Perante o relançamento furtivo do debate sobre o futuro da Constituição, o Bloco exige o cumprimento da promessa de referendo e anuncia, desde já, que votará contra qualquer texto que recupere esse Tratado. Qualquer tentativa de constitucionalizar o liberalismo económico e uma arquitectura dos poderes impedindo regras elementares da democracia, contará com a nossa oposição radical porque nesse voluntarismo autoritário se consagra a destruição da própria ideia de Europa. A nossa alternativa é outra: as próximas eleições para o Parlamento Europeu devem constituir a oportunidade para abrir um processo constituinte democrático. Ao Parlamento competirá escrever a primeira versão de um futuro Tratado, que deverá ser discutido em cada país. O compromisso final deve então ser submetido a referendos nacionais.

O Bloco apresentará as linhas de força de um Tratado da União que seja clarificador dos seus objectivos, dos direitos humanos, sociais e ambientais, e da arquitectura institucional que salvaguarde as condições democráticas das escolhas políticas.

3.3. A Constituição liberal está a ser instituída por sucessivos factos consumados. Em 2007, o objectivo é o de criar nas opiniões públicas a convicção de que o futuro passa pela flexigurança, modelo que assume a total flexibilidade das relações laborais, com a eliminação da justa causa no despedimento, bem como da indemnização, a troco de subsídios durante o período de desemprego – que em Portugal é predominantemente estrutural e permanente. O centro do ataque dirige-se contra a negociação colectiva, e atinge os sindicatos e organizações dos trabalhadores, na expectativa de uma atomização do Trabalho e sua dependência da segurança social, no preciso momento em que esta vem sendo corroída em nome da sustentabilidade.

Durante a presidência portuguesa da UE, as questões constitucionais e a promoção da flexigurança, estarão no topo da agenda política. A manifestação europeia que contestará este modelo durante a Cimeira Social de Outubro, deve marcar uma resposta popular contra a precariedade e por uma alternativa pelo emprego com direitos, acumulando forças para a luta necessária.

3.4. Apesar da necessidade de receber cada vez mais imigrantes, a União Europeia tem vindo a adoptar uma estratégia discriminatória de imigração selectiva. Esta política, que transforma o Mediterrâneo num cemitério de esperanças e de vidas, desenvolve-se num contexto político e cultural islamofóbico e de grave cerceamento das liberdades individuais a pretexto da "luta anti-terrorista".

O Bloco condena firmemente cada uma destas políticas e a sua articulação global, que resultam numa combinação explosiva de exclusão social, marginalização cultural e guetização política, alimentando a mais perigosa das ideologias actuais – a que procura "ler" o mundo através do "choque de civilizações".

3.5. Os grandes movimentos anti-guerra, a luta dos jovens franceses contra o Contrato de Primeiro Emprego ou dos estudantes gregos contra o processo de Bolonha, foram importantes sinais de oposição social a algumas das políticas dominantes. Nessas lutas nasce a identidade europeia com que nos identificamos.

3.6. O Bloco coopera com outros partidos e movimentos de esquerda na Europa, para desenvolver convergências, como as que se têm expresso nos Fóruns Sociais, nas manifestações sindicais ou contra as reuniões do G8. O Bloco participa ainda em encontros ou redes que, sendo ideológica ou politicamente diversificadas, constituem pontes para agendas da luta contra o capitalismo. Estivemos na origem da Conferência das Esquerdas Anti-Capitalistas, aderimos ao Partido da Esquerda Europeia e estamos associados ao Grupo Unitário das Esquerdas no Parlamento Europeu e, regularmente, marcamos presença em variadíssimos fóruns de discussão política à esquerda.

O Bloco não é a secção nacional de nenhuma destas plataformas e nem determina ou discute a sua tática política com nenhuma delas. Do mesmo modo, não se pronuncia sobre as escolhas táticas de outros partidos.

Isto não significa que o Bloco se prive de opinião sobre escolhas políticas dos governos europeus, independentemente da sua composição. **Criticamos o governo português por manter uma presença militar no Afeganistão. Essa crítica é naturalmente extensiva a todos os governos que mantêm idêntica posição.**

No próximo congresso do Partido da Esquerda Europeia, em finais de 2007, o Bloco reafirmará a sua coerência com a plataforma originária desta rede de partidos e militantes. O

Partido da Esquerda Europeia só pode ser uma plataforma europeia de ruptura com as políticas liberais e autoritárias da União. É por isso que a sua coerência deve promover a construção de uma resposta europeia à guerra, ao desemprego, à precariedade e aos ataques à segurança social. O Bloco não mudou de pontos de vista acerca da necessidade destas alternativas, e contribuirá para o seu desenvolvimento em escala europeia.

Os jovens do Bloco, reforçando a perspectiva global e internacionalista das lutas, integram a ENDYL (European Network of Democratic Young Left) e participam no processo de construção do ELYP (European Left Youth Project).

4. O SITUACIONISMO ENTRE A AGRESSIVIDADE SOCIAL E O CONFORMISMO POLÍTICO

4.1. Durante os dois anos que decorrem desde a sua eleição, o governo Sócrates desenvolveu uma política que combina agressividade política, conduzindo a uma mudança profunda das normas sociais, com o agravamento da desigualdade, da pobreza, do desemprego e da precariedade.

Esta estratégia é coerente: os governos PSD-CDS iniciaram e o governo PS conduz agora transformações sociais que conduzem a uma sociedade mais liberal, mais irresponsável e mais desigualitária. Assim, nas políticas concretas, o Governo PS, com a co-habitação cooperante com Cavaco Silva, lidera a ofensiva anti-social.

Esta política assenta em três grandes escolhas. Em primeiro lugar, a escolha do desemprego de longo prazo e da precarização das relações laborais como condição para a rentabilidade a curto prazo dos sectores exportadores. Essa escolha não é nova. Mas assumiu agora uma extrema agressividade: enquanto se regista a passagem de uma conjuntura de recessão prolongada para uma ligeira recuperação económica, o desemprego continua a aumentar. Sócrates chegou ao poder com 412 mil desempregadas e desempregados, segundo as estatísticas oficiais, e atingem-se agora os números mais elevados dos últimos vinte anos, 459 mil. A reorganização da economia faz-se com mais desemprego, com a precarização dos novos contratos, e portanto com um modelo de salários baixo e redução de direitos.

A reforma da administração pública é agora o principal instrumento dessa escolha, tanto pela limitação da oferta de serviços quanto pela marginalização, como supra-numerários, de dezenas de milhares de funcionárias e funcionários.

Se o governo conseguir impor em quatro anos esta reforma, terá feito avançar a ideia de que o desemprego é inevitável e que, portanto, a sociedade portuguesa deve aceitar a divisão entre quem tem um salário e quem dele é excluído. Um dos efeitos já conseguidos por estas políticas é a criação da "geração 500 euros", que só consegue biscates, contratos de curto prazo ou ocupação através das agências de trabalho temporário.

Em segundo lugar, a política do governo assenta na criação de novas oportunidades de negócio, protegendo com uma renda paga pelo Estado, sob a forma de subvenções públicas, os monopólios privados que gerem serviços sociais. Esta estratégia conduziu à privatização da energia, da água e de outros serviços e é predominante na desagregação do Serviço Nacional de Saúde, seja através do ataque às suas competências, como a da rede de cuidados primários, seja através do grande negócio anunciado para as parcerias público-privado na gestão dos novos hospitais. Na educação, esta política tem conduzido ao sub-financiamento do ensino superior público, para o desqualificar.

Em terceiro lugar, a estratégia do governo assenta na mudança de regime social, em particular na segurança social. Esta determina as normas de repartição do esforço tributário entre gerações. Ao introduzir o princípio da redução da pensão futura ou do aumento da idade da reforma, o Governo Sócrates atinge o pilar essencial deste regime.

Todas estas escolhas são neo-liberais. Protegem e acrescentam os privilégios de uma classe dominante cujos principais instrumentos de acumulação são exportações baratas com trabalho barato, ou a especulação financeira e a apropriação de rendas garantidas nas obras públicas ou no negócio das privatizações dos serviços sociais fundamentais. **Esta elite dominante é a principal responsável e beneficiária da crise que o país atravessa.**

4.2. Uma das consequências desta estratégia é a devastação do território, transformado por via da especulação imobiliária, do favorecimento legal e da corrupção, num dos recursos mais importantes para a criação e valorização de fortunas. O turismo serve de justificação para se tornearem as leis, se imporem desanexações às reservas agrícolas e ecológicas e aos parques naturais, e se privatizarem os usos do espaço público em função do rendimento. Estes processos especulativos têm como consequência o aumento do preço da habitação, reforçam a perda de qualidade de vida enviando a população para as periferias e agravam a marginalização social.

Esta política tem igualmente uma outra consequência: o interioricídio, com a campanha de destruição dos serviços de proximidade (correios, escolas, serviços de saúde e outros) a pretexto da sua concentração. A manifestação de identidades locais contra esta desagregação é um sinal de que uma parte da população não aceita esta lógica da rentabilidade em prejuízo da igualdade de acesso aos serviços fundamentais. **Nenhuma opção técnica de racionalização de serviços pode ser realizada sem alternativas que beneficiem as populações.**

As escolhas neo-liberais e a má gestão do território têm consequências regionalmente diferenciadas. O desenvolvimento regional é cada vez mais desequilibrado. O Bloco de Esquerda defende que as políticas de desenvolvimento

regional se desenvolvam com respeito pelo princípio da coesão territorial.

4.3. Na política externa, o governo tem sido continuista, tanto na Europa como no mundo. Defensor do projecto fracassado de Constituição Europeia, procura restabelece-lo. Fiel aos compromissos com Washington, mantém contingentes militares nacionais em acções da Nato, com destaque para o Afeganistão, e tem protegido os seus antecessores, ou a sua própria acção, no escândalo dos voos da CIA para Guantanamo, criando obstáculos à investigação deste dossier.

A presidência do Conselho da União Europeia pelo Governo português deve ser por isso um momento de mobilização, de diálogo e de convergência entre as esquerdas sociais e políticas da Europa para a oposição a uma Constituição liberal e para a defesa de respostas conjugadas ao desemprego, à precariedade e ao desmantelamento dos serviços públicos.

5. DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS DAS ESQUERDAS SOCIAIS

5.1. O Bloco de Esquerda nasceu em resposta a um défice: a falta de esquerda com a falta de alternativa. A sua estratégia está comprometida com a resposta a esse défice.

A construção de uma alternativa política com peso maioritário é muito exigente. Exige uma alargada experiência social da confrontação com a exploração, as desigualdades e as injustiças, a partir do quotidiano da maioria da população. Exige um pensamento crítico, que invente respostas, que destrua ideias feitas, que combata em particular o espectro da inevitabilidade das soluções liberais.

O Bloco de Esquerda contribuirá para a criação dessa alternativa, procurando mobilizar respostas coerentes na oposição ao governo Sócrates. A prioridade nesse confronto está nas grandes questões sociais.

5.2. Uma das frentes do ataque governamental é a redefinição do Serviço Nacional de Saúde para abrir campo à liberalização. A resposta do Bloco é que o SNS deve ser reformado em profundidade, baseando-se numa rede de sistemas locais que dêem prioridade aos cuidados primários e à medicina familiar; na criação de farmácias hospitalares públicas que revolucionem o actual sistema de distribuição de medicamentos; e numa gestão do SNS que garanta a cobertura universal, sendo assente numa carreira dos profissionais de saúde do sector público, a qual deve consagrar o princípio da exclusividade como forma de combater os sinais de promiscuidade entre SNS e sistemas privados.

O Bloco deve ser uma força propulsora da participação popular, que é a chave da defesa dos serviços públicos. A dinâmica do referendo sobre o aborto demonstrou

que ela é possível. A defesa de um SNS moderno e universal deve ser impulsionada por um movimento cívico que crie uma base alargada de convergências e diálogos na mobilização.

5.3. Um programa de combate ao desemprego e à precariedade é a urgência nacional. A redução do desemprego e da precarização, como foi proposto pela Marcha pelo Emprego, exige a articulação de medidas de rejeição das falências fraudulentas, das deslocalizações e dos despedimentos abusivos, com políticas de redução do horário de trabalho e de distribuição das horas extraordinárias necessárias por novos postos de trabalho, com contratos de formação-emprego.

Como o fez com a apresentação de uma resposta para a segurança social, o Bloco deve fundamentar as suas alternativas em todas as questões sociais que afectam a população trabalhadora, demonstrando que é necessário, mas também possível, fazer escolhas políticas de solidariedade contra o cancro da liberalização que corrói os serviços sociais.

Na campanha eleitoral que deu a maioria absoluta a Sócrates, o Bloco apresentou um programa de governo que constituiu o seu compromisso com os eleitores, e que formulava uma alternativa clara ao PS, demonstrando que as respostas aos problemas exigem uma governação comprometida com prioridades sociais. Mantemos esse rumo e esse compromisso de propostas de alternativa.

5.4. A construção de alternativas exige ainda uma política aberta e promotora de convergências na esquerda e na vida social. E essa não é uma condição acessória da política. É a condição de conhecimento de uma sociedade complexa, com correntes distintas e atravessada por mutações profundas. É a condição para aproximações unitárias entre mulheres e homens de convicções diferentes, que querem mudanças concretas e uma alternativa política contra a governação que temos tido.

Para esses diálogos, o Bloco dirige-se sem excepção a todas e a todos os que na esquerda social ou política rejeitam as estratégias do governo e estão disponíveis para o esforço prioritário de procurar definir e apresentar soluções para a crise nacional e para o impasse europeu. Em particular, dirige-se aos que no PS ou nos movimentos sociais, com ou sem partido, rejeitam e rompem com as orientações do governo nas grandes questões da política, como a privatização do SNS, da água, da energia, a desagregação da Função Pública ou o favorecimento da contratação individual e da precariedade, que conduzem ao desemprego.

Nessas convergências, as questões prioritárias para o Bloco são as que permitem passar da defensiva e da resistência para a ofensiva e para a proposta, nomeadamente:

- A recuperação da regra legal da passagem dos contratos a prazo a efectivos ao fim de um ano de trabalho,
- A restauração da contratação colectiva e do princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador. Rejeição da flexigurança e a revogação do Código do Trabalho de Bagão Félix,
- A promoção de um SNS assente nos centros de saúde e na medicina familiar, com um apoio hospitalar competente, recusando as parcerias público-privado na gestão dos novos hospitais,
- A reavaliação rigorosa das necessidades em todos os serviços públicos como condição do desenvolvimento das políticas de educação, saúde, segurança social e redução da pobreza, em nome de um mapa nacional de igualdade e da optimização dos recursos humanos na Função Pública, promovendo a formação e reconversão profissional com respeito pelos direitos dos trabalhadores e rejeitando a política de despedimentos,
- A modernização do sistema educativo e das funções da escola, em nome do combate ao abandono escolar, da igualdade de acesso a aprendizagens exigentes e qualificantes e do direito à formação ao longo da vida,
- Refeições escolares gratuitas para combater a pobreza e evitar doenças provocadas por uma má alimentação das crianças, como a obesidade,
- O combate ao sistema social da corrupção, com a prioridade à investigação criminal da corrupção e com a regra da cativação pública das mais valias urbanísticas,
- A proposta de um processo constituinte europeu com a participação dos cidadãos e dos Estados, definindo as regras de funcionamento de uma União para políticas sociais europeias.

As convergências à esquerda devem ser processos abertos de opinião e de proposta que, nestas matérias como noutras, permitam criar movimentos de acção e proposta.

Para o Bloco, a prioridade é clara e é a política que acumule forças para desgastar e vencer as imposições anti-sociais do governo.

5.5. O Bloco tem a responsabilidade de aprofundar as suas propostas, explorando novas questões e aprendendo com a vida social. Continuamos a dar uma importância fundamental às políticas da igualdade, que têm agora como principal alvo a violência de género. Defendemos o princípio da paridade, recusamos a opressão de género, e portanto, todos os tipos de violência que a suportam.

Na mesma agenda se incluem o combate aos ódios homofóbicos, o respeito pelo direito ao divórcio ou a aceitação do princípio da liberdade de escolha da morte assistida.

6. A RESPOSTA CIVILIZACIONAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

6.1. Uma das questões mais actuais é a resposta às alterações climáticas. Tendo sido um tema fortemente controverso, a evidência de que o forte crescimento das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de outros gases de efeito de estufa (GEE), resultante das actividades humanas, tem uma relação estreita com o aquecimento global, é hoje um consenso generalizado entre a comunidade científica e entrou no debate político. A justiça ambiental deve ser portanto um dos temas nucleares das convergências à esquerda, para envolver novas gerações de activistas e para mobilizar respostas de fundo às questões de fundo.

O 4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (2007), regista as provas da existência da maior concentração de CO₂ dos últimos 650 mil anos. A quantidade de carbono emitido é o dobro do que os ecossistemas podem absorver.

As consequências, que já hoje se manifestam, são devastadoras: a saturação poluente amplia o efeito estufa natural, determinando o aumento da temperatura média do planeta. Os 12 anos mais quentes desde 1850 registaram-se entre 1995 e 2006. O degelo das montanhas e dos pólos acelera-se, determinando a subida do nível médio do mar e a alteração das correntes marítimas. Intensificam-se os fenómenos meteorológicos extremos, como os ciclones, as cheias, as secas e as ondas de calor. Todos os cenários apontam para a catástrofe humana, derivada do avanço da desertificação e da escassez de água, da inundação de extensas áreas habitadas, do ritmo de extinção das espécies e perda de áreas cultiváveis, da propagação de doenças.

A União Europeia adoptou o objectivo de "limitar o aumento da temperatura média global a menos de 2°C relativamente aos níveis pré-industriais". Para isso, as concentrações de GEE "deverão permanecer a um nível bastante inferior" ao dobro do da era pré-industrial. Este objectivo, no entanto, é insuficiente, pois o aumento assim tolerado não deixa de provocar impactes tão importantes, como o do desaparecimento de países insulares. Por outro lado, aponta para uma estabilização da concentração de GEE a um nível perigoso. Para o efeito, propõe que os países desenvolvidos (responsáveis por 75% da acumulação de GEE) reduzam as suas emissões de 50% até 2050, em relação a 1990.

O Relatório Stern calculou que os custos da inacção podem ser equivalentes ao efeito combinado das duas guerras mundiais e da Grande Depressão dos anos 30, com quebras de 5 a 20% do PIB global, o que teria consequências humanas brutais, porque se repercutiria de forma desproporcionada nos mais pobres. Calcula ainda que será mais rentável reduzir acentuadamente as emissões do que apenas atenuar, tendo em conta os custos de adaptação às alterações climáticas. É, contudo, limitado, nas propostas que faz: por um lado, escolhe o patamar de redução das emissões mais baixo, por ser aquele que menos afecta as multinacionais e

os países desenvolvidos; por outro lado, propõe uma taxa mundial sobre o carbono, que só penaliza a população.

Em qualquer caso, estes riscos são inaceitáveis. **É preciso uma redução imediata e brutal das emissões de GEE dos países desenvolvidos, desde já, e envolver todos os outros, sobretudo os EUA e a China. A catástrofe ecológica tem um preço demasiado elevado para poder ser ignorada nas decisões políticas e torna-se assim uma das questões centrais da definição da democracia.** A condição mínima deve ser a redução das emissões globais de GEE em 30% até 2020, e de 80% até 2050, em relação a 1990.

6.2. Há essencialmente duas explicações para esta aceleração da contaminação poluente: o uso intensivo dos combustíveis fósseis, em que se sustenta a produção de energia, e a crescente transformação do uso do solo, com a expansão urbana e a desflorestação. Em ambos os casos, trata-se de consequências do desenvolvimento da economia capitalista e das escolhas sociais e culturais que determinou.

Nenhuma dessas consequências era inevitável: a sociedade poderia ter desenvolvido outras plataformas tecnológicas não assentes nos combustíveis fósseis como fonte primária, e trajetórias de consumo não dominadas por produtos derivados do petróleo (plásticos ou outros). Mas houve uma razão para o mercado ter escolhido este caminho: era o mais rentável a curto prazo. Mas o que é racional para o mercado pode ser irracional para a humanidade, e esse é certamente o caso da poluição e destruição dos recursos de todos. Ao mesmo tempo, o modelo do progresso produtivista com uso ilimitado de recursos generalizou-se, produzindo desastres ambientais de grande escala na URSS e noutros países.

Os resultados são agora evidentes. A corrida à poluição e o produtivismo irresponsável têm vindo a esgotar os recursos fósseis e produzem impactos ambientais que ameaçam a vida de milhões de seres humanos. Boa parte das guerras do século XIX e XX encontraram na exploração ou na escassez dos recursos as suas principais motivações. **Civilização e barbárie andam a par e a actual globalização armada prova como os riscos de guerra estão intimamente ligados à luta pelo controlo dos recursos e das fontes primárias de energia.**

6.3. O modelo produtivista promoveu o consumismo individualista como um dos suportes da ideologia e da força do mercado. A publicidade apropriou-se do espaço público e orienta as escolhas do dia-a-dia. Mas os modelos de consumo mercantil dos países ricos contribuem para a crise planetária que vivemos e deterioram a qualidade de vida das pessoas. Não é possível diminuir as emissões de gases com efeito de estufa sem uma política deliberada para alterar o modo como vivemos e nos movemos nas cidades.

6.4. O Protocolo de Quioto foi a primeira resposta a esta crise ambiental. O acordo fixou o objectivo de redução

em 5,2% das emissões dos países desenvolvidos até 2012, criando mecanismos flexíveis de mercado assentes na comercialização de emissões.

Este processo fracassou e os seus objectivos muito tímidos, mesmo se forem alcançados, não conseguirão uma redução global de emissões. Muitos dos países signatários encontram-se aquém dos objectivos a que se comprometeram, como Portugal, e alguns dos grandes poluidores não aceitaram a redução das emissões, como os EUA, implicando um efeito nulo ou residual em termos globais. Fracassou porque o comércio de direitos de emissão não desincentivou a poluição. Por um lado, porque o preço da tonelada de gás de efeito estufa é muito baixo; e por outro, porque o «mecanismo de desenvolvimento limpo», permite que se continue a poluir a troco de projectos de captura de CO₂ (ex. reflorestação). Não pode haver um uso infinito de recursos finitos.

Este Protocolo fracassou porque os mecanismos de mercado não conseguem responder estruturalmente à natureza da crise ecológica, para mais num contexto onde as multinacionais podem facilmente deslocalizar as produções mais poluentes e a política se recusa a enfrentar o modo como vivemos nas cidades. Eles não implicam uma resposta ao problema essencial, a reestruturação das bases em que assenta a economia mundial. Se nada for feito, os combustíveis fósseis continuarão a ser o motor do capitalismo global e o Sul continuará a suportar os custos de redução das emissões dos países desenvolvidos.

6.5. A esquerda socialista responde com uma política anti-capitalista e ecologicamente responsável à injustiça ambiental. Este é um desafio directo à globalização da exploração e da miséria. As soluções de mercado, além de não garantirem a mobilização dos esforços necessário para evitar a catástrofe, vão determinar o aumento dos preços dos produtos raros e das localizações mais protegidas, acentuando a estratificação e as discriminações sociais, e impondo uma inflação violenta, que é um imposto sobre os pobres. É preciso agir agora.

As alterações climáticas confrontam-nos com três grandes problemas: reduzir o consumo global de energia, descarbonizar a economia e alterar as relações Norte-Sul. A dificuldade exige a estratégia mais radical, a da disputa por uma civilização ecológica e socialmente sustentável.

Em primeiro lugar, é preciso reduzir o consumo global de energia na UE em cerca de 50%. Essa redução enfrenta dificuldades muito diferentes em dois dos principais sectores que são consumidores intensivos de energia: os edifícios (habitação e serviços) e os transportes. Nos edifícios a redução do consumo pode rapidamente atingir 40% com a aplicação rentável de tecnologias simples de conservação e eficiência energética já disponíveis, o qual pode aumentar com a generalização da arquitectura bioclimática. Também a reconversão do parque habi-

tacional e de escritórios para a produção de energia e calor, generalizando a microgeração e co-geração, pode ser conseguida numa década. Mas o sector dos transportes, o que mais tem subido as emissões, é muito mais rígido, porque as condições poluentes são geradas pela sua própria estrutura, com o predomínio do rodoviário sobre a ferrovia no transporte de mercadorias, e do automóvel individual privado sobre o transporte social colectivo. Também o crescimento do transporte aéreo ameaça anular os esforços de redução de emissões na UE.

O Bloco defende por isso grandes mudanças estruturantes, com a criação de um eixo nacionalizado do sistema de transportes de passageiros e de mercadorias, em Portugal como nos países europeus, para a criação de uma rede europeia de redes de ferrovia e de transporte marítimo, interditando a prazo o transporte rodoviário de longa distância. Essa rede deve ser complementada por redes regionais e por sistemas intermodais de transporte colectivo nas cidades, com o alargamento das redes de modos suaves e a pedonalização dos centros com interdição gradual dos automóveis. Defendemos uma rede de transportes públicos gratuita: o aquecimento global exige mover centenas de milhares de pessoas dos carros para os transportes públicos. Propomos a imposição de limites aos construtores de automóveis, com a redução dos motores segundo as velocidades e as emissões de CO₂ permitidas, bem como a interdição de venda de veículos 4x4 a usos não profissionais.

Em segundo lugar, é preciso descarbonizar a economia, alterando o paradigma de produção de energia a partir dos combustíveis fósseis para as fontes renováveis, e passando de um modelo centralizado para a diversificação das fontes e o transporte de energia a pequenas distâncias, ganhando eficiência. É também necessário reduzir a dependência dos derivados do petróleo, como os plásticos. Rejeitamos a energia nuclear e os biocombustíveis de culturas energéticas assentes na agricultura intensiva.

A proposta de nacionalizar a produção e distribuição centralizada de energia (EDP e GALP) responde à necessidade de uma reestruturação rápida do sector. A nacionalização da água, no mesmo sentido, protege os consumidores.

Alterar o modelo de consumo é uma transformação de civilização que é mais difícil do que a generalização das energias renováveis como substitutos para as actuais fontes energéticas. Trata-se portanto de impedir que seja o mercado a fazer escolhas (de curto prazo) sobre a energia e os produtos, mas de impor, contra o mercado, o primado das escolhas sociais e sustentáveis a longo prazo.

Em terceiro lugar, é preciso alterar as regras das rela-

ções Norte-Sul. Os países dependentes sofrem a tripla maldição do Império: uma história de sobreexploração do trabalho, de espoliação de recursos e de troca desigual no comércio internacional e agora de pilhagem ambiental.

Os pulmões planetários da floresta tropical são destruídos pela lógica mercantil da expansão da agro-pecuária industrial e em particular pela produção intensiva de cereais com Organismos Geneticamente Modificados. A urbanização intensiva nos países do Sul – muitas cidades da Ásia e da América Latina atingirão 30 milhões de habitantes em 2025, aumentado a pobreza – é um dos efeitos da destruição da pequena propriedade rural e da falta de alternativas económicas como de condições de acesso à modernidade para milhões de camponeses. Destruição da floresta e do campo e urbanização miserabilizante são consequências destas relações imperiais Norte-Sul.

O Bloco defende que a Europa deve assumir uma ruptura com este modelo, de que foi beneficiária durante séculos. Não existe justiça ambiental sem responder a esta desigualdade, e por isso a esquerda socialista deve propor: a criação de uma Organização Mundial para o Ambiente e de um Fundo Mundial de adaptação e de transferência de tecnologias limpas sem imposições financeiras e para os sectores públicos do Sul; a imposição de uma moratória quanto aos OGM, substituindo a sua produção por alternativas viáveis; a anulação da dívida do Terceiro Mundo.

Nomeadamente, o Bloco defende o fim do regime de patentes na saúde e nas tecnologias para a produção de bens de consumo e de serviços essenciais (transportes, indústria ligeira, água e energia, comunicações), para que todas as populações do planeta possam ter acesso aos bens fundamentais e tomar parte das decisões.

Ao defender estas três grandes mutações civilizacionais, o Bloco de Esquerda tem consciência da globalização de mobilizações que elas exigem. Mas só à escala internacional é possível dar resposta efectiva a estas questões. **Essa globalização impõe que em cada país ou região se tomem unilateralmente medidas necessárias, mas também que se imponham aos restantes países e regiões a solidariedade pela sustentabilidade.** Uma ordem baseada no direito internacional deve por isso prever a punição de governos que sejam responsáveis por delitos ecológicos, como deve contribuir para a redefinição das normas que certificam os produtos pela sua durabilidade, eficiência energética e capacidade de reciclagem e biodegradação, permitindo a prazo que só os mais ecológicos possam ser comercializados. Essa é a escolha de civilização.

6.6. Em 2050 seremos provavelmente dez mil milhões de seres humanos no planeta Terra. A aceleração das alterações climáticas lançou um alerta mas não produziu ainda modificações substanciais de políticas. A UE anunciou a

redução unilateral de 20% das emissões até 2020 e um aumento de 20% de energias renováveis, sabendo-se que essas medidas são insuficientes. O governo dos EUA pode ajustar a sua posição depois das eleições presidenciais, mas todas as suas políticas têm, desde sempre, favorecido o interesse económico predominante e são por isso hostis à redução global do consumo energético.

Existe, para esta mudança, uma dificuldade tecnológica quanto às alternativas energéticas. As alternativas desenvolvidas, como a das energias renováveis (eólica e outras) ou as técnicas de captura de CO₂, ou as alternativas em estudo (produção de energia a partir do agro-combustível, do hidrogénio), mesmo que bem sucedidas, não dispensam actualmente a redução do consumo global. As técnicas conhecidas de produção nuclear não resolvem o problema energético. A investigação científica pode prometer novas oportunidades, nomeadamente se fosse possível utilizar eficientemente parte do fluxo da energia solar que atinge a Terra, e que é 7 a 8000 vezes superior ao consumo mundial da energia. Mas nenhuma dessas promessas é hoje uma realidade.

Mesmo que tal venha a ser possível no futuro, a dificuldade essencial continua a ser social e política, a da garantia da equidade no acesso à energia, ou seja, da democracia no mundo. Tanto para a escolha das prioridades dessa investigação quanto para a distribuição dos seus benefícios é preciso romper com a lógica do mercado capitalista. **A questão colocada pela justiça ambiental é precisamente esta: só o planeamento das capacidades permite responder à urgência, só a desmercantilização do mundo permite utilizar os recursos disponíveis para as soluções necessárias.** A acumulação privada e a lei do mercado conduziram inexoravelmente ao desperdício e aos maiores riscos. Só a democratização da decisão pode agora evitar o perigo, socializando e internacionalizando os recursos disponíveis.

Os diferentes modos de produção foram até hoje economias predadoras, como o tem sido o capitalismo ocidental, e o mesmo aconteceu com a URSS anteriormente e com a China de hoje. O capitalismo tem sido o modo de produção predador mais bem sucedido, porque a sua única medida do sucesso é a valorização vertiginosa para a acumulação. Marx argumentava que o valor como forma histórica particular da riqueza cria a ilusão da acumulação material ilimitada para todo o sempre: essa ilusão move a economia. Estamos hoje a entrever os horizontes limitados dessa acumulação ilimitada. O mercado capitalista é a forma mais eficaz de destruição dos ecossistemas e do planeta.

6.7. A esquerda socialista defende por isso dois grandes objectivos para a energia: a redução da intensidade energética com a redução do consumo, e a descentralização das redes de produção e distribuição para escalas de proximidade. A transformação do regime da energia ou a descarbonização dos consumos exigem investigações muito centralizadas e

com grandes recursos. Mas permitem também soluções com formas mais descentralizadas de produção e distribuição, em particular com as energias renováveis que devem sustentar, em pequena escala, redes locais que auto-sustentem as cidades e onde o consumidor é também produtor, o que contribui para novos comportamentos para a eficiência energética.

O segundo objectivo da democracia ambiental é a mudança da utilização do território. A vida urbana é a condição da existência moderna e, no século XXI, a maior parte da população viverá em cidades e procurará aí as suas oportunidades. As cidades devem por isso criar essas oportunidades. Mas, mais uma vez, a especulação como modo de acumulação provocou fracassos sucessivos e, onde as cidades são mais integradoras, é onde o planeamento urbano se impôs contra a especulação imobiliária.

É preciso agora estender esse princípio do planeamento urbano a novas dimensões. A redução da periurbanização é importante por razões de combate à exclusão social mas também de racionalização das deslocações pendulares. A criação de áreas sociais e verdes é importante pelas oportunidades culturais e conviviais que criam, mas também para a redução da artificialização e da impermeabilização contínua dos solos. O desenvolvimento dos transportes colectivos e de modos não agressivos de transporte conduz à reconquista do espaço público.

Finalmente, a democracia ambiental desenvolve o fundamento da própria democracia. É certo que existe sempre uma tensão entre a actuação das políticas no curto e no longo prazo: o tempo da fruição das escolhas individuais é imediato, e normalmente não reconhece o tempo lento das suas consequências sociais. O capitalismo, ao impor um modelo de racionalidade medida pela acumulação privada, extremou esta distinção.

Nesse contexto, a escolha civilizacional da justiça ambiental e social exige uma democracia radicalmente universalizada, e essa só se pode reconhecer num regime de informação aberto, de decisão global para os problemas globais e de uso razoável dos recursos. Ao defender a partilha mundial, a democracia ambiental assume o princípio do socialismo.

Na política concreta, a que quer criar a relação de forças para esta mudança radical, as soluções energéticas devem transformar-se num factor da inovação e de novos padrões de vida e de mobilidade, não poupando às pessoas as escolhas difíceis. Porque são elas que trazem novas oportunidades de reinvenção do emprego, de reconquista de direitos laborais e sociais, de reapropriação do espaço público, de ampliação da justiça social para todos.

7. POLÍTICA DA ESQUERDA SOCIALISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS

7.1. O Bloco de Esquerda nasceu da rejeição da política tradicional que, à direita e à esquerda, organiza os partidos como instituições ideologicamente fechadas, politicamente centralizadas, culturalmente esvaziadas e portanto eleitoralistas. O modelo de partido dominante que se impôs ao longo do século XX deriva de uma visão uniformizante da política como a gestão do poder e do poder como uma forma de exclusão e de opressão social. Na direita e na social-democracia, afirmaram-se assim federações de interesses dominantes que ganham corpo na ocupação do governo, usando os partidos como instrumentos de carreiras subordinadas à defesa desses interesses. A alternância entre o PS e o PSD em Portugal esvazia a política tanto porque afirma o continuísmo da governação, quanto porque hostiliza qualquer pensamento político ou proposta que ultrapasse o situacionismo das medidas liberais. A política burguesa tornou-se um vazio.

7.2. A esquerda socialista concebe a política e os seus instrumentos a partir da luta social e da necessidade de representação de interesses em conflito. Por isso, o Bloco pretende criar uma nova cultura de política: um movimento que seja plural, porque essa é a condição de exprimir a complexidade social, que seja aberto, porque essa é a condição de mobilizar vontades e energias políticas novas, e que seja politicamente claro sobre os seus objectivos. O Bloco deve ser mais plural e mais aberto para ser mais combativo e mais propositivo.

Uma nova cultura da política na esquerda deve ainda ter duas características fundadoras: deve desenvolver convergências unitárias mobilizadoras e deve promover a afirmação de movimentos autónomos que transformam a luta social.

A política unitária da esquerda socialista é parte da sua visão estratégica da transformação social: são necessárias convergências para formar canais de luta maioritária. A experiência das campanhas do Sim no referendo para a despenalização do aborto foi a expressão exemplar dessa política unitária: para ganhar a maioria absoluta dos votos, os movimentos do Sim organizaram sectores profissionais que eram fundamentais tanto para a luta simbólica como para a concretização da lei, e juntaram protagonistas políticos num vasto arco de alianças para isolar o Não, para alargar o Sim e para ganhar a convicção da sua vitória. Esse é o tipo de convergências que determinaram a vitória contra o conservadorismo e que, nas circunstâncias diferentes de outros confrontos, aconselham o empenho na criação de formas de diálogo e cooperação entre quem partilha a defesa de alternativas concretas.

A afirmação de movimentos sociais com autonomia, como representação de uma classe social (os sindicatos) ou de interesses sociais e políticos (a luta ecologista ou feminista,

dos imigrantes, ou das comunidades LGBT) ou ainda de resposta a discriminações (associações de portadores de deficiência ou outros), é estratégica para a existência de uma esquerda social. E esses movimentos só podem existir se assumirem formas de democracia em acção, se criarem densidade de redes de associação e cooperação e se forem protagonistas da defesa de medidas aplicáveis e que mudam a vida das pessoas.

A relação entre as iniciativas políticas e as sociais não é fácil, tanto pelos preconceitos anti-partidários, como por erros dos partidos, e o Bloco também os cometeu. **A multiplicação do activismo com a criação de fóruns e alianças ou movimentos para a acção, plurais e abertos, são sempre as chaves para a superação dos limites do associativismo e das suas relações com a política.**

7.3. O Bloco rejeita a experiência sufocante de partidos-guia que formam um arquipélago de organizações sociais pilotadas, porque reduzem a luta social. Essa experiência não terminou, porque norteia a acção de muitos partidos, mas é-lhes fatal porque determina o estrangulamento dos movimentos sociais. Pelo contrário, para o Bloco, o factor decisivo na mudança de capacidade da esquerda para responder à crise depende do entrelaçamento das esquerdas sociais e das esquerdas políticas. Nesse relacionamento, a prioridade para a esquerda socialista é a acção no mundo do trabalho e essa acção é predominantemente política.

Por isso, o Bloco rejeita a partidocratização dos sindicatos e dos movimentos, porque ela proíbe a democracia mas ainda porque implica a despolitização desses sindicatos e movimentos. Um sindicato reduzido a um partido exclui a maioria dos trabalhadores. O risco de muitos sindicatos e da CGTP é sempre o de se fecharem, quando se deviam abrir; é isolaram-se, quando deviam abranger mais desempregados, mais trabalhadores precários, mais imigrantes, mais combates que aumentam o reconhecimento do papel social do trabalho; é tornarem-se mais institucionais, quando deviam ser mais sociais.

A sectarização partidária agrava ainda as dificuldades de renovação de quadros sindicais, num momento em que o ataque aos direitos colectivos e em particular ao princípio da contratação, ou a afirmação da individualização e da globalização tem feito recuar o sindicalismo. Sendo a maioria dos trabalhadores aderentes do Bloco de Esquerda parte da CGTP ou dos sindicatos representativos do seu sector, e estando o movimento empenhado na afirmação da emancipação do trabalho como pilar do projecto socialista e na mobilização dos trabalhadores contra as políticas liberais, a esquerda socialista deve sempre opor-se ao estreitamento da central sindical, à marginalização de dirigentes ou activistas por imposição de razões partidárias, e deve defender a democracia que abre a central sindical aos problemas dos dias de hoje.

7.4. O Bloco não tem uma tendência sindical nem apoia a criação de tendências sindicais partidárias, mas precisa de construir uma rede social de influência, uma rede de activistas, que valorize o trabalho de base, a comunicação entre todos, como uma articulação activista de acção política numa organização voluntária.

O respeito pela autonomia e pluralidade das organizações sindicais não diminui, antes sublinha a importância da acção dos activistas da esquerda socialista, que procuram a ampliação, a combatividade e o sucesso das mobilizações e da representação dos trabalhadores. Nas Comissões de Trabalhadores, na central sindical e nos sindicatos, a esquerda socialista é coerente com a sua agenda política e contribui para a mobilização geral. Os activistas do Bloco devem procurar merecer a confiança dos seus colegas de trabalho para serem eleitos para estas Comissões, ou para a responsabilidade de delegados e dirigentes sindicais, e devem assim conduzir uma intervenção de acordo com a sua experiência e opinião. A criação de enlaces e formas de cooperação entre organizações representativas que promovem uma política unitária e combativa demonstrará a viabilidade de alternativas no movimento dos trabalhadores.

A intervenção laboral do Bloco de Esquerda é assim organizada em rede, respeitando a autonomia de acção dos aderentes que promovem a disputa de ideias e propostas na luta quotidiana das organizações associativas dos trabalhadores.

A reunião sectorial de aderentes para discutir as políticas da energia, dos transportes, das telecomunicações, da indústria automóvel, do sector financeiro ou de outros sectores deve permitir a comunicação e o encaminhamento de respostas estratégicas para cada sector.

7.5. A criação de um centro de formação e de culturas do trabalho é um contributo para o estudo histórico e político, para o conhecimento técnico e jurídico que apoia processos reivindicativos e para o apoio ao activismo. Esse Centro inicia a sua actividade em 2007.

7.6. Para a grande maioria dos jovens e para um número crescente de trabalhadores, o contrato de trabalho é precário e desvinculado de direitos fundamentais. Assim, para milhares de trabalhadores, o biscoito substitui o emprego, ou a jornada numa agência de trabalho temporário substitui a relação contratual com a empresa onde se presta serviço. Essa política social destrói o salário indirecto e reduz a protecção da segurança social, comprime o salário directo que é purgado por comissões e descontos abusivos e impede a organização social reivindicativa.

O Bloco considera uma prioridade o impulso a redes associativas e reivindicativas entre estes trabalhadores, porque o precariado é a parte mais vulnerável e mais explorada da sua classe, seja em profissões altamente qualificadas seja no comércio ou na construção.

7.7. O movimento alter-globalista em Portugal demonstrou potencialidades e vulnerabilidades. O 1º Fórum Social Português demonstrou que havia organizações não governamentais e activismo social que se queriam encontrar e inverter esta situação paralisante. Em contrapartida, no 2º Fórum pesou a configuração partidária em que ainda predomina a visão instrumental dos movimentos sociais, que é a do PCP.

Para responder a este impasse, o Bloco deve contribuir para encontrar agendas comuns entre os que partilham uma visão aberta do movimento, e que dê lugar a acções e campanhas unificadas, como por exemplo para a retirada das tropas portuguesas do Afeganistão, para a resposta às alterações climáticas, para a expressão do precariado, ou para afirmar a igualdade de direitos das comunidades LGBT contra os ódios discriminatórios.

8. PRIORIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO BLOCO: COMUNICAÇÃO E ACTIVISMO ALARGADO

8.1. Ao longo dos seus oito anos de existência, o Bloco de Esquerda mudou o mapa nacional, determinando o fim da monopolização da política por quatro partidos institucionais. Essa mudança não é ocasional nem passageira, é estruturante e permanente. Mas o contributo mais importante do Bloco tem sido mobilizar uma nova política que começou a definir a esquerda socialista em Portugal. Essa foi a escolha que transformou o Bloco de Esquerda numa força de influência e de luta, e é nessa escolha que a Convenção prossegue.

O Bloco é hoje esse movimento organizado. Mas que tem limites marcantes: não se alargou o que era necessário e vive com rotinas organizativas que o fecham, activismo ainda reduzido, democracia interna pouco participada e presença pouco politizada. A esquerda socialista precisa de ser muito mais.

8.2. O Bloco é um movimento que, tem a forma legal e actua com as responsabilidades de um partido – disputa as eleições, desenvolve alternativas e assume a responsabilidade de representar quem nele confia – mas de modo profundamente diferenciado da política institucional tradicional.

Essa é a sua particularidade única como movimento: onde os partidos tradicionais desprezam as ideias, o Bloco valoriza o debate político e reconhece que este só existe se for plural; onde os partidos tradicionais ignoram a estratégia porque a substituem pelo situacionismo social, o Bloco discute e empenha-se na transformação da relação de forças social; onde os partidos tradicionais procuram lugar para as carreiras individuais na ocupação de cargos e no cálculo de trajectórias políticas, o Bloco ataca a política que exclui e afirma a política que inclui os protagonismos, as vozes, os movimentos dos sectores mais explorados e discriminados da sociedade.

Essa é a diferença que define o Bloco e o seu modo de organização, e que exclui muitos dos caminhos que na esquerda se têm percorrido:

- O Bloco não pretende ser um partido de eleitores, que é necessariamente um aparelho altamente profissionalizado e cuja relação social é predominantemente estabelecida por via dos *media*;
- Não pretende ser um partido de propaganda, para repetir algumas ideias criando uma devoção interna elevada, mas retirado da intervenção que disputa de transformações menores e maiores das relações de força;
- Não pretende ser um partido fechado sobre si mesmo, sobre a sua memória e a sua saudade.

A esquerda socialista define-se por uma outra ambição política, por ser um partido da acção na luta social, um partido das ideias na recusa do pensamento débil ou do pensamento único. E a política define a organização. **A organização deve por isso responder a esta agenda: acção social para movimentos dos explorados, disputa em todos os terrenos da representação eleitoral, criação de plataformas e movimentos alargados para enfrentar o governo, descentralização para a criação de espaços para todos os activismos.**

8.3. A política define a organização e a organização é erguida pela informação e pela comunicação. Um movimento como o Bloco só pode crescer se criar fluxos de informação que o afirmem como um lugar único de acção e de debate político, e se criar comunicação de ideias fortes na sociedade.

O Bloco é aberto. O Bloco deve incluir pessoas que partilham ideias e projectos e que assim se definem pela política. **O Bloco deve estar aberto a milhares de aderentes, que sejam parte importante da parte activa dessa força social, e é assim que se alargará e rejuvenescerá.** É também uma representação social: deve incluir trabalhadores de todas as idades, com experiências profissionais diferentes, de sectores e regiões que são o mapa de todo o país, e de todas as condições – o proletariado moderno inclui o *precariado* e os pobres. Quanto mais aberto e representativo, maior será a diversidade interna do Bloco e é assim que o queremos.

Entre esses aderentes, muitas e muitos serão activistas que se organizam voluntariamente em redes e espaços de iniciativa. A prioridade da organização é desenvolver mais activismo com mais activistas, com mais acção e com mais protagonismos. A comunicação para a sociedade e da sociedade depende desta rede de activismos, de grupos de trabalho que geram iniciativas, partilham informação, decidem modos de comunicação e as suas prioridades. Essas redes podem assumir muitas formas: campanhas temáticas, grupos de trabalho para discussão e para desenvolver uma causa. O

activismo tem uma prioridade e é assim que se mede: criar movimento na sociedade.

Estes espaços não substituem o Bloco como tal, que define a agenda que pretende que marque a política e que a desenvolve de forma concentrada e procurando o maior impacto, mas pelo contrário reforçam a definição dessa agenda a partir da experiência da acção.

8.4. Ao longo dos últimos dois anos, o Bloco começou a mudar a sua forma de organização, em particular com a eleição nas últimas autárquicas de centenas de representantes nas juntas de freguesia e deputadas e deputados municipais, e de alguns vereadores. Empenhado no combate à corrupção e na apresentação de programas concretos, em Lisboa, em Salvaterra e em todo o país, esta representação autárquica obrigou o Bloco a começar a responder a problemas locais da população.

A realização anual da Conferência Autárquica aberta às e aos eleitos e a quem colabora na acção local e a criação de um boletim autárquico foram passos no sentido de melhorar este trabalho. Será criado um Gabinete de Apoio aos Autarcas para informação e suporte técnico às eleitas e eleitos.

Essas modificações impulsionam a escolha de agendas locais para o trabalho do Bloco, que corresponde a um processo de amadurecimento e de capacitação que está ainda no seu início. Mas essa descentralização vive com o espaço de decisão próprio das organizações concelhias, permite mais democracia, mais envolvimento dos aderentes no debate, e portanto mais responsabilidade repartida. São necessárias mais agendas locais com mais protagonismos locais: a descentralização do trabalho do Bloco nasce na base, com a ocupação destes espaços de comunicação pelas organizações que se tornem mais abertas e mais intervenientes.

A importância do trabalho autárquico crescerá dentro do Bloco. A apresentação de candidaturas assume esse empenho: quem é eleito deve desempenhar da melhor forma o seu mandato. Mas esse mandato não deve fechar a intervenção do Bloco, deve pelo contrário abri-la através da escolha de temas, em particular quanto à vida social do concelho. O Bloco deve por isso valorizar com muito mais atenção o contacto directo com a população para o debate dessas propostas e para as mobilizações que são sempre decisivas.

Esta mudança valoriza também o papel das organizações concelhias dentro das estruturas distritais. As coordenadoras concelhias, que são eleitas pelos aderentes, acompanham a actividade dos eleitos e definem prioridades. É a partir das concelhias e dos núcleos que o Bloco deve impulsionar o seu trabalho com as populações locais.

8.5. O Bloco dará cada vez mais importância à comunicação. A comunicação impõe regras de organização, em particular a formatação das estruturas internas para produzirem acção

e proposta junto das populações nas cidades e localidades, dos trabalhadores, dos jovens e de toda a sociedade. A função das estruturas é produzirem informação, propostas e iniciativas.

O portal *esquerda.net* constitui, desde há menos de um ano, uma das principais inovações no modo de comunicação política em Portugal, fazendo informação, opinião, blog, debate, pensamento, acompanhando a acção e criando cultura. Nos próximos anos, este caminho levará a revolucionar os modos de comunicação que eram dados como certos no século passado: a agitação e o debate de ideias na era da Internet é um processo muito mais exigente e muito mais partilhado, e são esses mecanismos de descentralização e de democratização que devem oferecer respostas e informação formatada pelo utilizador, que pode ser também produtor. Os modos de contacto com as pessoas mudarão, as mensagens terão novas plataformas tecnológicas, as reuniões podem ter conteúdos mais intensos – a acção política é comunicação e mobilização. A democracia terá mais conteúdos, porque a participação deve aumentar para que este modo de comunicação enfrente o monopólio e a aculturação letárgica que é a alienação dos dias de hoje.

No Bloco deve haver espaços múltiplos para o debate político, que é uma forma de organização. **A comunicação exige também Assembleias abertas em que as pessoas debatem a política. Assim, as organizações distritais, concelhias ou regionais organizarão regularmente ao longo do ano Assembleias para debate das grandes questões, em que se exprimam as opiniões dos aderentes e de quem acompanha e participa no esforço da esquerda socialista.**

8.6. O modo de comunicação baseia-se essencialmente nas agendas locais, nas campanhas intensivas, nos grupos de trabalho e centros de iniciativas, na informação do portal e nas assembleias. Mas o Bloco desenvolve no mesmo sentido outros meios de informação e organização:

- O *ParticipAcção*, revista de reflexão sobre o trabalho, que passa a suportar a actividade do Centro de Formação,
- O *Esquerda*, jornal mensal de divulgação, para constituir uma rede de assinantes envolvendo todos os aderentes e quem queira saber das iniciativas e ideias do Bloco,
- A revista *Rede Local*, para o trabalho autárquico, para dar instrumentos de trabalho e conhecimentos técnicos, jurídicos e políticos aos nossos eleitos e àqueles com quem trabalhamos.

A essas publicações deve acrescentar-se uma Revista de debate de ideias, a partir do portal *esquerda.net*, trabalhando os seus dossiers temáticos e acrescentando artigos de reflexão sobre os grandes debates políticos.

Este ano, o Bloco dará sequência às anteriores universida-

des de verão sob uma nova forma, um fórum de ideias, o *Socialismo 2007*, convidando experiências, protagonistas, activistas e a reflexão sobre a política, história, economia, cultura ou ciência.

8.7. 8.7. O trabalho de juventude do Bloco deve criar espaços de formação e acção políticas, que aglutinem activistas, criem sociabilidades contra-culturais e promovam a partilha de experiências e lutas. Deve ser aberto à diversidade, liberto de sectarismo, inclusivo, multiforme (multiplicando os meios de reflexão e comunicação política, da reunião e do comunicado às expressões artísticas e à acção directa concreta), marcar agenda e dinamizar iniciativas públicas que levem as propostas do Bloco para a rua e para os lugares que definem a vida social dos jovens.

Um desses lugares é a escola, onde o Bloco deve intervir organizadamente para desenvolver o movimento estudantil mas também para promover identidades internacionalistas, movimentos contra as guerras, culturas alternativas e legalização das drogas leves, campanhas de igualdade de género ou contra as discriminações sexuais, ou contra o racismo e a xenofobia. Através de núcleos de jovens do Bloco ou de grupos abertos de estudantes, os militantes do Bloco canalizam a sua intervenção para o secundário e o superior e para a organização dos jovens nas escolas. A Conferência Nacional de jovens, realizada de dois em dois anos, deve eleger delegados que representam o activismo bloquista no sector e que votam uma coordenação nacional e definem modos de actuação. A atribuição de responsabilidades aos militantes mais novos mede-se pela capacidade de renovação da direcção, que deve ser protagonizada pelos mais jovens, sejam do secundário ou do superior (25 anos parece ser o limite desejável para as listas à Coordenadora, matéria que a Conferência poderá decidir).

Porque há referências culturais que aproximam os jovens mesmo que vivendo experiências distintas, o Bloco valoriza espaços de encontro, reflexão e convívio entre os jovens (encontros, acampamentos, festivais, etc.), reconhecendo que hoje as trajectórias entre formação e trabalho não são lineares e que é cada vez mais comum a complementaridade entre a experiência escolar e a precariedade e intermitência laboral. Por isso, o Bloco incentiva e apoia o activismo de jovens trabalhadores, precários ou desempregados, que podem criar espaços de intervenção específicos (como aconteceu já em relação aos recibos verdes, aos bolseiros ou aos intermitentes) e que devem desenvolver modos de coordenação e articulação nacionais próprios. A intersecção deste trabalho com as estruturas do Bloco que intervêm sobre a questão do trabalho é uma mais-valia que potencia o activismo dos jovens trabalhadores, colocando-os em contacto com outras experiências.

8.8. A V Convenção aprova uma orientação política que mobiliza o Bloco para a sua opção fundamental: criar uma alternativa da esquerda socialista que se torne determinante no país. Para isso, escolhemos formas de organização e

prioridades, e mobilizamos todas as nossas capacidades.

Em várias áreas de trabalho, a Mesa Nacional deve eleger coordenadoras nacionais para promover essa intervenção: a Coordenadora Nacional Autárquica, a Coordenadora Nacional do Trabalho, a Coordenadora Nacional do Ambiente.

Como aconteceu desde a formação do Bloco, a organização de Conferências temáticas deve constituir um convite aberto, deve ouvir opiniões e experiências que definam alternativas, deve convidar os aderentes para uma discussão aberta. Quanto aos serviços sociais como a saúde, na educação, no ambiente, ou em temas transversais como a política de cidades, o combate à exclusão, o Bloco tem convocado estas conferências e esse deve ser o caminho para constituir massa crítica à esquerda.

Na sua estrutura profissional, o Bloco deve manter um sistema que crie centros eficientes na informação aos aderentes, aos eleitos e ao activismo, e que permita responder a exigências técnicas decorrentes das normas da lei, nomeadamente os deveres de transparência administrativa e contabilística. Em qualquer caso, não deve criar um aparelho pesado. Definimos um objectivo de funcionamento, e mantemos o nível da estrutura actual. O Bloco tem cerca de 50 sedes e é provável que ainda venha a abrir algumas em concelhos do interior ou em algumas zonas densamente povoadas; mas será um incremento limitado. Essas sedes devem contudo funcionar não só como centros de suporte de campanhas mas ainda como centros de actividades.

A esquerda socialista será assim um lugar de activismo, um cruzamento de opiniões, uma fertilização do debate político e um movimento concentrado nos grandes objectivos do combate político e social anti-capitalista.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO A

"A ESQUERDA SOCIALISTA COMO ALTERNATIVA AO GOVERNO SÓCRATES"

Francisco Louçã (Lisboa/Lisboa)
Adelino Mota (Braga/Famalicão)
Adriana Lopera (Lisboa/Lisboa)
Albano Torres (Faro/Loulé)
Alberto Matos (Beja/Beja)
Alberto Sousa (Aveiro/Sta Maria Feira)
Alda Macedo (Porto/Porto)
Alda Sousa (Porto/Porto)
Alexandre Alves Costa (Porto/Porto)
Alice Brito (Setúbal/Setúbal)
Alice Tristany (Faro/Vila Real S Ant)
Almerinda Bento (Setúbal/Seixal)
Álvaro Arranja (Setúbal/Setúbal)
Ana Bastos (Porto/Gaia)
Ana Campos (Lisboa/Lisboa)
Ana Candeias (Lisboa/Lisboa)
Ana Catarina Alves (Porto/Gondomar)
Ana Catarina Sartóris (Lisboa/Lisboa)
Ana Drago (Lisboa/Lisboa)
Ana Luísa Amaral (Porto/Matosinhos)
Ana Monteiro (Castelo Branco/Covilhã)
Ana Prata (Santarém/Santarém)
Ana Sofia Roque (Lisboa/Loures)
Andrea Peniche (Aveiro/Aveiro)
Ángela Luzia (Setúbal/Almada)
Ángela Reis (Santarém/Torres Novas)
António Amaro (Viseu/Viseu)
António Chora (Setúbal/Moita)
António Cruz Mendes (Braga/Braga)
António Gomes (Santarém/Torres Novas)
António José André (Coimbra/Coimbra)
António Santos (Lisboa/Amadora)
António Soares Luz (Porto/Porto)
Arnaldo Sarroeira (Leiria/Bombarral)
Berta Alves (Lisboa/Cascais)
Bruno Cabral (Lisboa/Lisboa)
Bruno Maia (Porto/Gondomar)
Bruno Mendes (Porto/Felgueiras)
Bruno Pereira (Castelo Branco/Castelo Branco)
Carlos Cabrita (Faro/Albufeira)
Carlos Carujo (Lisboa/Sintra)
Carlos Cerqueira (Lisboa/Sintra)
Carlos Gomes (Vila Real/Vila Real)
Carlos Macedo (Setúbal/Sesimbra)
Carlos Matias (Santarém/Entroncamento)
Carlos Patrão (Lisboa/Vila Franca Xira)
Carlos Santos (Lisboa/Lisboa)
Carlos Vieira (Viseu/Viseu)
Catarina Martins (Coimbra/Coimbra)
Catarina Príncipe (Porto/Gaia)
Cecília Honório (Lisboa/Cascais)
Cipriano Pisco (Setúbal/Montijo)
Cláudia Cardoso (Lisboa/Amadora)
Cláudia Oliveira (Lisboa/Lisboa)
Conceição Nogueira (Porto/Porto)
Constantino Piçarra (Beja/Castro Verde)
Custódio Braga (Braga/Braga)
Daniel Oliveira (Lisboa/Lisboa)
Deolinda Martin (Lisboa/Amadora)
Dina Nunes (Lisboa/Lisboa)
Eduardo Grelo (Setúbal/Seixal)
Eduardo Valdez (Porto/Gondomar)
Elita Barreto (Setúbal/Barreiro)
Eva Braga (Aveiro/S João Madeira)
Fábio Salgado (Leiria/Nazaré)
Fátima Drumond (Açores/Terceira)
Fátima Grácio (Porto/Porto)
Fernando Baptista (França/Paris)
Fernando Costa (Évora/Mora)
Fernando Letra (Madeira/Funchal)
Fernando Queiroz (Porto/Matosinhos)
Fernando Rosas (Lisboa/Lisboa)
Filipa Gonçalves (Lisboa/Sintra)
Francisco Colaço (Santarém/Cartaxo)
Gabriel Almeida (Faro/Loulé)
Guida Salvadinho (Beja/Serpa)
Guida Vieira (Madeira/Funchal)
Heitor Sousa (Lisboa/Lisboa)
Helena Figueiredo (Lisboa/Lisboa)
Helena Oliveira (Setúbal)
Helena Pinto (Lisboa/Lisboa)
Henrique Guerreiro (Setúbal/Sesimbra)
Henrique Leal (Santarém/Entroncamento)
Hugo Dias (Coimbra/Coimbra)
Hugo Silva (Porto/Amarante)
Jaime Pinho (Setúbal/Setúbal)
Joana Amaral Dias (Lisboa/Lisboa)
Joana Mortágua (Lisboa/Lisboa)
João Ferreira (Braga/Guimarães)
João Madeira (Setúbal/Santiago Cacém)
João Romão (Faro/VRS Ant)
João Semedo (Porto/Porto)
João Silva (Lisboa/Sintra)
João Teixeira Lopes (Porto/Porto)
João Vasconcelos (Faro/Portimão)
Joaquim Dias (Aveiro/Sta M Feira)
Joaquim Machado (Coimbra/Coimbra)
Joaquim Mealha (Faro/Loulé)
Joaquim Piló (Setúbal/Seixal))
Joaquim Raminhos (Setúbal/Moita)
Joel Oliveira (Porto/Porto)
Jorge Afonso (Aveiro/Aveiro)
Jorge Carneiro (Viseu/Viseu)
Jorge Costa (Lisboa/Lisboa)
Jorge Magalhães (Porto/Porto)
Jorge Noutel (Guarda/Guarda)
Jorge Pereira (Porto/Gaia)
José Carlos Lopes (Aveiro/Ovar)
José Carreira (Santarém/Alpiarça)
José Casimiro (Lisboa/Lisboa)
José Castro (Porto/Porto)
José do Carmo (Faro/Tavira)
José Falcão (Lisboa/Loures)
José Guilherme (Lisboa/Lisboa)
José Manuel Pureza (Coimbra/Coimbra)
José Maria Cardoso (Braga/Barcelos)
José Peixoto (Leiria/Leiria)
José Serra das Neves (Castelo Branco/Covilhã)
José Soeiro (Porto/Gaia)
Leonardo Silva (Setúbal/Setúbal)
Lina Duarte (Santarém/Santarém)
Lúcia Arruda (Açores/S. Miguel)
Luís Castro (Lisboa/Cascais)
Luís Fazenda (Lisboa/Lisboa)
Luís Gomes (Setúbal/Almada)
Luís Leiria (Lisboa/Lisboa)
Luís Louro (Viana Castelo/Viana Castelo)
Luis Marado (Braga)
Luís Pedras (Portalegre/Elvas)
Luís Sá (Aveiro/Sta Maria Feira)
Luís Vale (Bragança/Vinhais)
Luisa Penisga (Faro/Portimão)
Mamadou Ba (Lisboa/Lisboa)
Manuel António Lopes (Santarém/Abrantes)
Manuel Grilo (Lisboa/Lisboa)
Manuel Martins (Setúbal/Moita)
Manuel Ramos (Santarém/Torres Novas)
Manuel Sá Mota (Viana Castelo/Viana Castelo)
Manuela Barreto Nunes (Braga/Braga)
Manuela Tavares (Setúbal/Almada)
Margarida Santos (Lisboa/Cascais)
Maria Clara Andrade (Lisboa/Cascais)
Maria da Graça (Viseu/Viseu)
Maria João Sequeira (Setúbal/Almada)
Maria José Araújo (Porto/Gaia)
Maria José Espinheira (Porto/Porto)
Maria José Vitorino (Lisboa/Vila Franca de Xira)
Maria Rodrigues (Porto/Porto)
Mariana Aiveca (Setúbal/Setúbal)
Mariana Carneiro (Lisboa/Lisboa)
Mário Durval (Setúbal/Barreiro)
Mário Mendes (Castelo Branco/Castelo Branco)
Mário Tomé (Lisboa/Lisboa)
Marisa Matias (Coimbra/Coimbra)
Miguel Pinto (Lisboa/Oeiras)
Miguel Portas (Lisboa/Lisboa)
Miguel Reis (Lisboa/Lisboa)
Moisés Ferreira (Aveiro/S João Madeira)
Mónica Frechaut (Lisboa/Lisboa)
Natasha Nunes (Lisboa/Lisboa)
Natércia Coimbra (Coimbra/Coimbra)
Nelson Peralta (Aveiro/Aveiro)
Nuno Antunes (Lisboa/Amadora)
Nuno Marta (Santarém/Tomar)
Orlando Almeida (Lisboa/Amadora)
Patrícia Veiros (Aveiro/Ovar)
Paula Nogueira (Castelo Branco/Castelo Branco)
Paula Sequeiros (Porto/Porto)
Paulo Cardoso (Portalegre/Portalegre)
Paulo Martins (Madeira/Funchal)
Paulo Pires (Vila Real/Montalegre)
Paulo Vieira (Lisboa/Lisboa)
Pedro Choy (Santarém/Salvaterra Magos)
Pedro Filipe Soares (Aveiro/Castelo Paiva)
Pedro Mendes (Braga/Braga)
Pedro Pombeiro (Setúbal/Setúbal)
Pedro Sales (Lisboa/Lisboa)
Pedro Soares (Lisboa/Lisboa)
Raquel Pinto (Lisboa/Lisboa)
Regina Santos (Açores/Faial)
Renato Soeiro (Porto/Gaia)
Ricardo Robles (Lisboa/Lisboa)
Ricardo Toste (Açores/Terceira)
Rita Calvário (Lisboa/Lisboa)
Rita Silva (Lisboa/Lisboa)
Roberto Almada (Madeira/Funchal)
Roberto Robles (Setúbal/Seixal)
Rodrigo Rivera (Coimbra/Coimbra)
Rogério Moreira (Lisboa/Lisboa)
Romão Ramos (Santarém/Salvaterra Magos)
Rui Abreu (Lisboa/Oeiras)
Rui Borges (Lisboa/Lisboa)
Rui Maia (Lisboa/Loures)
Rui Nóvoa (Porto/Porto)
Rui Vieira (Lisboa/Oeiras)
Serafim Duarte (Coimbra/Coimbra)
Sérgio Carvalho (Aveiro/S Maria Feira)
Sérgio Vitorino (Lisboa/Lisboa)
Teresa Leitão (Lisboa/Cascais)
Tiago Gillot (Lisboa/Loures)
Timóteo Macedo (Lisboa/Lisboa)
Victor Brilhante (Lisboa/Amadora)
Victor Edmundo (Lisboa/Loures)
Victor Franco (Santarém/Santarém)
Victor Malheiro (Braga/Braga)
Victor Ruivo (Faro/Faro)
Victor Solteiro (Aveiro/Espinho)
Vidal Marreiros (Faro/Vila Bispo)
Vitorino Pereira (Leiria/Leiria)
Zuraida Soares (Açores/S. Miguel)
O representante desta moção na COC é o José Gusmão.

Moção B

POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA

O espírito deste grupo foi centrar o debate e as decisões respeitando e valorizando os mecanismos de participação dos colectivos “soberanos” e das populações, numa lógica de espelho em que a prática interna no B.E fosse simultaneamente escola de aprendizagem e teste micro para as propostas que colocamos como estruturantes e fracturantes para a sociedade.

Entender a organização como uma ferramenta e não um fim em si mesma, mas também não um trampolim para carreiras individuais.

Consideramos que os argumentos aduzidos há 2 anos, lamentavelmente continuam pertinentes e em muitos aspectos são até, hoje, mais evidentes, pelo que recolocamos à discussão o mesmo documento -estamos certos de que para os que continuam a reger-se pela “cartilha marxista“, um mísero texto de reflexão com dois anos, ainda não atingiu a caducidade.

A esse documento acrescentamos agora áreas temáticas mais prepositivas, porque já na altura alguns de nós tivemos essa vontade, mas o acordo genérico com o texto maioritário e a incapacidade do grupo de sistematizar e maturar as diferenças e ainda a avaliação de que era preciso dar tempo para “fazer a prova “ do quanto é distante o que se promove, propõe e faz, a partir dos organismos imanados e o que se vem / vinha escrevendo.

POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA

[...]O Bloco assume as grandes tradições da luta popular no país e aprende com outras experiências e desafios; renova a herança do socialismo e inclui as contribuições convergentes de diversos cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram com a busca de alternativas ao capitalismo. [...]

(Começar de Novo)

[...]O socialismo define-se não apenas como horizonte mas como política concreta e actual. A política emancipatória contrapõe-se à realidade da exploração e opressão, e propõe assim uma ruptura com a civilização capitalista. [...]

(Documentos Políticos da III Convenção)

Desde a sua fundação, o Bloco de Esquerda reivindica a necessidade de refundação da ESQUERDA, sem negar as diversas tradições políticas que procuram uma alternativa ao modelo capitalista.

Aponta concretamente o socialismo como modelo alternativo ao capitalismo.

Toma uma opção, aceitando vários caminhos.

Congrega dentro de si várias forças que genericamente se decidem a colaborar politicamente neste projecto, assumidamente anti capitalista e pela construção de uma sociedade socialista.

Este grupo tem sido acusado de falta de definição ideológica e é verdade.

Dentro de um quadro amplo da esquerda, considerando como importante testar, conhecer e redefinir velhos e novos conceitos ideológicos, defendemos que esse é um processo por conseguir, e em relação ao qual o Bloco de Esquerda tem ficado a quem dos objectivos inicialmente afirmados.

Quantos de nós conhecemos *mesmo* a obra de Marx e restantes *magníficos clássicos*? Pior ainda: dos poucos que as leram, quantos são capazes de tirar desse conhecimento o proveito mais adequado, para transformar a sociedade em que hoje vivemos?

Na nossa opinião, seria mais eficaz reconhecer esta limitação (como o Bloco de Esquerda parecia querer fazer, no início) e agir simultaneamente em dois sentidos complementares e fomentar momentos de confronto entre as diversas opiniões e grupos que participam no Bloco de Esquerda (ou nem sequer) para que se avalie as diferenças, sem exclusões, se consiga criar um clima em que o aprofundamento ideológico seja real, sem sectarismo nem o ressurgimento de capelinhas com um qualquer iluminado a falar apenas para os seus amigos, cada vez mais vazias de gente – e promover, sem carácter de catequese, iniciativas que realmente nos

permitam aprender alguma coisa com o esforço de teorização dos séculos XVIII, XIX, XX.

Assumimos dois vectores que consideramos tendencialmente divergentes com a maior parte das decisões apresentadas pela comissão política: uma postura progressivamente descuidada da participação dos aderentes de base e uma avaliação pouco aprofundada das matérias.

Na génese do Bloco de Esquerda surgia como matriz a diversidade das origens ideológicas de ESQUERDA; cremos nesse factor como uma riqueza a valorizar, criando foruns de debate que potenciem essa diversidade e grupos de trabalho que efectivamente assumam uma capacidade prepositiva enriquecedora.

Outra das matrizes que reputamos de fundamental é a valorização da participação e acreditamos que a transformação do mundo é obra de todos e de cada ser humano.

Claro que, enunciados assim, estes princípios basilares serão subscritos pela totalidade dos aderentes do Bloco de Esquerda. O que nos diferencia é o grau de valoração que lhes damos, na aplicação à prática política quotidiana.

Reconhecendo que a urgência das respostas, em política, dificulta a concretização efectiva da participação de todos, recusamos a sobrevalorização desta condicionante, que pensamos ser uma das principais causas do desinteresse colectivo.

Mais importante do que tomar muitas decisões é implementar os mecanismos efectivos que garantam que as decisões serão tomadas por todos.

Parece-nos que estamos a cair na armadilha do imediatismo, que os mecanismos de gestão do poder gostam de impor.

Fugindo ao falso vanguardismo, defendemos que as pessoas actuem em todos os campos de actividade a que estão ligados e aí marquem claramente a sua avaliação do mundo. Parecia ser esta uma das inovações do Bloco de Esquerda cada um procurando influenciar para construir um mundo melhor, nas áreas em que a sua apetência pessoal mais se realize.

Gostaríamos, no entanto, de clarificar que este é, para nós, o sentido da frase partido de causas, fugindo ao risco dos jogos de influências, corporativos, que têm guetizado e feito perder tantas e justas reivindicações. Importa o Bloco de Esquerda ir sabendo construir um pensamento e uma acção política, diversa das ideias feitas do politicamente correcto.

A ideia de correr por fora não é, a nosso ver, uma opção conjuntural, descartável face ao realismo pragmático da política corrente, mas **opção estratégica** decorrente da convicção fundadora do Bloco de Esquerda, a de que **o capitalismo não é reformável**.

Não defendemos, antes pelo contrário, a guetização do Bloco de Esquerda nas áreas de campanhas políticas e de agitativismo. Por outras palavras, não enfeitamos nenhum dos espaços de intervenção política que o sistema capitalista nos permite e isso, naturalmente, inclui os campos parlamentares nacional, regional e local.

Crescem os sinais de um profundo desencanto não só em relação às políticas governamentais como ao próprio sistema. A abstenção é, em parte, reflexo disso.

A tarefa da ESQUERDA que quer construir alternativa, não apenas ao governo mas ao sistema capitalista, não se pode limitar a propor, no quadro deste sistema, medidas de carácter socialista mais ou menos radicais. Necessita também de reconstruir uma cultura de sistema alternativo e aqui o Bloco de Esquerda está em condições de abrir a reconstrução de uma consciência colectiva socialista que marque, também, o quotidiano das pessoas como alvo a conseguir com a sua acção individual e colectiva.

Fomos ouvindo nas diversas avaliações de resultados eleitorais, o que partilhamos com quase todos: que estes são, principalmente, a consequência do bom trabalho parlamentar. Parece-nos, todavia, que daqui não se retira a necessária lição. É que, se é verdade que, para o Bloco de Esquerda, as instituições do estado capitalista são avaliadas como não reformáveis, sendo útil a presença aí, para sabermos mais e melhor o que se passa e para ampliarmos (propondo no concreto) a divulgação das nossas posições e propostas, fazendo-as chegar a mais gente. Então, importa manter o distanciamento que nos permita saber porquê, sendo a proposta do Bloco de Esquerda de responsabilização e participação do indivíduo, para que a transformação do mundo aconteça no sentido do velho lema *a cada um segundo as suas necessidades; de cada um segundo as suas possibilidades*; porquê então a real mobilização dos aderentes tem sofrido um decréscimo acentuado?

Defendemos que o desgaste imediatista e superficial, que as campanhas eleitorais tendem a impor, deve ser contrariado por trabalhos de casa bem feitos, onde paulatina e persistentemente se estabeleçam diagnósticos, pontes e propostas para cada problema: nas freguesias, nas empresas, na cultura ou nas avaliações macroeconómicas e sociais mais amplas; que mostrem que ser do Bloco de Esquerda não é aceitar o *inevitável* da exploração e da estratificação social. Para nós, a luta de classes continua a ser determinante no relacionamento em sociedade. Construiremos soluções adequadas aos tempos de hoje, a partir dos velhos ensinamentos, que façam o mundo ser mais igualitário e sustentável, nesta latitude e em todas as outras!

Acreditamos que é neste parâmetro de autenticidade e aprofundamento, que recuse o deslumbre do poder, que vamos realmente construir um movimento enraizado na vontade de todos os dias, ganhar apoios, para que a construção

da sociedade socialista se concretize, no embate contra as instituições do capitalismo.

O Bloco de Esquerda poderá, e cremos que é o mais provável, continuar a crescer eleitoralmente. Mas este *correr por fora* passará a ser *correr por fora dos activistas* e um apelo reforçado à estratégia pura e dura do marketing político. Não é esse, seguramente, Bloco de Esquerda que queremos construir.

Não é apenas a falta de plenários regulares de activistas, a falta de investimento na criação de núcleos (organizações de base). É sobretudo uma postura de divórcio crescente entre a direcção executiva e um círculo estreito de outros activistas influentes, por um lado, e o resto da organização, por outro. É nessa zona de ambiguidade que se tem vindo a definir como é que o Bloco de Esquerda intervém, no quê e porquê. Se as acções vêm formatadas do topo, se as deliberações são passadas à comunicação social antes de serem deliberadas nos órgãos competentes, ou de sequer serem transmitidas aos aderentes, se se generaliza um certo tom professoral, paternalista. Muitos dos que se aproximaram do Bloco de Esquerda rejeitam ter apenas o papel de coladores de cartazes, distribuidores de panfletos e actores de acções simbólicas e mediáticas. Esse papel, **naturalmente necessário**, a tornar-se rotina, transforma-se em factor de desânimo, desinteresse e desmobilização.

Na nossa opinião, a ultrapassagem desta contradição passa pelo **aprofundamento a todos os níveis de debate político e da planificação, execução e controle colectivo da vida e intervenção do Bloco de Esquerda**.

Numa palavra, importa acarinhar na projecção da Democracia Socialista por que nos batemos **a criação de uma cultura de verdadeira democracia participativa no interior do Bloco de Esquerda**. Aparentemente essa cultura está enraizada no Bloco de Esquerda mas a nossa análise é de que em demasiados casos, esse enraizamento é meramente superficial.

Vem sendo mantido, tanto internamente, como sobretudo na imprensa, uma resposta que reputamos de ambígua, no que respeita à concretização do relacionamento formal com os partidos do chamado espectro político de esquerda.

Fazemos questão de manter a memória e esta atitude também se aplica à avaliação que fazemos destes partidos, nomeadamente o Partido Socialista que tem mostrado ser, sempre que conseguiu chegar ao poder, um capataz à altura dos interesses do neoliberalismo financeiro; e o Partido Comunista, que se mantém incapaz de ler o mundo, sem ser à luz dos pequeninos interesses do seu aparelho

Defendemos a necessidade de um debate aprofundado, sobre a temática das coligações, para que sejamos nós (Bloco de Esquerda) também neste assunto, a marcar a diferença,

pela clareza das afirmações e pela recusa dos tão em voga *tabus*. Embora se continue a ter o cuidado de não passar a linha tem-se, no entanto, progressivamente, deixado instalar a ideia de vocações maioritárias, que reputamos de deliberadamente equívocas, porque não determinam com clareza, qual é a nossa fronteira.

Consideramos que todos os exemplos que a história nos tem deixado, confirmam o que todos os dias podemos observar **mais depressa os homens (de esquerda) se moldam às instituições do poder capitalista, do que conseguem no interior destas, retirar algum contributo para mudar o mundo.**

Esta constatação obriga-nos a sermos muito cautelosos quanto à presença de bloquistas em executivos institucionais do aparelho do estado e a sermos contra a participação no governo central mesmo que integrando coligações, pelo menos nesta fase da realidade europeia, em que a resposta dos movimentos sociais, mesmo sendo pontualmente muito significativa, se mantém a um nível em que tem sido sistematicamente reabsorvida pelas lógicas alienadoras do sistema vigente.

Fazemos questão de marcar com esta clareza este aspecto da actividade política, e faremos o que estiver ao nosso alcance para que seja aprofundado o seu debate interno, porque o consideramos de central nas evoluções e involuções que, ao longo da História, se têm processado por intermédio desta táctica.

Sabemos que, muitas vezes, o argumento de fazer alguma coisa em vez de ficar só a criticar ganha força quando a possibilidade de integrar um executivo central, surge como viável e até como indispensável para derrotar a direita. Em relação a isto, duas objecções / alertas: a) a crítica é já em si mesma fazer alguma coisa, sobretudo se incluir uma componente prepositiva; b) a realização, presa a compromissos maioritariamente equívocos e que não têm mecanismos de controlo efectivo instituídos, torna improvável a concretização de acções de fundo estruturadamente transformadoras. A atitude que defendemos e que tem sido testada com êxito pelos parlamentares e eleitos autárquicos do Bloco de Esquerda, é a LIBERDADE para votar *caso a caso* sem ficarmos reféns de compromissos nenhuns; mostrando que se pode ter as mãos livres e limpas de compadrios e ser simultaneamente atento, construtivo e realista, no sentido de melhorar (mesmo que pontualmente) a vida da maioria das pessoas.

Durante dois séculos, os homens procuraram nos partidos o papel fundamental para organizar a sua resposta em colectivo às necessidades que foram sentindo de transformação da vida em sociedade. Uma das mais importantes alterações dos últimos anos, observa-se no surgimento de formas orgânicas mais fluidas e mais flexíveis, cujas vantagens ainda não é fácil avaliar, mas que nos parece ser muito importante de respeitar na sua autonomia, sem condicionamentos controleristas, como aconteceu tantas vezes no passado.

Os sindicatos, os movimentos anti globalização o associativismo (ou outras soluções espontaneamente organizadas pelas pessoas para responder às suas necessidades) devem ser RESPEITADOS na sua autonomia e como factor de resposta criativa aos espartilhos orgânicos do passado.

Por último, interessa-nos marcar alguns parâmetros organizativos.

Vem-se deixando passar a terminologia de *partido*, cada vez mais, em detrimento de *movimento*. Ora, se do ponto de vista legal, tal designação nos é imposta, parecia *ponto de honra* há 7 anos atrás realçar as potencialidades de um enquadramento fluido, para compatibilizar e entrecruzar, aumentando o seu potencial de influência particular, núcleos locais e de empresa com grupos de trabalho temáticos e sectoriais, os parlamentares e os sindicalistas, os intelectuais e os representantes em autarquias...

O que motivou, na nossa opinião, a atenção da comunicação social e, sobretudo, empolgou muitos, velhos e novos activistas, foi a apresentação de uma orgânica que, sem renegar patrimónios diversos na ESQUERDA, nos apresentava uma opção que sintetize e faça engrandecer as contribuições múltiplas de gente que não se revê e de gente que se revê nos grupos pequeninos em que a esquerda se deixou guetizar.

O que nos parece necessário é saber, *com todas as letras*, se no Bloco de Esquerda existe espaço para os que valorizam o trabalho parlamentar e para os que valorizam o trabalho nas empresas, para os que acreditam que a luta de classes é o grande motor da História e para os que acreditam que outros conceitos se sobrepõem e se tornam mais fortes em certos momentos históricos, para os que continuam a buscar nas teorias dos séculos passados o motor da sua actividade e para os que consideram que todas as teorias podem ser integradas e devem ser relativizadas.

Seremos capazes de responder ao desafio, que a nós mesmos nos colocámos, de nos entendermos no fundamental, debatendo e decidindo democraticamente e em profundidade, a cada momento, como continuarmos juntos, sem procurar anularmo-nos mutuamente?

Importa não esquecer que a ESQUERDA no mais lato sentido, foi sempre motor das mais belas evoluções da Humanidade, mas nunca encontrou, até agora, o caminho certo para transformar em poder instalado os ideais da IGUALGADE, FRATERNIDADE e SOLIDARIEDADE que nos distinguem irredutivelmente da lógica da iniciativa privada e da livre concorrência que dá ao mercado o papel sacro santo de um deus omnipotente.

***Admito que a revolução seja uma utopia,
mas no meu dia a dia procuro comportar-me
como se ela fosse tangível.***

***Continuo a pensar que devemos lutar
onde exista opressão, seja a que nível for***

José Afonso

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Seguramente que a mais valia na política actual portuguesa, passou pelo aparecimento do Bloco de Esquerda. Pelas suas propostas arrojadas, sérias e fracturantes, assim como da pluralidade de todos e todas os que connosco têm ao longo de estes 8 anos, apresentado e defendido propostas políticas no Parlamento, nos seus concelhos, distritos, e, nos mais variados locais de ocupação profissional. Esta diversidade, este pluralismo, tem sido a força motriz do crescimento do Bloco, apresentando-se como a nova forma de participação na política activa, podendo-nos afirmar como a esquerda moderna, que nega o vanguardismo revolucionário e que assume o objectivo de alcançar a maioria social.

Este foi o **Começar de Novo**, em que a maioria de nós nos empenhamos e que muitos de nós sentimos, há algum tempo, ter começado por esbater-se no dia a dia das práticas políticas dentro do Bloco.

Foi por isto que já na anterior convenção propusemos a realização de um encontro sobre organização e funcionamento interno, que continuamos a pensar que é indispensável.

Necessariamente teremos que caminhar, cada vez mais, para uma maior eficácia de ordem organizativa. Cada vez mais, teremos de ser capazes de assumir as responsabilidades políticas que muitos portugueses nos delegaram, através da confiança do voto expresso por milhares de mulheres e homens que acreditaram e acreditam que somos capazes, em cada local de trabalho, nas escolas, nos variadíssimos concelhos e distritos, nas regiões e no parlamento, de interpretar o pulsar das revoltas sociais e cumprirmos os programas políticos que nos comprometemos a defender nos lugares para que fomos eleitos e fora deles.

O grande equívoco é que, ao mesmo tempo que apresentamos, votamos e aprovamos em Convenção, propostas de funcionamento interno, no que diz respeito à pluralidade de opiniões de participação, acção e discurso, a realidade oferece-nos coisa bem diferente.

Não é possível continuar a assumirmo-nos como a esquerda moderna, com actos internos contraditórios. Verdadeiramente, por muitos concelhos, distritos e regiões o que predomina é a velha esquerda controleirista que muitos de nós nos negamos a aceitar.

Não foi este o sonho do Começar de Novo.

Muitas vezes, diríamos, demasiadas vezes, aplicam métodos de liderança de práticas políticas de acção muito semelhantes ao que muitos de nós reconhecemos com alguma facilidade como erros históricos, que levou a esquerda portuguesa à derrocada política e ao total descrédito de muitos homens e mulheres na verdadeira democracia, dentro do universo partidário. Negamo-nos a cometer os mesmos erros e não aceitaremos que alguns pretendam

continuar nesse paradigma.

É, torna-se verdadeiramente nuclear que o Bloco consiga assumir a prática interna da descentralização e não as orientações formatadas através da cúpula. É, torna-se imprescindível de que as estruturas eleitas em cada concelho, distrito ou região, fiquem democraticamente imunes ao trabalho mecânico da solução das correias de transmissão.

Todos nós lutámos ao longo destes 8 anos por novas formas de intervenção política, de nos afirmarmos perante os portugueses que somos a esquerda moderna, responsável e plural e, é por isso que reafirmamos de que não permitiremos que voltem os velhos dogmas.

Esta será no nosso entender, a melhor forma de defendermos o futuro do Bloco de Esquerda, enquanto partido plural que se propõe alcançar a maioria social. Esta, é a forma de continuarmos a garantir que somos diferentes, não só nos discursos mas, essencialmente nas práticas, e, para isso, será sempre bom começarmos pela nossa própria casa.

A objectividade de uma análise ao funcionamento das estruturas nacionais do BE, reconhecerá obrigatoriamente, uma absoluta prática representativa.

Afinal, será este tipo de actuação, que os bloquistas reivindicam ?

Uma filosofia activista, não pode deixar de defender, apelar e fomentar a participação, demonstrando (e reconhecendo!) ser esta a única prática capaz, de se opor aos interesses instalados, cujo poderio se reconhece, na actuação de personagens menores - eventualmente com vontade própria, se defensores do sistema - aliciados por mordomias que os seduzem, tornando-os testas de ferro do poder instalado.

Os representantes bloquistas, serão legitimados na defesa de princípios e directrizes políticas, definidas em plenário mas, como princípios que são, a prática política, mostra-nos que a diferença de actuação tem forçosamente de assentar **na partilha da decisão!!!**

A LIDERANÇA, ASSENTARÁ NA CAPACIDADE DE CONVENCER

- EXPLANANDO, CONFRONTANDO, ARGUMENTANDO.

CORRER POR FORA, NÃO PODE SER INVOCADO VÃ.

... A verdade é que chegadas à sociedade de consumo e mantendo expectativas altas para o futuro próximo, elas relativizam a importância da cidadania na exacta medida em que são influenciadas pelos discursos do individualismo e do sucesso pessoal.

*Mas há que reconhecer que a política que existe tem ajudado bem pouco a superar este quadro e, pelo contrário, revela-se um factor do seu agravamento: a fulanização aproxima-a de uma feira de vaidades, o minimalismo da dependência face aos media retira-lhe densidade e qualidade, a gestão de influências diminui-lhe a credibilidade...
...Os partidos de massa transformam-se em federações de interesses que ocultam a ideologia por detrás de programas e declarações minimais de circunstância. A militância, que incorporava em si a ideia de participação e cidadania activa, dá lugar a um processo de integral profissionalização das actividades políticas e sociais. ...*

in "Começar de Novo"

O funcionamento do sistema partidário, mais concretamente, o modo como funcionam os partidos, sofre de "neoplasia" e, estando o Bloco a perder as defesas, o mal terá, rapidamente, de ser extirpado!

O crescimento eleitoral do Bloco e o espectro político resultante das últimas legislativas, potenciam a responsabilidade bloquista no processo legislativo, favorecendo a promiscuidade com o sistema que, supostamente, se quer combater!

Enquanto a falta de debate interno, se limitava a possibilitar discursos mais ou menos pessoais mas inconsequentes, dado vislumbrar-se um qualquer momento no futuro, para chamar os autores à "pedra" (!), no presente, não é tarefa fácil trazer os palestrantes à pedra e... já não vai a tempo!!!

A **ovelha negra** que os bloquistas anseiam personificar no sistema, está a perder a cor e, prosseguindo o actual caminho, rapidamente se limitará a ser... **mais uma!**

Um partido que invoca movimento no percurso a seguir, **não pode ostracizar vozes dissonantes**. Obter reconhecimento ou respeito na sua diferença, será a passadeira que os bloquistas estenderão aos inconformados com a inevitabilidade da via capitalista.

O combate à ofensiva neoliberal, dada a disparidade das forças em confronto, passa pela capacidade de congregar todo o descontentamento que o sistema induz, na implementação voraz, dos interesses do capital. A capacidade que o poder possui, (...e refina, dia a dia!) de antecipar a percepção de períodos convulsivos, permite-lhe gerir o descontentamento, mantendo a ilusão dos benefícios de uma sociedade capitalista.

As propostas políticas do Bloco na vertente institucional, terão de ter em conta, na sua génese, as mais-valias resultantes de um processo de confronto de argumentação e opinião dos seus activistas, eliminando à partida, as tendências egocêntricas dos representantes, tendencialmente afeitos à livre criação.

A ACTUAL REALIDADE DO BLOCO, CONFRONTA-NOS COM UM NOVO PODER - O GRUPO PARLAMENTAR!

Estatutariamente, o enquadramento do Grupo Parlamentar na orgânica do Bloco, é completamente omissivo e, portanto, **terá de depender exclusivamente da Mesa Nacional do Bloco**, órgão máximo entre Convenções, ao qual compete a definição das linhas de orientação política.

A estrutura organizacional, dos diferentes patamares de intervenção institucional, terá forçosamente um papel produtivo mas, **a interacção com as bases terá de ser um facto**.

Não é admissível, um universo de activistas ser confrontado com propostas políticas, potencialmente reguladoras e, portanto, geradoras de condicionantes legislativas, em que a sonegação da intervenção política é um facto.

A actuação do grupo parlamentar, assente numa lógica tecnocrata, limita-se a viver de assessores, restringindo a discussão política ao seu umbigo (...e ao resto da Comissão Política ?!), num total desprezo, pelos restantes activistas **renegando a riqueza da diversidade, tão cara à fundação do Bloco** - ostentando um ar elitista e iluminado !!!

AFINAL, QUEM LEGITIMA A ACTUAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR ?

O VOTO ? ... OU O MOVIMENTO ?!

Não é admissível, o órgão máximo do movimento entre Convenções, **a Mesa Nacional, não ser confrontada com a discussão política das iniciativas parlamentares !**

O problema de **falta de debate interno**, no projecto e implementação do caminho a seguir - **faz-se o caminho, caminhando - não é perceptível, aos autistas da Comissão Política e, tudo leva a crer que, a maioria da Mesa Nacional eleita, habita o mesmo mundo !**

Que ilações se podem extrair de um **processo de apresentação / debate** - "Rumo Estratégico do Bloco" - presente em dezenas de encontros de activistas (com centenas de intervenções!), cujo conteúdo final, **não alterou uma vírgula ao documento proposto pela Comissão política ?!**

Afinal, se a intervenção estiver no voto e não na actuação, que estímulo se dá aos activistas ??

Onde assenta a coerência de um discurso de causas, com prática de marginalização da intervenção ?

É ESTE O SONHO DO COMEÇAR DE NOVO ?!?!

INTERVENÇÃO NAS AUTARQUIAS

O manifesto autárquico de Lisboa/99 é em nossa opinião, o melhor texto sobre a matéria, produzido no BE, pela audácia de algumas propostas, pela clareza, densidade e interligação com que as propostas são expostas.

Outros documentos inovam alguns aspectos e como se usa (já) dizer (também) no BE, globalmente estamos de acordo com o aprovado.

Consideramos porém, que é nesta área que mais expomos a ausência de exigência no nosso trabalho enquanto movimento político organizado!

A lógica de para as autarquias, depressa e em força vem-se mostrando, parece-nos, reveladora de três situações que urge corrigir, se é que o nosso método para a transformação social, é ser mola da participação cidadã...

- 1 absentismo presencial e prepositivo

I - sermos modelo de presença interventora, avançando com propostas que sejam enraizadas nas queixas e anseios das populações, para o que é indispensável apoios de técnicos fundadores e leitura política alternativa.

- 2 ausência de megafone

II - temos de ampliar os dois vectores da divulgação

a) escarrapachar as decisões por todo o lado e de todos os meios

b) infiltrar as populações nos órgãos, funcionando como subversão do sistema, mostrando às populações que ali ninguém quer saber deles e impondo aos partidos institucionais o incómodo de terem de ouvir as populações e esta a perceber como eles actuam.

- 3 incapacidade de estudo e sistematização continuada

III- É nossa opinião que a principal limitação ao trabalho dos eleitos, reside no desconhecimento técnico de muitas matérias, pelo que consideramos indispensável a reformulação do gabinete autárquico (se é que existe).

No outro vector da democratização da informação, temos a opinião que a comissão autárquica deverá acompanhar de perto todos os eleitos em cada distrito garantindo-lhes apoio e informação sobre matérias mais técnicas. Como explanamos em outro capítulo, a fórmula que nos parece ser a mais potenciadora dos objectivos enunciados pelo BE, é a de grupos de trabalho com as características aí formuladas.

Os eleitos têm de ter interacção primacial com as populações, desmontando em processo continuo as razões e

os entraves para o alheamento destas em relação à política e colocando ao seu alcance (na medida do possível) os mecanismos para inverter esta realidade.

MUNDO DO TRABALHO

“... para lá de todas as aparências, a barbárie está a ganhar terreno à civilização. Só a coragem de uma crítica capaz de ir às raízes dos problemas permitirá encontrar respostas radicalmente intransigentes com a injustiça.

Menos que isto não vale a pena.

In Começar de Novo

Consideramos que por esta área de intervenção política se modela o que de mais importante condiciona a evolução da esquerda.

Agora como antes!

Parece-nos que a História nos mostra, que quando as condições de exploração aumentam, as formas de organização tornam-se mais difíceis e inversamente também nos parece verdade...

Na nossa opinião, a super estrutura sindical não tem como ser regenerada. Entre outras razões, porque verificamos na orgânica dirigente uma lógica que continua a ser de antes definir que perder o controle.

Se acrescentarmos a isto, o aparentemente inevitável enquistamento das instituições; parece-nos óbvio que temos de impulsionar estruturas novas de organização dos trabalhadores.

Não que defendamos o enfrentamento com as direcções sindicais.

Nem pouco mais ou menos!

Consideramos uma perda de energia ir à conquista das direcções sindicais.

A vontade e necessidade de reconquistar a credibilidade das organizações dos trabalhadores, não nos pode levar a pulverizar a capacidade de reivindicar. A actuação das comissões de trabalhadores, (onde temos responsabilidades notórias...) deve ser alvo de reflexão pois, os cenários previsíveis, potenciam a fraqueza do mais fraco que, como é evidente, será sempre o trabalhador!

Consideramos prioritário construir organização nos locais de trabalho.

- Muita troca de experiências

- Muita divulgação das pequenas e grandes vitórias, mas também das derrotas.

- Muita divulgação pormenorizada da teoria que organizou os trabalhadores nos séculos XIX e XX e subsequente reflexão para encontrar pistas novas, adaptadas às condições de exploração actualmente em vigor, que ultrapassem o isolamento dos dirigentes.

Temos de, em permanente abertura inventar fórmulas orgânicas que considerem a precariedade como alvo principal da nossa luta.

Sem integrarmos a imensa massa dos trabalhadores precários, não conseguiremos ganhar a maioria social indispensável à transformação da sociedade...

CULTURA É IDEOLOGIA...

A postura cidadã é, em nossa opinião, enformada pelos modelos socialmente induzidos!

É em consequência desta convicção que queremos deixar alguns tópicos, e tão só isso, no que se refere aos modelos culturais induzidos pelo e no Bloco de Esquerda.

Termos a audácia de apor às nossas actividades; metodologias, formatos e temáticas que propulsionem massa crítica interna e circundante, para reforçar a capacidade de embate e contestação aos modelos acéfalos e conservadores vigentes, fomentados pelo Poder.

Valorizar iniciativas de continuidade, reflexão e descentralizadas que sejam ferramentas contra o espectáculo, o efémero, a indisponibilidade crítica.

A Cultura, ganha com a diversidade e, como tal, as minorias devem ser vistas como um enriquecimento para o todo, não devendo jogar a sua sobrevivência no mercado!

Na retaguarda do activismo político quotidiano tem de existir, ser acarinhada, em permanente interacção, a reflexão ideológica construtora de outro sistema de valores, de cariz socialista!

GRUPOS DE TRABALHO

Os grupos de trabalho têm de cumprir a função que lhes dá sentido.

Não são em si mesmos estruturas representativas legitimadas. São, deveriam ser, estruturas de apoio e reflexão para o trabalho aprofundado do activismo e dos dirigentes no quotidiano da actividade política.

Estruturas abertas de reflexão, onde temos vantagem que confluam as múltiplas experiências, tão diversas quanto possível, para enriquecimento das propostas a apresentar.

Não devem ter uma lógica orgânica hierarquizada.

Devem ser o suporte fundamentador para as propostas públicas das estruturas eleitas e representativas do Bloco de Esquerda. Devem ser o local de maturação temático que impulsionem periodicamente encontros nacionais temáticos que vão formando a densidade e a síntese prepositivas em cada área específica.

As propostas produzidas, devem despoletar processos de debate / discussão, **obrigando-se os órgãos legitimados, a assumir a sua inclusão na agenda, da respectiva ordem de trabalhos.**

OS JOVENS NO BLOCO DE ESQUERDA

Ao fim de 8 anos de existência do Bloco de Esquerda foram muitos os jovens que aderiram ao movimento, pois sentiram que este era o espaço político que faltava preencher em Portugal.

O Bloco apresentou-se como a verdadeira Esquerda de confiança, uma Esquerda moderna e acima de tudo uma Esquerda com causas! Os jovens sentiram-se atraídos, pois viram no Bloco, o olhar crítico e a não resignação ao consenso. E porque o Bloco é constituído por todos os seus militantes, desde o início, opusemo-nos à criação de uma jota, pois acreditamos na participação activa no seu todo.

O crescimento do Movimento, obriga-nos a definir o nosso espaço de intervenção e as nossas prioridades de acção. A estratégia utilizada até agora, não tem funcionado bem.

A existência de uma Coordenadora Nacional de Jovens, eleita de dois em dois anos, não tem conseguido fomentar a participação dos Jovens de forma a estes se sentirem verdadeiramente parte integrante do Bloco. Apesar da autonomia existente, para a criação de núcleos e Coordenadoras Distritais de jovens é cada vez mais frequente o afastamento de muitos jovens da acção política do movimento um pouco por todo o país! Situação que nos deve preocupar, pois os jovens são o pilar de crescimento de qualquer movimento.

Torna-se então, necessário apostar mais na juventude e criar todas as condições para que estes possam intervir com mais regularidade, quer internamente, quer externamente.

Devemos apostar mais na formação política e dar oportunidade a todos os jovens de se sentirem responsáveis dentro do Bloco, pois só assim, é que se vão sentir úteis e colocar de lado a ideia de que são meros cola cartazes e distribuidores de panfletos nas campanhas.

Enquanto jovens, somos todos do Bloco de Esquerda e devemos saber respeitar as diferentes opiniões, e ao mesmo tempo procurar reunir uma linha de consenso entre todos, sem nunca desrespeitar o que nos diferencia dos outros Movimentos ou Partidos, que é o direito à Diferença! Queremos que Bloco seja de todos e para todos, pois só assim é que faz sentido afirmarmo-nos como a Esquerda Alternativa!

SUBSCRITORES DA MOÇÃO B

"POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA"

- 1 - Maria Helena Lemos Oliveira e Carmo (Sintra)
- 2 - Jorge Céu (C. Rainha)
- 3 - Teodósio Maria Alcobia (Sintra)
- 4 - José Aleixo (Aveiro)
- 5 - Marco Loureiro (Viseu)
- 6 - Bento Pereira Leonardo (Cascais)
- 7 - Fernando Lacerda (V. Nova Gaia)
- 8 - Cristiana de Sousa (Marinha Grande)
- 9 - Armando Herculano (Vila do Conde)
- 10 - António João Sequeira (Setúbal)
- 11 - Ana Boa-Ventura (Leiria)
- 12 - José Manuel Estevens (V. R. Stº António)
- 13 - Maria Luís (Pombal)
- 14 - António Sequeira Mendes (Alcobça)
- 15 - Tiago Antunes da Silva (Guarda)
- 16 - Amável António Fonseca Lopes (Cascais)
- 17 - António Luís de Sousa (Alcobça)
- 18 - Fernando Rocha (C. Rainha)
- 19 - António Manuel Jesus Rodrigues (Cascais)
- 20 - João Manuel Camacho Marques (Loures)
- 21 - Victor de Sousa (M. Grande)
- 22 - Regina Maria Gomes Costa (Cascais)
- 23 - Ivandro Mário da costa Cordeiro (Cascais)
- 24 - Luís Nuno Lopes da Silva (Cascais)
- 25 - Maria Eduarda Macedo Céu (C. Rainha)
- 26 - Paulo Manuel Varandas (Cascais)
- 27 - José António Quintas Pereira (Cascais)
- 28 - Pedro Becken Filipe (Cascais)

Representante na COC da moção: Teodósio Alcobia

Moção C

TODOS NA LUTA, EM TODAS AS LUTAS!

Somos bloquistas, uns desde o início do Movimento, outros chegados pelos caminhos, somos activistas de base, militantes do associativismo, sindicalistas, autarcas, membros de concelhias, distritais, da Comissão de Direitos e da Mesa Nacional. Somos maioritariamente independentes, ou seja, para a maioria de nós a única organização política de filiação é o BE. Connosco está também a Ruptura/FER, corrente integrante do Bloco.

Temos, quase unanimemente, apoiado as Moções e listas maioritárias para os órgãos de direcção nacionais. Entendemos ter agora chegado um novo tempo, e por isso vimos a esta Convenção exercer o nosso direito (para nós um dever) de participar na definição da linha política do Movimento.

Por isso apresentamos uma Moção e convocamos as e os bloquistas, sem excepção, para o debate político, para escolhas conscientes e informadas. Um debate em unidade, com o propósito comum de reforçar o BE, mas recusando falsos unanimismos e consensos de cúpula.

Tempos conturbados estes primeiros meses de 2007.

Enquanto num concurso populista de TV o sr. Salazar disputa a primazia nas preferências dos portugueses, em Lisboa a sede da PIDE metamorfoseia-se em condomínio de luxo e em Santa Comba aprova-se um Museu em homenagem ao ditador. No Marquês de Pombal, um outdoor com a carantonha de um nazi, apela à expulsão dos imigrantes. Em Santa Comba, a televisão passa imagens de populares de mão direita estendida. O que não ouvimos nem vemos, mas não podemos ignorar, são as vítimas da ditadura. É a democracia mitigada, assimétrica, refém do poder económico e do conservadorismo.

Em Fevereiro, anuncia-se o princípio do fim da perseguição e humilhação das mulheres que decidam abortar. Apesar de ser uma aposta de alto risco aceitar referendar direitos, a esquerda e os progressistas ganharam, mas o PS aproveitou, com oportunismo, para abrir ao sector privado mais uma área de actividade na saúde.

Em Março, realizam-se, pelas capitais do mundo, grandes manifestações contra a invasão e a guerra no Iraque. Lisboa tem a sua particularidade: duas manifestações, a escassas centenas de metros uma da outra, ilustram bem o longo caminho a percorrer para a unidade nas lutas da Esquerda portuguesa. Mas, enquanto se anuncia a pretensa retirada do Iraque, sente-se a ameaça da invasão ao Irão. O império balanceia mas não cai. Pelo menos sem um bom empurrão.

Bem longe das nossas rotinas, a América Latina assiste à chegada ao poder, pela via eleitoral, de forças contrárias ao imperialismo norte-americano, com os mais variados matizes e intensidades. Para quem tantas e repetidas vezes embarcou no fim da história, lá está a realidade a mostrar-nos como o impossível está muitas vezes ao virar da esquina. Sem rememorar as passadas incidências dos partidos-irmãos, urge que esta esquerda alternativa desvie por momentos o olhar da Europa e discuta o mundo em mutação, as lutas dos povos, na construção da luta global.

Ainda em Março o governo Sócrates celebra dois anos de mandato, dois anos de ataques inéditos e ferozes aos serviços públicos e aos trabalhadores. O défice diminui pelo desemprego, pelo desinvestimento. Os trabalhadores protestam às centenas de milhar na rua, mas a politização das lutas fica na gaveta. Nas sondagens o engenheiro não mostra sinais de mácula.

33 anos depois de Abril sabemos (dizem-nos os estudos publicados) que a maioria dos apoiantes do Bloco não viveu a Revolução, conhece-a dos relatos caseiros, da televisão ou dos bancos de escola. E o que fazem pela memória os protagonistas do antifascismo e do PREC (pois, é preciso explicar que existiu um Processo Revolucionário Em Curso)? Analisam-se hoje os excessos esquerdistas, como se estes fossem de geração espontânea e não reacção a mais de quatro décadas de ditadura. Fala-se de ocupações de fábricas, nacionalizações e reforma agrária como de crimes contra os bons capitalistas, assim impedidos de contribuírem para

o desenvolvimento do país. É o revisionismo histórico, antecedente nuclear do pensamento único.

Chegados à nossa V Convenção, é tempo de fazer o balanço de oito anos de Bloco e perspectivar o nosso próximo futuro comum. Defendemos a promoção do debate ideológico e a discussão pelo conjunto dos aderentes de todas as grandes questões políticas que se colocam entre convenções, recusando a direcção centralizada e pugnando por uma militância esclarecida e livre. A candidatura e o exercício de cargos e funções deve ser inequivocamente plural, como condição para a construção de um BE mais inserido nas lutas sociais e mais próximo da base e suas necessidades e aspirações.

CAPÍTULO I

AS OCUPAÇÕES DO IMPERIALISMO, O NEOLIBERALISMO E A ESQUERDA

A actividade internacional do Movimento deve ser intensificada, em diálogo com as diversas correntes da esquerda alternativa, pela globalização das lutas dos trabalhadores e oprimidos de todo o mundo, numa causa comum de defesa dos direitos humanos e do progresso social, no quadro de uma nova ordem mundial socialista.

Esta actividade internacional estará de acordo com uma orientação internacionalista de esquerda, ultrapassando a actual linha "europeísta de esquerda", que se vem desenvolvendo num quadro social-democratizante, com aspirações ou concretizações de gestão do capitalismo.

Sendo certo que os contactos com outros partidos da esquerda alternativa se desenvolvem prioritariamente na Europa, por força da presença de Portugal na UE, não pode o BE alhear-se das lutas dos trabalhadores e oprimidos de todo o mundo, com os quais deve estabelecer contactos e partilhar experiências.

1.1 AS GUERRAS DO IMPÉRIO

1.1.1 BUSH E BLAIR PERDEM A GUERRA NO IRAQUE

A guerra no Iraque é o acontecimento charneira na ofensiva do império pela dominação total do planeta. De um lado os ocupantes, liderados pelos Estados Unidos, e do outro os que condenaram a invasão e exigem hoje a retirada das tropas. No terreno coexistem radicalismos religiosos e resistência nacionalista, alguma dela apontada como sucedâneo do fragmentado exército iraquiano. Com todas as suas contradições, a luta da resistência iraquiana obteve grandes vitórias no terreno, e contribuiu para que vários países, entre os quais Portugal, abandonassem a coligação com os EUA. Bush e os seus falcões estão cada vez mais isolados e desgastados, tendo perdido as últimas eleições para os "democratas", que defenderam a retirada das tropas norte-americanas do Iraque e fizeram aprovar o respectivo

calendário a par de mais 124 milhões de dólares para o “esforço de guerra”. O mesmo acontece com Blair na Inglaterra, que já começou a retirar as suas tropas. **Perspectivando a derrota da invasão, a Esquerda deve juntar vozes pela laicização e democratização do Iraque e pela libertação do povo iraquiano de todo o tipo de opressão.**

1.1.2 UM SÓ MUNDO, TODAS AS GUERRAS

A ocupação do Iraque não é a única. Há tropas imperialistas neste momento no Afeganistão, no Líbano, no Haiti, na Somália e em Timor, entre outros países. O Afeganistão constitui a maior operação da história da NATO. Mais de mil militares portugueses estiveram, ou estão ainda, envolvidos em missões internacionais na Bósnia, Kosovo, Afeganistão, Congo, Iraque, Timor- Leste e Sudão. O Bloco de Esquerda, correctamente, sempre foi contrário à ocupação do Afeganistão e ao envio de tropas portuguesas para integrar a UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano). Quanto a Timor, a direcção do BE inicialmente absteve-se de condenar claramente – apenas manifestando reservas – a decisão do governo Sócrates de enviar forças da GNR para participar da missão criada pela ONU e liderada pela Austrália, em meados do ano passado, mas posteriormente corrigiu a política, passando a exigir o regresso dessas forças militarizadas.

Importa apoiar a consolidação da independência e desenvolvimento sócio-económico de Timor, sob ameaça dos recorrentes conflitos internos e da política neo-colonialista da Austrália, que interfere de forma acentuada na política local.

1.1.3 PALESTINA: UMA NAÇÃO ADIADA

A ocupação da Palestina por Israel e a resistência do povo palestino é outro aspecto central da política internacional. Foi a força dessa resistência que impôs uma derrota política à OLP e à Fatah, partido do falecido líder Yasser Arafat e principal corrente da OLP, dando a vitória ao Hamas e ao fundamentalismo religioso, que beneficiou das suas políticas sociais nas autarquias e da contestação à corrupção da Autoridade Nacional Palestiniana (ANP). Este resultado representou também o repúdio à política conciliadora da OLP, que aceitava uma Palestina dividida em “bantustões”, liderada por um governo dependente política e economicamente de Israel e do ocidente. A ANP não tem nenhuma possibilidade de autonomia financeira, pois as suas receitas provêm da transferência dos impostos cobrados por Israel e da ajuda internacional dos EUA, da UE e dos governos árabes. Com o objectivo de inviabilizar o governo do Hamas, Israel e o imperialismo suspenderam o envio de verbas, ao mesmo tempo que as tropas israelitas invadiam os territórios palestinianos, prendiam membros do governo do Hamas e continuavam o genocídio contra o povo palestino, sempre justificado com as actividades terroristas de facções palestinianas.

A esquerda só é internacionalista se se mantiver firme ao lado do povo palestino na luta por uma nação livre e independente.

1.1.4 BUSH E ISRAEL PERDEM A GUERRA NO LÍBANO

A vitória do Hamas provocou uma reacção violenta por parte de Israel, não só em Gaza e na Cisjordânia, mas também no Líbano. Em meados de 2006, Israel invadiu o Líbano, a pretexto do rapto de um soldado israelita. O objectivo de Israel e dos EUA era destruir o Hezbollah, o partido chiita que, desde 1985, quando expulsou as tropas sionistas do Líbano, configurando a primeira derrota militar de Israel no Oriente Médio, se transformara numa espécie de estado dentro do estado, com exército próprio, empresas, hospitais e escolas.

A vitória do Hezbollah não pode ser explicada apenas por uma análise militar. Esta vitória é a expressão mais visível da disposição de luta do povo libanês que, de forma significativa, apoia, defende e integra o exército do Hezbollah, cujas ligações externas são por demais evidentes. É justamente para o derrotar que surge a Resolução 1701, da ONU. Esta resolução não condenou a agressão israelita nem a destruição que causou, mas limitou-se a declarar o cessar-fogo e enviar milhares de “capacetes azuis” - a UNIFIL conta actualmente com 11.500 soldados – para o lado libanês da fronteira. Ao mesmo tempo, insiste no cumprimento de resoluções anteriores para “desarmar o Hezbollah”. Os que defendem – ou não condenam, o que vem a dar no mesmo – a participação de soldados portugueses na Unifil argumentam na utilidade desta missão para reconstruir o país e dificultar uma nova agressão de Israel. A verdade é que missões como estas nunca tiveram por objectivo evitar qualquer agressão imperialista ou de Israel. Essas agressões só são enfrentadas e rechaçadas pelos povos dos países agredidos, como acontece no Líbano e na Palestina, apesar dessa resistência ser muitas vezes dominada por forças conservadoras, anti-democráticas e em muitos casos, fundamentalistas.

Também aqui o que está em causa é o direito à auto-determinação dos povos, libertos da opressão dos que, interna e externamente, a coberto de desmesuradas narrativas ideológicas, procuram consolidar os seus projectos de dominação, desvalorizando os “danos” colaterais traduzidos na morte de milhares de inocentes, sempre os mais desfavorecidos e sem voz.

1.1.5 A ONU DÁ COBERTURA ÀS AMEAÇAS DE BUSH AO IRÃO

Com a derrota anunciada no Iraque, os EUA viram agora baterias contra o Irão, acusando-o de querer desenvolver armas nucleares, desta vez com o apoio do Conselho de Segurança da ONU.

O objectivo do governo Bush é o mesmo que o levou a invadir o Iraque: controlar os recursos energéticos do país. Sem, em nenhum momento, apoiar a ditadura teocrática presidida por Mahmud Ahmadinejad, ou as suas eventuais pretensões de produzir armas nucleares, devemos denunciar e apoiar a luta contra mais esta manobra dos EUA, que, se levada a cabo, poderá repetir o mar de sangue em que se transformou o Iraque. Os EUA tentam convencer a opinião pública mundial da justeza da invasão do Irão pela questão nuclear. No Irão, nos EUA, na França ou na China, a Esquerda é contra a opção nuclear, seja ela pacífica ou militar, e não pode apoiar regimes em que os direitos humanos não são salvaguardados. Mas não é o nuclear que está em causa nesta altura, mas sim a invasão de um país soberano.

Devemos denunciar também os dois pesos e as duas medidas da ONU, que, aprovando sanções contra o Irão, quando nunca o fez contra Israel, que possui armas nucleares, serve de correia de transmissão aos interesses económicos e geo-estratégicos dos EUA e dá cobertura aos seus propósitos militaristas e imperialistas.

1.2 O IMPÉRIO EM CHEQUE NA AMÉRICA LATINA

1.2.1 A ORIGINALIDADE DO "CAPITALISMO ANDINO"

Na América Latina, os interesses imperialistas também têm sofrido importantes reveses. A revolução latino-americana não lhes deu tréguas, e aos seus representantes locais, nestes dois últimos anos, nas ruas de La Paz, Oaxaca, Caracas ou Puerto Príncipe. Na Bolívia, desde a queda do presidente Sanchez de Lozada, mineiros e agricultores têm-se manifestado para exigir a nacionalização dos hidrocarbonetos e a reforma agrária, numa luta que se expressou no triunfo eleitoral do presidente Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), em Dezembro de 2005. A pressão do movimento popular levou o governo de Morales a aprovar o Decreto de Nacionalização dos Hidrocarbonetos, que recuperou a propriedade das reservas para o Estado e garantiu maiores receitas ao país. Os maiores rendimentos obtidos com os novos contractos de petróleo e gás, ao lado da alta internacional dos preços dos minerais, permitiram o aumento do salário mínimo e outras concessões à população. Mas as medidas de Morales foram parciais: não resultaram na expropriação das multinacionais, que continuam a controlar a maior parte das riquezas do país, enquanto a reforma agrária afecta as terras improdutivas, e não as propriedades dos grandes latifundiários, criadores de gado e madeireiros.

O governo do MAS afirma que a sua política, é conciliar os "interesses nacionais" do povo e da maioria oprimidas com os do grande capital, num "capitalismo andino".

1.2.2 O QUE ESTÁ EM CAUSA NA VENEZUELA?

Mas é na Venezuela de Hugo Chávez que se tem concentrado a atenção da esquerda e dos trabalhadores de todo o mundo. No plano da propaganda ouvem-se os discursos de Chávez, em que anuncia que o país iniciou "a fase de construção do socialismo" e a nacionalização de empresas, ou em que denuncia o imperialismo de Bush; na prática, assistimos às medidas que vem adoptando em nome da solidariedade latino-americana, como a compra de títulos da dívida externa da Argentina ou o fornecimento de petróleo em troca de serviço médico a Cuba, que fazem com que uma grande parte da esquerda e dos trabalhadores o vejam - e à sua auto-proclamada "revolução bolivariana" - como uma alternativa para a construção do socialismo. Infelizmente, não é nesta direcção que as medidas de Chávez apontam.

A Venezuela, assim como vários outros países da América Latina, entre os quais o Brasil, estão a pagar regularmente a sua dívida externa, isto é, está a transferir recursos que são do povo para os cofres dos banqueiros dos Estados Unidos e da Europa, para saldar uma dívida imoral. A compra de títulos da dívida Argentina pelo governo venezuelano só beneficia, uma vez mais, o capital financeiro. Em vez de liderar a luta dos países latino-americanos pelo não-pagamento da dívida externa, Chávez, pelo contrário, paga a sua e a dos outros. No caso das nacionalizações, são medidas inegavelmente progressivas, mas profundamente limitadas: as empresas nacionalizadas estão a ser compradas e não nacionalizadas sem indemnizações; não englobam outros sectores-chave da economia, como a produção petrolífera ou a indústria automobilística; e o governo não prevê nenhum tipo de controlo dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas.

Chavez junta a umas viagens a Cuba uma pose populista e anti-imperialista, mas na prática o seu "caminho para o Socialismo" não é feito com os trabalhadores, nem em ruptura com os modelos de produção capitalistas.

1.2.3 HAITI: UM CASO EXEMPLAR DE COLABORAÇÃO

O caso do Haiti, na América Central, é paradigmático da capitulação de vários governos latino-americanos, entre os quais o de Lula da Silva, do Brasil, ao imperialismo. Em 2004, as tropas norte-americanas invadiram o país com a recorrente justificação da ajuda humanitária. Para poder concentrar o seu esforço militar no Iraque, Bush exigiu que os seus soldados fossem substituídos pelos capacetes azuis da ONU. Actualmente, cerca de 10 mil soldados da Minustah (Missão das Nações Unidas) garantem o regime colonial no Haiti, a maioria deles proveniente do Brasil, que dirige a missão, mas também da Argentina, Chile e Uruguai. Perante o protesto da população, que exige o retorno de Aristide e o fim da ocupação militar, os soldados da ONU atiram para matar, realizando verdadeiros massacres.

A presença militar no Haiti é a face mais cruel de uma

política de total submissão de governos pretensamente de esquerda, como o de Lula, Néstor Kirchner e Tabaré Vazquez (Uruguai), ou de centro-esquerda, como o de Michelle Bachelet (Chile), e das burguesias desses países ao imperialismo europeu e norte-americano.

Esses governos, assim como o de Chávez e de Evo Morales, são a expressão eleitoral de um gigantesco ascenso da luta social na América Latina, mas, contraditoriamente, têm por missão, de forma mais ou menos encoberta, justamente derrotar a mobilização que os levou ao poder.

1.3 LUTAS IMPÕEM ATRASOS E RECUOS AO PROJECTO NEOLIBERAL EUROPEU

1.3.1 “NÃO” À CONSTITUIÇÃO EUROPEIA: UMA DERROTA PARA O PROJECTO NEOLIBERAL

O “Não” à Constituição Europeia (Maio de 2005) e a vitória da luta contra o CPE (Contrato do Primeiro Emprego), na Primavera de 2006, ambos na França, constituíram os momentos altos do embate contra os planos neoliberais na União Europeia. No primeiro caso, a derrota do projecto da burguesia europeia, dirigida pelo “Directório” (Alemanha, França, Itália e Inglaterra), de constitucionalizar os seus ataques neoliberais e planos militaristas foi tão violenta que até hoje o impasse perdura. Ao “Não” francês seguiu-se o “Não” holandês e uma profunda desorientação por parte do “Directório”. O “Não” conseguiu também travar alguns dos aspectos mais brutais da ofensiva neoliberal, como o chamado “princípio do país de origem” da Directiva Bolkenstein, de liberalização dos serviços públicos. A gigantesca mobilização dos estudantes, com o apoio da classe operária francesa, contra o CPE, antecedida pela rebelião dos jovens excluídos, obrigou o governo Chirac a retirar a lei, já aprovada pelo parlamento. Ambas as vitórias ocorreram no contexto de uma intensa mobilização dos trabalhadores franceses, contra as privatizações, a reforma das pensões, o desemprego e melhores salários.

Estes são dois casos exemplares de batalhas “perdidas” que os trabalhadores e os jovens transformaram, lutando, em vitórias contra os Golias do Directório.

1.3.2 AFINAL HAVIA LUTA!

Mas não foi só a França que assistiu a mobilizações contra os ataques aos direitos sociais. Na Grécia, a greve geral de 15 de Março de 2006 foi a quinta em apenas um ano e a mais bem-sucedida. Em Fevereiro/Março deste ano, dezenas de milhares de universitários gregos ocuparam as ruas de Atenas e enfrentaram a polícia contra o projecto do seu governo de privatizar o ensino superior, conforme determinado pelos planos de Bolonha. Na Bélgica, após doze anos, houve duas greves gerais em Outubro de 2005 e, em Novembro de 2006, uma grande mobilização contra o

encerramento da fábrica da Volkswagen em Furest, a última grande fábrica de Bruxelas. Na Itália, a derrota eleitoral do governo de direita de Sílvio Berlusconi, em Abril de 2006, poderia ter reforçado a luta dos trabalhadores italianos, mas o governo da coligação União, liderada por Romano Prodi e integrada pela Refundação Comunista, está a impedir que isso aconteça.

O governo Prodi, alegadamente de centro-esquerda, está a dar continuidade à política de Berlusconi, no que esta tinha de essencial, tanto interna quanto externamente.

1.3.3 DEFENDER DIREITOS, EXIGIR MAIS DIREITOS

As lutas dos trabalhadores e dos jovens por toda a Europa vão no sentido de impedir a destruição dos direitos sociais básicos, o fecho e a deslocalização das empresas, a precariedade do trabalho e a privatização do património estatal, duramente atingido na década de 90. Há hoje 17 milhões de desempregados na Europa, 15 a 16% da população vive abaixo do nível de pobreza (com picos de 18% no Reino Unido ou 21 % na Irlanda) e, na Itália, 70% dos empregos criados em 2005 eram precários. Uma das lutas mais emblemáticas contra o projecto neoliberal da UE está a ser protagonizada pelos trabalhadores da Airbus (financiada por um consórcio de governos europeus), contra o plano Power 8, cuja intenção é cortar 10 mil empregos nas fábricas europeias, aumentar a jornada de trabalho de 35 para 40 horas sem aumento salarial, fechar fábricas, privatizar outras e transferir parte da produção para a China e outros países com salários mais baixos e sem direitos laborais. A mobilização contra o Power 8 tem significado paralisações e concentrações nos quatro países envolvidos.

Como exemplifica esta luta, a ofensiva neoliberal está relacionada com uma nova divisão internacional do trabalho, que inclui as deslocalizações industriais para os países da Ásia, em particular a China, e do Leste europeu.

1.3.4 O GRANDE CAPITAL NÃO DORME

Os países do Leste europeu foram convertidos em bolsas de mão de obra barata, qualificada e sem direitos, em plataformas de imigração para outros países da União Europeia e em destino de exportação para as grandes multinacionais. A União Europeia é a plataforma imperialista dos grandes grupos capitalistas europeus e dos seus governos, para recolonizar o Leste europeu e para defender no terreno mundial o seu quinhão face à voracidade norte-americana. Ao mesmo tempo, tem aumentado exponencialmente o processo de centralização de capitais, através das fusões e absorções de empresas. O processo de centralização de capitais tem hoje o seu alvo apontado para as grandes companhias energéticas, de telecomunicações ou grupos bancários. Um

exemplo ilustrativo, com as tensões e contradições que o acompanharam, foi o da OPA (Oferta Pública de Aquisição) da Sonae, financiada pelo espanhol Santander, sobre a PT, ou a OPA da eléctrica alemã E.ON sobre a eléctrica espanhola Endesa.

Contra o capitalismo internacional é necessário edificar lutas globais dos trabalhadores, assentes na solidariedade e na determinação de quais são os adversários e os objectivos comuns.

1.3.5 BOLONHA: COM PAPAS E BOLOS...

Os planos de educação dos governos da União Europeia seguem os passos marcados pelo chamado Processo de Bolonha, subscrito em 1999 por políticos, grandes empresários e personalidades do mundo académico. Através de Bolonha, pretendem aplicar os critérios da livre concorrência empresarial à educação universitária, com uma nova estrutura de graduações elitista e ainda mais marginalizadora do estudante-trabalhador, a mobilidade académica, as propinas exorbitantes, a abertura a investimentos empresariais e a precarização do pessoal docente.

Estas são algumas das medidas que acompanham os projectos destinados ao desmantelamento da universidade pública e a sua privatização encoberta.

1.3.6 SOMOS TODOS IMIGRANTES

Os trabalhadores imigrantes são uma parte substancial da classe trabalhadora europeia, e a mais explorada, com um grande peso nos sectores como a construção civil, agricultura e serviços domésticos. Em países como a Espanha, por exemplo, representam 15% da classe trabalhadora. Os governos da UE, de direita ou de "esquerda", lançaram uma verdadeira cruzada contra o que chamam de "imigração ilegal", que nada mais é do que a tentativa, muitas vezes com risco de vida, de furar o bloqueio e ultrapassar as muralhas com que a UE se cercou para impedir a entrada "legal" dos trabalhadores dos países pobres. Esta cruzada contra os imigrantes inclui o estabelecimento de quotas de imigração, o encerramento de fronteiras, a expulsão dos imigrantes sem-papéis, o endurecimento das leis de estrangeiros e de asilo e a vinculação da "legalidade" à posse de um contrato de trabalho.

Ao mesmo tempo, apesar dos discursos piedosos e pretensamente humanitários, alimentam o racismo e a xenofobia, associando a imigração à deterioração da qualidade da educação e da saúde e à delinquência, quando não ao terrorismo, no caso dos imigrantes de origem árabe ou de religião muçulmana.

A União Europeia, plataforma comum das políticas económicas e sociais neo-liberais, palco de ataques aos direitos dos trabalhadores, dos jovens e dos imigrantes, é também o campo de batalha pela hegemonia da Europa, disputada

entre a Alemanha, a França e a Inglaterra, com cada vez maior preponderância da primeira. Todas as questões fundamentais, tanto de política interna quanto externa, se resolvem entre os governos destes três países e respectivas multinacionais, em defesa dos seus próprios interesses. A Comissão Europeia depende deles, e o Parlamento Europeu não é senão o mecanismo "democrático" para legitimar as suas decisões.

Os principais problemas do nosso planeta, tanto os sociais como os ecológicos, são globais e a sua solução terá também forçosamente que ser global. A dívida externa, que na prática é uma dívida eterna, mantém a actual situação, em que os países do chamado Terceiro Mundo, bem como os países em vias de desenvolvimento, continuam a alimentar as fortunas dos multimilionários, na sua maioria dos países ricos.

Enquanto se mantiver a exploração dos países mais pobres pelos mais ricos (através do imperialismo europeu, norte-americano e japonês, a que se junta não raras vezes a corrupção dos dirigentes locais) a miséria desses povos continuará a aumentar, enquanto cada vez mais pessoas desesperadas arriscarão a vida a tentar entrar nos países mais desenvolvidos.

Somos cidadãos do mundo e queremos ajudar a construir, com todos os explorados e injustiçados do planeta, uma nova sociedade, onde não haja exploração do homem pelo homem e onde a sustentabilidade ambiental seja uma realidade. Para nós não existem seres humanos ilegais. Existe sim um sistema profundamente injusto, que empurra todos os anos milhões de pessoas para a emigração, tentando fugir à pobreza extrema a que estão sujeitos. O capitalismo é que tem que ser "ilegalizado", nunca pessoas.

Defendemos a legalização de todos os imigrantes e o fim da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, e também dos países em vias de desenvolvimento, como um primeiro passo para a redução das assimetrias Norte-Sul.

Uma parte importante das florestas tropicais, que ajudam significativamente a reduzir os gases com efeito de estufa, encontram-se nos países em vias de desenvolvimento. A dívida externa obriga-os também à exploração destrutiva dessas florestas. Acabemos com ela, não com as florestas!

1.4 O BLOCO E O PARTIDO DA ESQUERDA EUROPEIA

A participação do Bloco de Esquerda no Partido da Esquerda Europeia (PEE), como membro pleno, foi aprovada na IV Convenção, em Maio de 2005, com a justificação de que este partido incluiria correntes "unidas na luta contra a guerra e o neoliberalismo e na rejeição da NATO". Não está a ser esta a experiência de dois anos com o PEE. Neste período, o principal partido do PEE, a Refundação Comu-

nista (RC), de Itália, passa a integrar o governo italiano do primeiro-ministro Romano Prodi, depois da vitória eleitoral da coligação que encabeçava sobre Silvio Berlusconi. Com esta vitória, Fausto Bertinotti, secretário-geral da RC e "chairman" do Executivo do PEE, transforma-se também no Presidente da Câmara dos Deputados. Os deputados e senadores da RC têm votado favoravelmente medidas neoliberais e militaristas que condenavam, quando na oposição, nomeadamente a manutenção de tropas no Afeganistão e no Líbano e a ampliação da base da NATO em Vicenza. Quando um dos senadores da RC, Franco Turigliatto, se revoltou contra esta orientação, não votando favoravelmente a moção de apoio à política externa de Prodi e provocando a queda do governo, foi expulso do partido. Ao mesmo tempo, a RC aceitou as doze condições impostas por Prodi para continuar à frente do governo: entre elas, que apenas Prodi possa falar em nome de todo o governo; que em qualquer situação de divergência no seu interior seja Prodi a dar a última palavra; que sejam indiscutíveis no seio da coligação os projectos de redução da despesa pública e de reforma do sistema de pensões.

A Refundação não é apenas mais um partido do PEE, mas o mais influente no seu interior, apontado como modelo de partido anticapitalista. Na verdade, é um partido que, ao integrar um governo burguês e neoliberal, se curvou às necessidades da sua própria burguesia e da burguesia europeia, co-participando na ocupação do Afeganistão e nos ataques aos direitos dos trabalhadores. O PEE, ao não condenar o governo Prodi, é cúmplice dessas políticas.

Os representantes do Bloco de Esquerda no Partido da Esquerda Europeia deverão nos órgãos próprios, entre os quais o congresso do PEE deste ano, manifestar uma posição fortemente crítica da participação de um membro do PEE, a Refundação Comunista, num governo cujas políticas não contrariam a ordem capitalista vigente, aprovam a presença militar da NATO no seu país e são cúmplices da 'guerra infinita' do império norte-americano. Como a participação da Refundação Comunista no governo de Romano Prodi compromete a eficácia do PEE enquanto plataforma europeia de ruptura com as políticas liberais, autoritárias e militaristas da União Europeia, o Bloco de Esquerda deve propor, no âmbito dos Estatutos do PEE, artigo 6.4, a suspensão da participação da Refundação Comunista. Da eventual recusa desta proposta deve a direcção do Bloco extrair as devidas ilações, retirando-se do PEE.

RESOLUÇÕES SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL

[Resolução 1] Contra as guerras do império, os activistas do Bloco associarão à campanha mundial pela retirada das tropas de ocupação do Iraque, dirigidas por Bush e Blair, a exigência de retirada das tropas da NATO do Afeganistão e do Líbano, bem como o regresso de todas as tropas portuguesas dos palcos de guerra.

[Resolução 2] O Bloco de Esquerda promove no primeiro semestre de 2008 uma Conferência Internacional, cujos debates incidirão particularmente na situação no Médio Oriente e nas políticas alternativas desenvolvidas em diversos países da América Latina. Para estes debates serão convidadas diferentes sensibilidades da esquerda mundial, ficando a Mesa Nacional mandatada pela Convenção para inclusão de outros temas centrais, de acordo com a evolução da situação política internacional.

[Resolução 3] A V Convenção do Bloco de Esquerda apresenta publicamente a todos os partidários da paz - associações, partidos políticos e cidadãos - um repto para a constituição de um vasto movimento popular, que tenha como objectivo principal lutar pela constituição de uma maioria que possibilite a saída de Portugal da NATO e, concomitantemente, o término da presença de tropas estrangeiras no nosso país e da utilização do território nacional como plataforma para acções belicistas.

CAPÍTULO II

GOVERNO SÓCRATES: A MAIOR OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

O Bloco fará oposição frontal ao governo PS, enquanto responsável pelos mais recentes ataques aos trabalhadores e qualidade de vida da população. A oposição a este governo será concretizada construindo o Bloco no mundo do trabalho, ganhando raízes nos movimentos sociais e de trabalhadores.

Paralelamente, o Movimento apresentará e apoiará, no plano político e institucional, iniciativas tendentes a melhorar as condições de vida dos trabalhadores no seio da sociedade capitalista, bem como a modernizar o quadro de referências da sociedade portuguesa.

2.1 O PARTIDO SOCIALISTA GOVERNA À DIREITA E OS TRABALHADORES PAGAM A CRISE

2.1.1 QUEM SE SENTE ESTÁVEL E A CRESCER?

Portugal atravessa hoje uma das suas piores fases económicas – a crise está instalada. Em dados recentemente divulgados, o nosso país surge na 16ª posição, em termos de PIB por habitante, em relação aos restantes Estados-membros da União Europeia, sendo superado pela Espanha, Grécia, Chipre e Irlanda, e encontrando-se ao nível da Eslovénia. O desemprego está hoje nos 8%, chegando aos 16% de desemprego entre os jovens, e alcançando, assim, os valores mais altos desde há 20 anos: a anunciada ligeira diminuição

do número de inscritos nos Centros de Emprego continua a esconder, na realidade, o desemprego crónico, ou seja, o que é composto por desempregados que deixaram de procurar emprego e de comparecer nos Centros.

O processo de deslocalizações e fecho de diversas empresas faz-se a ritmo acelerado, continuando a contribuir para o aumento do desemprego; o exemplo da General Motors/ Opel da Azambuja foi dos mais noticiados, mas diariamente vemos pequenas e grandes empresas por todo o país na mesma situação. A Rhodes é o caso mais recente, suscitando a cúmplice compreensão do governo pelas "dificuldades" da empresa na Alemanha. O trabalho precário continua a crescer, ultrapassando já 21% do total dos trabalhadores por conta de outrem, chegando entre os jovens aos 70%.

Perante esta situação, o governo de José Sócrates/PS continua a ter como o centro da sua orientação a adequação de Portugal às políticas do Pacto de Estabilidade e Crescimento, imposto pela União Europeia, em particular com a preocupação de cumprir a meta de adequação do défice orçamental português ao índice máximo de 3% em 2008.

Apesar da propaganda oficial do governo e dos meios de comunicação insistirem nos (muito questionáveis) sinais de retoma da economia portuguesa, a verdade é que o nível de vida da população em Portugal está cada vez mais baixo, continuando o país entre os piores da UE, já alargada, e com diferenças cada vez mais acentuadas face à vizinha Espanha.

2.1.2 O "ÍMPETO REFORMADOR"

O governo tem ainda vindo a acelerar o desinvestimento público. O objectivo é assegurar a redução do défice, continuando a seguir as directivas da Estratégia de Lisboa no sentido de privatização dos serviços públicos e redução dos gastos públicos. Várias medidas gravosas têm marcado a actualidade política e a vida dos trabalhadores do país:

- A Função Pública tem sido o principal eixo de ataque aos direitos dos trabalhadores do governo de Sócrates. Propagandeando o combate aos proclamados privilégios dos funcionários públicos, o governo ataca na realidade conquistas de vários anos, que claramente têm impacto não apenas no sector público, como sector de referência, mas também no sector privado. Desde a subida das contribuições para a ADSE ao congelamento da progressão nas carreiras, passando pelo projecto de redução de 75 mil postos de trabalho na Função Pública, pelas consecutivas reduções salariais (reais) e pelo fim da contratação colectiva, o governo institui o trabalho cada vez mais precário e sem direitos.

- Um dos mais fortes e globais ataques do governo tem a ver com a reforma da Segurança Social, que aumenta a idade da reforma e reduz o valor das pensões, que já se encontram entre as mais baixas da Europa (85% das pensões em Portugal têm valores abaixo do salário mínimo).

- A área da Saúde tem sido também das mais afectadas com a "reestruturação" dos serviços de saúde um pouco por todo o país: encerramento ou desclassificação de vários serviços de urgências nos hospitais e centros de saúde, fecho de maternidades, e instituição do pagamento de taxas de internamento e das cirurgias nos hospitais públicos, acompanhado do aumento das taxas moderadoras.

- A Educação tem sido um dos principais alvos das reformas neoliberais do governo, que entre Agosto de 2005 e Agosto de 2006 já levaram ao saque de 380 milhões de euros neste sector. De facto, a reestruturação da rede escolar já levou ao encerramento de mais de 20% do parque escolar do 1º ciclo, sem relevar especificidades locais, nomeadamente nas zonas mais despovoadas. Ao nível do ensino superior, os cortes orçamentais reais (que chegaram a 15%) e a implementação do Processo de Bolonha abriram uma crise sem precedentes, que conduziu a despedimentos injustificados e inaceitáveis, abaixamento da qualidade de ensino e criou um clima de ameaça e condicionamento que se tem generalizado a todas as instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo, no ensino secundário, com a instituição do novo Estatuto da Carreira Docente, o alargamento dos horários de trabalho nas escolas, a extinção de horários e acumulação de professores no activo com o aumento da idade de reforma, retiram-se direitos aos professores e cresce também o desemprego e a precariedade. **A estas medidas o Governo tem juntado uma política de ataque aos direitos dos professores, em todos os níveis de ensino, como o novo Estatuto da Carreira Docente e o aumento da idade da reforma. O Governo, também com os professores tem usado e abusado da estratégia do dividir para reinar, tentando fazer passar a ideia de que não tira direitos mas retira privilégios, colocando pais contra professores, precários contra efectivos, acabando por tornar ainda mais difíceis as condições de trabalho dos professores e mais problemática a qualidade da educação dada às nossas crianças e aos nossos jovens. A revogação daquela legislação (ECD, aumento da idade de reforma) é, pois, uma exigência justa.**

- Também no que toca ao subsídio de desemprego, o governo impôs regras mais restritivas de acesso e diminuiu a sua duração para jovens com menos de 30 anos, um dos grupos etários mais afectados hoje pelo problema do desemprego, com taxas superiores a 16% (dados de Fevereiro) e da precariedade laboral. No ensino superior, por exemplo, mais de 1/3 do total de docentes não tem vínculo definitivo à carreira e continua sem direito ao subsídio de desemprego que, recentemente, lhes foi negado, mais uma vez, pela maioria parlamentar do PS.

- No que toca à imigração, a nova lei continua a não permitir a regularização dos imigrantes indocumentados a viver em Portugal, calculados em mais de 100 mil, exigindo para a obtenção de um visto a garantia de um contrato de trabalho, ou, pelo menos, um documento que comprove o interesse de alguma empresa em contratá-lo.

· Ao contrário das promessas eleitorais, o governo aumentou os impostos, ao mesmo tempo que os portugueses continuam a ver subir os preços da electricidade, energia, medicamentos, produtos petrolíferos e outros bens de consumo corrente, bem como o aumento das prestações dos empréstimos à habitação. Para piorar ainda mais o cenário, o governo colocou à disposição para privatizar empresas estruturais do país, como a GALP e a EDP. Até ao final de Novembro, o governo apresentará ainda novas alterações à legislação laboral, no sentido de uma maior flexibilização (ou melhor, precarização) laboral.

Assim, com vista alcançar a todo custo as metas impostas pela UE, o governo tem vindo a tomar medidas cujos custos são suportados pelos trabalhadores, como vem acontecendo também nos restantes países da Europa, mas de uma forma mais acentuada em Portugal.

2.1.3 O “SOCIALISTA” SÓCRATES E AS POLÍTICAS DE DIREITA

Podemos hoje dizer com clareza que o Partido Socialista governa à direita e para a direita e o capital, levando a cabo muitas das políticas neoliberais que os anteriores governos de Durão Barroso e Santana Lopes não conseguiram concretizar. Não é por isso de estranhar o apoio às suas políticas vindo de personalidades com Manuela Ferreira Leite, Basílio Horta ou Belmiro de Azevedo.

Se todas as políticas de constrangimentos orçamentais, ataque aos Serviços Públicos e desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores são medidas que estão a ser tomadas não só em Portugal, mas pelos vários governos europeus, este processo é extremamente acelerado em Portugal. Não esqueçamos que o governo manteve o Código Laboral de Bagão Félix e prepara-se para avançar com a Flexisegurança. Outros governos europeus, devido à maior riqueza acumulada e estando menos afectados pela crise económica que abraça toda a UE, têm maior espaço de manobra para encetar mais pausadamente as suas políticas neoliberais.

Sócrates não tem esse espaço, e num curto tempo de governação implementa com rapidez as medidas que noutros países demoraram vários anos, o que deixa mais uma vez os trabalhadores portugueses numa situação de aperto ainda maior.

2.2 A ESTABILIDADE DO GOVERNO SÓCRATES E A CONTENÇÃO NAS LUTAS DOS TRABALHADORES PELAS SUAS DIRECÇÕES SINDICAIS E POLÍTICAS

Apesar da dureza da ofensiva que lança sobre os trabalhadores e da crescente contestação popular que enfrenta, o governo Sócrates tem conseguido, depois de dois anos de mandato, manter uma certa estabilidade na governação.

De facto, o ataque neoliberal das políticas de Sócrates tem deixado a direita tradicional sem grande espaço e com uma oposição ao governo muito apagada e sem força, chegando mesmo vários dirigentes do PSD a mostrar concordância com as políticas do governo. À esquerda, a oposição é mais forte. Não obstante, tendo em conta a dimensão das medidas levadas a cabo pelo executivo, é necessária uma maior acutilância e combatividade das oposições de esquerda.

No entanto, as políticas do governo não têm passado impunes à contestação popular, que se tem tornado cada vez mais forte e com níveis de mobilização que já não se viam há vários anos, reaparecendo constantemente apesar das hesitações das direcções sindicais. Estas contestações assumem um carácter sectorial, não existindo uma politização das lutas com a exigência de políticas alternativas.

Logo em Junho/Julho do primeiro ano de mandato (2005), Sócrates enfrentou a primeira onda de contestação às suas políticas. A primeira vaga de lutas, na qual se destacaram os professores, começou escassos meses depois da tomada de posse do governo, no seguimento do primeiro ataque aos funcionários públicos. A “greve em carrossel” nos professores e as greves dos enfermeiros e trabalhadores judiciais marcaram (todas elas em separado) os primeiros sinais de descontentamento contra o governo, rapidamente desmontado pelas direcções sindicais, em particular pela CGTP, com a já “tradicional” separação das lutas pelos diversos sectores.

Na sequência dessa primeira vaga de lutas, nas eleições autárquicas de Outubro, o PS perdeu 500 mil votos face aos números que em Fevereiro lhe tinham dado a maioria absoluta, obtendo, assim, um resultado pior do que o das eleições autárquicas de 2001, que levaram à demissão de Guterres. Desta forma, ficou clara a derrota do PS nas autárquicas, sendo que Sócrates tentou imediatamente fazer a separação entre os resultados e a política do governo. Não sendo de desconsiderar as especificidades das eleições autárquicas, é facto que o descontentamento que não teve frutos na primeira vaga de lutas se expressou, assim, nas primeiras eleições que o governo enfrentou depois do início dos seus ataques sobre os trabalhadores e a generalidade da população.

Contudo, decorria ainda a campanha das autárquicas quando começou uma nova vaga de lutas contra o governo, com greves e manifestações dos professores, trabalhadores judiciais, magistrados do Ministério Público, enfermeiros e mesmo uma greve dos juizes e lutas públicas das Forças Armadas e Polícia.

O governo respondeu com a recusa da negociação e com novas ameaças, enquanto a CGTP adiou uma proposta global de luta contra o governo.

2.3 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, REFERENDO E LUTAS: UM TESTE À POLÍTICA DAS ESQUERDAS

2.3.1 A UNIDADE É POSSÍVEL?

Mais uma vez depois da segunda vaga de lutas, vieram as eleições – neste caso as presidenciais. Também aqui o governo saiu a perder. O candidato oficial do governo – Mário Soares – obteve uns escassos 14%, sendo ultrapassado não só pelo actual Presidente da República, Cavaco Silva, como pelo próprio Manuel Alegre, que, capitalizando a sua aparição como candidato em oposição ao governo, quase passou à segunda volta, com 1 milhão de votos.

Nestas eleições toda a esquerda defendeu como objectivo prioritário a derrota do candidato da direita: Cavaco Silva. Todos defenderam uma “teoria” semelhante: cada ‘partido’ de esquerda devia apresentar o seu candidato dado que esta seria a única forma de diminuir a abstenção (provável) e esta seria um aliado de Cavaco. Todos apresentaram os seus candidatos e... Cavaco ganhou. Era uma inevitabilidade a vitória do candidato da direita?

Apoiámos a candidatura de Francisco Louçã desde o primeiro momento, mas consideramos que, à esquerda, Bloco e PCP se preocuparam mais em resguardar e fixar eleitorado do que se empenharam numa candidatura de unidade, alargada aos socialistas de esquerda, para derrotar efectivamente Cavaco. Por isso, para muitos eleitores descontentes, Manuel Alegre apareceu como a alternativa de voto de repúdio às políticas do governo, apesar da inconsequência política das periódicas tiradas tonitruantes do vice-presidente da Assembleia da República.

Aprofundar este debate é essencial, porque ao retirar ilações sobre este passado recente podemos perspectivar uma nova política para enfrentar e preparar a derrota do actual primeiro-ministro José Sócrates. Ou seja, a manutenção de uma estratégia que privilegia, de facto, a marcação permanente de território ou de disputa da liderança da esquerda não governamental, mais do que fortalecer a oposição indispensável ao actual governo contribui consciente ou inconscientemente para o adiamento da agonia governamental.

Inversamente, uma orientação, como a que preside a esta moção, de apelo constante à construção de unidade de acção contra o governo PS, alicerçada nas forças que se dizem contra a actual ofensiva neoliberal, torna-se crucial para travar um novo mandato a Sócrates.

2.3.2 CENTENAS DE MILHAR NAS RUAS À ESPERA DE...

No entanto, apesar das duas derrotas eleitorais Sócrates mantém-se, sem que essas derrotas e as mobilizações que contra o governo se fizeram pareçam afectar a governação. Ao contrário de várias opiniões que se têm expresso sobre a capacidade de «sobrevivência» do governo, e que vão desde o estilo pragmático de Sócrates até às dificuldades para a organização

das mobilizações, que decorrem da estrutura do trabalho em Portugal e das divisões entre os trabalhadores (que o próprio governo fomenta), **é preciso dizer que para a força do Governo contribui decisivamente a política da CGTP**, que atrelada ao PCP vai contendo as mobilizações e adiando a união (e radicalização) do conjunto dos trabalhadores no sentido de derrotar as políticas do governo.

Depois de um curto período de refluxo, as mobilizações voltaram em força ainda que marcadamente defensivas, mas desta vez mais afoitas e participadas do que nunca, mas sempre sectoriais.

Em Outubro de 2006, assistimos no dia 5 à maior manifestação de professores de sempre; no dia 12, saíram à rua 100 mil trabalhadores de todo o país para protestar contra o governo, na perspectiva de derrotar as diversas políticas neoliberais que, nos diferentes sectores, este tem levado a cabo. Assistíamos ainda à greve do Metro e de outras empresas, a manifestações populares contra o fecho de maternidades e urgências, com impacto massivo nas populações de diversas regiões. Os trabalhadores mostraram que estavam dispostos a radicalizar a luta contra o governo.

A dispersão em greves parciais, e a realização posterior de uma manifestação descentralizada pelas diversas cidades do país (a 25 de Novembro), significaram o trilhar do caminho para nova desmobilização, que deixou o governo, mais uma vez, sair impune, e com novo fôlego. Os trabalhadores continuaram a pagar a crise, voltando para casa sem perspectivas de lutas vitoriosas.

Apesar do clima favorável num primeiro momento (no momento mais importante), não foi equacionada a greve geral. Num clima de menor mobilização, em 2002, a greve existiu. Em 2006, numa situação de crise social mais profunda e com maior mobilização, ela não foi convocada. A convocatória por parte da CGTP de uma greve geral para o próximo dia 30 de Maio tem todo o nosso apoio. A crítica que lhe fazemos é que peca por tardia. Mas, como diz o povo, mais vale tarde do que nunca.

As lutas e greves parciais devem potenciar a greve geral do dia 30 de Maio e esta deve alimentar a disposição de luta do conjunto dos trabalhadores e da população. Mas esta greve geral encontrará vários obstáculos, que não devem ser ignorados se desejarmos que tenha impacto real nas políticas governamentais. Desde logo a imensa precariedade, principalmente no sector privado, com milhares de trabalhadores sob ameaça de despedimento se participarem em lutas e greves. Para que esta greve geral tenha todo o êxito, quer no sector público quer no sector privado, é desejável que a CGTP e todos os sectores que a convocam (e, optimamente, deveriam ser todos os sindicatos e centrais) realizem quanto antes plenários por todos os sectores de actividade no maior número possível de empresas, de modo a que a base não só aprove a convocatória como encontre as melhores formas de contornar e/ou derrotar as manobras das entidades patronais apostadas em a enfraquecer.

Para que a greve tenha impacto em todos os sectores, é necessário que assuma características de protesto geral contra as políticas neoliberais do governo Sócrates, mobilizando também os que no passado recente se manifestaram contra o fecho de empresas, encerramento de SAPs ou de maternidades, de escolas, em suma, que unifique todas as lutas numa só grande jornada nacional.

A greve geral terá lugar imediatamente antes da nossa Convenção, mas consideramos importante uma reflexão sobre a mesma no período de debates em que nos encontramos.

2.3.3 O REFERENDO E AS MANOBRAS DE SÓCRATES

O governo aproveitou o Referendo sobre a Despenalização do Aborto como uma saída airosa para a situação. Depois de desferir fortíssimos ataques sobre os trabalhadores, cobre (sem que esta manobra fosse vigorosamente denunciada, não fosse tal facto vir a prejudicar a 'unidade com o governo' em torno do SIM) a sua política de direita com uma saída acenando ao povo de esquerda – a defesa do SIM no Referendo.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a vitória do SIM no Referendo foi uma importante conquista das mulheres. Uma vitória da Justiça e da liberdade, sobre a hipocrisia o conservadorismo balofo e a tremenda injustiça social que caracterizava o aborto clandestino, que se arrastava já há várias décadas no nosso país. No entanto, é preciso também dizer que com a marcação do Referendo para este período em particular, o governo pretendeu – e conseguiu – depois de dois anos de mandato e de ataques, canalizar o descontentamento e as mobilizações contra as suas políticas, para o “consenso e trégua social” na esquerda em torno do SIM no Referendo.

Sócrates branqueou a sua política neoliberal concedendo medidas progressistas aos sectores à esquerda do PS. O governo saiu, assim, conjunturalmente fortalecido pela vitória no Referendo.

2.3.4 TODAS AS LUTAS NUMA SÓ LUTA: PARA QUANDO?

No pós-referendo os trabalhadores, pressionados pelos constantes ataques que continuam a sofrer, não baixaram os braços e voltaram à luta, fazendo explodir de novo a bolha de ar que o governo conseguira criar durante o período de campanha. Primeiro foram as imediatas mobilizações de rua com milhares de pessoas de todas as idades e sectores sociais contra o fecho de urgências e de Serviços de Atendimento Permanente (SAPs). Depois, a grande manifestação do último 2 de Março que recolocou na actualidade política a necessidade e possibilidade de preparação de uma paralisação nacional, que unifique todas as contestações do

país e rejeite globalmente as políticas governamentais e a actuação do governo de Sócrates.

Se a CGTP, a maioria da vezes a reboque do calendário do PCP, continua a convocar grandes manifestações apenas como válvula de escape para a revolta latente no movimento popular e dos trabalhadores, controlando-a e impedindo que esta se concretize na derrota das políticas do governo, é preciso que o Bloco se demarque desta actuação e proponha a luta consequente contra o governo, não numa simples perspectiva de protesto mas de derrota destas medidas.

A anunciada e justa acção nacional de luta de 30 de Maio, com greve em todos os sectores de actividade, demonstra, por outro lado, a lentidão da reacção das estruturas dirigentes aos sentimentos de revolta dos trabalhadores.

O BE deve contribuir activamente para o enquadramento político das lutas, consciencializando os trabalhadores de que a resolução conjuntural de um problema pode ser necessária, ou mesmo premente, mas não substitui a luta mais vasta pela derrota das políticas neoliberais do governo Sócrates.

2.4 APROFUNDAR A OPOSIÇÃO POLÍTICA E SINDICAL PARA TRAVAR A OFENSIVA DO GOVERNO DE SÓCRATES

2.4.1 OS BLOQUISTAS E O MOVIMENTO SINDICAL

É preciso, por isso, aprofundar a oposição ao governo Sócrates, com medidas no âmbito sindical e político que possam construir os caminhos para travar a sua ofensiva neoliberal sobre os trabalhadores.

No âmbito político, é preciso que a esquerda não governamental seja capaz de trabalhar para a unidade, com base num programa concreto de acção para combater as medidas do governo, fortalecendo, assim, a luta dos trabalhadores. Neste campo têm necessariamente que estar o BE, o PCP e a CGTP, desafiando outras correntes à esquerda do PS com objectivos comuns nesta luta. Sabemos que o trabalho conjunto com o PCP não é uma tarefa fácil, mas sabemos também que é uma tarefa necessária. A apresentação pública ao PCP de propostas de unidade de acção terá impacto na consciência da classe trabalhadora.

Já no âmbito sindical, é preciso que os militantes do BE, enquanto activistas, sejam o gérmen de alternativas sindicais combativas em todos os locais de trabalho onde estejam. No entanto, para que isso seja uma realidade, é preciso que o BE de conjunto tome essa tarefa em mãos, dinamizando uma corrente de sindicalismo combativo na CGTP.

O BE, enquanto partido/movimento na sua dinâmica própria, mudou o panorama político do país; é necessário – e cada vez mais urgente – que o BE tenha também a ousadia de mudar o panorama sindical do país, construindo com os activistas de todas as cores políticas,

um programa comum em torno de alternativas de base, democráticas e combativas nos sindicatos e comissões de trabalhadores.

2.4.2 PRECARIEDADE

O BE tem que aliar aos projectos de Lei contra a Precariedade, um trabalho efectivo e mobilizador entre os trabalhadores precários. Trabalhadores sem vínculos, sem direitos, com presentes e futuros sempre adiados, a que o Movimento Sindical continua sem dar resposta e sem dar voz.

A estes jovens, a estes homens e mulheres, grande parte não sindicalizados, completamente dependentes da chamada diária das empresas intermediárias de fornecimento de mão de obra, não se pode acenar com as formas de luta tradicionais. Um trabalhador precário não pode fazer greve. Um trabalhador precário não pode exigir que o seu Contrato Colectivo de Trabalho seja respeitado. Um trabalhador precário, se fizer greve, não voltará a ser convocado para trabalhar, a um trabalhador precário, porque não sindicalizado, é dito que o CCT não se aplica.

As lutas têm que ser, portanto, essencialmente, lutas criativas e lutas de solidariedade dos trabalhadores com vínculos às empresas para com os seus colegas e os seus filhos. A luta contra a precariedade tem que ser uma luta inter-geracional. E tem que começar na mobilização dos jovens que ainda não trabalham, nos bancos das escolas e das universidades, lugares onde a precariedade é futuro, mas onde o presente ainda permite a luta e a mobilização. O Bloco também na luta contra a precariedade tem que voltar às Universidades e entrar nas Escolas, não se quedando apenas pelo Parlamento.

Aos bloquistas eleitos para as Organizações Representativas dos Trabalhadores cabe um papel fundamental na resposta às dúvidas e aos atropelos aos direitos dos trabalhadores precários .

O BE deverá criar um Gabinete de Apoio e Informação, onde os representantes das ORTs e os trabalhadores, nomeadamente os precários, se possam informar sobre questões legais e sobre direitos, possam colocar as suas dúvidas e obter respostas políticas, mas também técnicas, a essas dúvidas. Este Gabinete deverá estar disponível por contacto pessoal ou telefónico e deverá criar um serviço On-Line que torne fácil o acesso e a colocação de dúvidas e pedidos de ajuda.

2.4.3 DEPOIS DO REFERENDO, CONQUISTAR DIREITOS

Na campanha do referendo do aborto envolveram-se por todo o país as e os activistas do Bloco de Esquerda, quer nas iniciativas partidárias quer nos movimentos cívicos. Este foi um momento quase irrepitível para a criação ou dinamização de núcleos de mulheres bloquistas para que no

pós-referendo se continue o premente trabalho em defesa dos seus direitos.

As mulheres continuam, em Portugal, como no Mundo, a ser as vítimas preferenciais do desemprego e da precariedade laboral, dos baixos salários, da discriminação nas carreiras, da invasão da privacidade pelo patronato. A que se juntam o assédio sexual e a violência doméstica. São problemas específicos das mulheres que se manifestam em todas as camadas sociais, mas que assumem maior gravidade junto das mais desfavorecidas. O resultado do referendo sobre a despenalização da IVG mostrou que as mulheres estão dispostas a lutar pelos seus direitos e a vencer o conservadorismo e a discriminação.

Sob pena de se desperdiçar o momento único de unidade e de empenho que a campanha do Referendo criou, há que criar raízes que levem a alargar a luta pela despenalização do aborto às lutas contra todas as discriminações de que as mulheres continuam a ser as maiores vítimas.

O BE deve criar um Grupo de Trabalho Contra a Discriminação das Mulheres, com ligação às estruturas locais, para dinamização da actividade das bloquistas, particularmente nos locais de trabalho e nas escolas, que saiba aproveitar o caminho aberto com o Referendo.

2.4.4 LUTAR CONTRA O RACISMO

Apesar da lei proclamar a igualdade entre cidadãos independentemente da cor da pele e da etnia, não é isso que acontece em muitos casos. Os negros e os ciganos são discriminados na escola, no trabalho e no direito à habitação, reprimidos pela polícia e estigmatizados pelos media.

O que se passa com a comunidade negra é sintomático. São os negros que ocupam os piores empregos, ganham os piores salários e vivem nos piores bairros. A juventude negra enfrenta agressões policiais quotidianas e as provocações da imprensa, como no tristemente famoso caso "Arrastão". O Estado, esteja o PSD (a Direita) ou o PS no governo, dificulta-lhe o acesso a direitos fundamentais - como o direito à nacionalidade ou à residência a filhos de africanos nascidos em Portugal ou que aqui vivem desde pequenos. Actualmente, a política neoliberal de Sócrates fragiliza ainda mais a situação dos portugueses e imigrantes afro-descendentes ao atacar direitos sociais, incentivar a precariedade laboral e aprovar leis que impedem o *jus solis* (direito à nacionalidade a quem nasce no país) e mantêm sem documentos milhares de trabalhadores.

Estamos ao lado dos jovens e do conjunto da população afro-descendente na sua luta contra as diversas expressões do racismo no nosso País, particularmente contra a repressão policial que tem vindo a aumentar nos bairros periféricos das grandes cidades.

2.4.5 AS LUTAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO (LGBT)

De entre as várias formas de opressão, a que afecta a comunidade LGBT, é particularmente violenta. A homofobia, em Portugal, junta a discriminação legal a que os homossexuais continuam sujeitos, - com o impedimento de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, a impossibilidade de adopção de crianças por casais homossexuais e a exclusão das mulheres lésbicas da procriação medicamente assistida - à discriminação e às perseguições nos locais de trabalho e a uma cultura conservadora e beata, que teima em reprimir e em isolar tudo o que foge às regras e às estruturas convencionais e institucionais.

Sendo que quem mais sofre é o sector mais pobre e explorado, interligando-se a homofobia com as restantes discriminações provenientes da classe, género, etnias, reforçando-as e sendo reforçada pelas mesmas. O governo do PS recusa-se a avançar, na actual legislatura, com legislação sobre os direitos LGBT, nomeadamente na igualdade de acesso ao casamento e adopção, o que naturalmente não causa estranheza, uma vez que se trata de um governo que com as suas reformas neoliberais tem lançado os mais duros ataques a todos os direitos e conquistas sociais.

Ao Bloco, que desde sempre se empenhou na luta pela igualdade e contra a discriminação, cabe continuar a trazer para a ordem do dia estas lutas, a enquadrá-las nas lutas mais gerais contra todas as formas de exploração e de discriminação, mas sem receio de assumir a sua especificidade e sem preocupações eleitoralistas.

Temos o dever de continuar a nossa luta contra o conservadorismo mais repressivo que afectando todos os que ousam assumir livremente as suas diferenças, particularmente afecta os mais desfavorecidos, e de levar ao Parlamento, coerentemente com a nossa história e nossos objectivos, projectos de Lei que contribuam para o fim da discriminação por opção sexual, nomeadamente a alteração do Código Civil que permita o casamento entre pessoas do mesmo sexo, com a consequente aquisição de todos os direitos conferidos pelo casamento.

2.4.6 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: OS POBRES QUE PAGUEM A CRISE?

Os líderes do mundo, hipocritamente, acordaram para o problema das alterações climáticas e suas funestas consequências para toda a humanidade. O Bloco tem, desde a fundação, integrado nas propostas políticas acertadas preocupações com os equilíbrios ambientais, não numa perspectiva conservacionista, mas antes demonstrando sempre como são os mais desfavorecidos as primeiras e maiores vítimas da exploração desenfreada dos recursos naturais, que é condição da manutenção das actuais estruturas de produção e consumo.

De facto, importa recusar a armadilha que se estende, com eco na comunicação social, de que são os comportamentos individuais os principais responsáveis pelas mudanças climáticas, sendo uma parte da solução o aumento de taxas e

impostos sobre consumos poluentes. Assumimos que o problema do consumo dos indivíduos é real, particularmente nos países desenvolvidos, mas está intrinsecamente ligado à sociedade em que vivemos. Para aumentar a acumulação capitalista esta sociedade gerou o mito do consumo. Por isso não aceitamos a tentativa de responsabilizar os indivíduos pela destruição ambiental, esquecendo o principal responsável: o sistema capitalista. Ou a Humanidade derruba o capitalismo ou seguirá para a barbárie social e ecológica.

Este é um sector de actividade que carece de uma maior visibilidade externa e interna, que só poderá ser conseguida com um Grupo de Trabalho para o Ambiente que, além da reflexão e produção de documentação, deve alargar a sua presença ao conjunto da organização, nomeadamente com a rede de autarcas e activistas associativos.

2.5 A QUESTÃO DO EXERCÍCIO DO PODER

O Bloco de Esquerda propõe-se disputar maiorias e assume-se como um partido com vocação de poder. Sobre esta questão importa clarificar termos e condições de participação do Movimento em soluções governativas plurais, prevenindo tentações de conivência com políticas de gestão do capitalismo.

Assim, defendemos uma política de alternativa de governo à esquerda, assente na recusa de despedimentos na função pública e do cumprimento do Pacto de Estabilidade, que cerceia os recursos do país; em contrapartida, que defenda os serviços públicos (nomeadamente na saúde e educação), a estabilidade no emprego, a segurança social e a implementação da redução efectiva do horário de trabalho, sem redução de salário, para permitir diminuir drasticamente o desemprego como principal flagelo do país. Uma nova política opor-se-á activamente às deslocalizações das multinacionais, defenderá e preparará a renacionalização de sectores estratégicos da economia, de forma a gerar emprego e mais valias que permitam a Portugal ultrapassar o atraso crónico no desenvolvimento económico e social.

A questão do governo e do exercício do poder está directamente relacionada com o programa do Bloco de Esquerda, que importa construir. Este programa deve ir além da crítica ao sistema vigente e a soluções correctivas do capitalismo, e assumir a ruptura revolucionária, maioritária e democrática, como proposta política a apresentar de forma clara à classe trabalhadora.

RESOLUÇÕES SOBRE POLÍTICA NACIONAL

[Resolução 4] O Bloco de Esquerda faz um apelo público ao PCP, à CGTP, a todos os socialistas que se opõem às políticas neoliberais do governo e a todos os activistas independentes para a criação de uma plataforma comum de acção em torno de algumas reivindicações centrais. A Plataforma teria como centrais as reivindicações seguintes: uma proposta alternativa para a Segurança Social, a revogação do Código do Trabalho, o fim de todas as medidas do governo contra a Função Pública e professores, o fim da precariedade no trabalho, a luta contra os cortes no investimento público, o fecho das urgências, das maternidades e centros de saúde e a exigência de medidas que criem mais postos de trabalho, que aumentem os salários dos trabalhadores e que reforcem os serviços e investimento públicos.

[Resolução 5] Os activistas sindicais do Bloco de Esquerda devem contribuir para a construção de oposições combativas e de prática sindical democrática, assumindo a eleição proporcional para todas direcções sindicais (sindicatos e centrais) e para a alteração dos actuais estatutos burocráticos dos sindicatos, claramente limitativos da representatividade e democracia sindical, impedindo a sua renovação democrática e geracional.

[Resolução 6] A V Convenção afirma a recusa da participação ou apoio parlamentar do BE a governos que tenham como programa as mesmas políticas da direita: privatizações, destruição do sector público do Estado, ataques a direitos e conquistas dos trabalhadores e apoio ou participação militar em guerras e ocupações de Estados soberanos.

CAPÍTULO III PARA UM BE SOCIALISTA, DEMOCRÁTICO E COMBATIVO

Reclamamos a participação de todas as tendências do BE no exercício de cargos públicos electivos. O exercício destes cargos deve expressar a prática actual de solidariedade política sem o impedimento da livre expressão de pensamento.

Recusamos a personalização dos cargos de direcção, praticando a eleição por voto secreto e a limitação de mandatos nos cargos uninominais, prevenindo a sobreposição de lideranças carismáticas à caracterização ideológica do Movimento.

Defendemos a promoção do debate ideológico e a discussão pelo conjunto dos aderentes de todas as grandes questões políticas que se colocam entre convenções, recusando a direcção centralizada e pugnando por uma militância esclarecida e livre.

3.1 OITO ANOS DE BLOCO: AVANÇOS E RECUOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA O PAÍS

3.1.1 O QUE É NOVO CRESCE.

Depois da queda do Muro de Berlim e da crise e descrédito em que caíram os Partidos Comunistas de todo o mundo - bem como da desmoralização na esquerda mundial que daí adveio - no final da década de 90 o movimento de massas no mundo volta a dar sinais de nova vitalidade, cada vez mais necessária para combater a política selvagem da globalização neoliberal e os seus efeitos catastróficos na vida das populações. É assim que surgem os movimentos antiglobalização, com o ponto alto nas cimeiras anti-G8, ao mesmo tempo que os Fóruns Sociais Mundiais procuram congregar activistas de vários quadrantes políticos que discutem os caminhos para construir a alternativa para um outro mundo.

É nesse contexto que se dá uma reorganização da esquerda mundial, com o surgimento de novas organizações que se propõem ser algo diferente dos partidos já adaptados ao sistema, e ao mesmo tempo pretendem congregar as diversas forças alternativas à esquerda. São os chamados partidos anti-capitalistas ou da nova esquerda.

O surgimento do BE insere-se nessa necessidade de unidade para enfrentar o grande ataque do capital mundial contra os trabalhadores e lutar por uma sociedade liberta da exploração e opressão, no quadro de uma nova ordem mundial em que as relações socialistas se substituam ao capitalismo vigente. A proposta política de construir o BE como uma nova plataforma de unidade à esquerda, fora do marco dos anteriores partidos sociais-democratas e estalinistas e depois dos traumas herdados pelas disputas constantes entre as diversas sensibilidades nos

últimos 30 anos de pós 25 de Abril, foi assim um grande acerto que mudou o panorama político do nosso país.

O surgimento do BE trouxe um novo vigor à política em Portugal, com um partido que soube agregar à sua volta activistas dispersos e desiludidos com o rumo da política em Portugal e uma juventude com vontade de lutar e de mudar um sistema que a oprime e explora. O BE falou de questões que não estavam na ordem do dia, propôs alternativas no Parlamento e impulsionou o movimento contra a guerra. Também na sua forma de organização, o BE foi uma alternativa, por representar um espaço plural, com diversidade interna, por oposição ao monolitismo e sectarismo do modelo de partido estalinista.

Falando das questões do emprego, desemprego, segurança social e das diversas injustiças e opressões existentes, o BE tornou-se um partido com influência eleitoral sobre centenas de milhares de pessoas, que nele vêm hoje uma alternativa consequente de voto.

3.1.2 CRESCEMOS. E AGORA?

No entanto, o crescimento eleitoral do BE não teve equivalente no crescimento orgânico e militante. Pelo contrário, à medida que o BE foi ganhando maior peso eleitoral afastou-se daqueles que no dia a dia garantem a sua existência, a sua base. Vai-se acentuando a distância entre a Direcção / Grupo Parlamentar e os aderentes e, aos poucos, vai-se contrariando o que foi a génese do Movimento e o que foram os primeiros tempos da nossa história. Parece que se começou a reear a discussão, o debate de ideias, e se começaram a ver discordâncias de estratégias ou dúvidas de actuações, como ataques inimigos e como tentativas de fracturas. À discussão política vai-se sucedendo a desconfiança e com ela a desmobilização e o abandono de muitos. Receiam-se as discussões de fundo, afastam-se as dúvidas sobre a actuação no Parlamento ou fora dele, adiam-se as alternativas nos movimentos sociais, e com esta opção vamos afastando muitos e muitas que encontravam no Bloco o local privilegiado para discutir actuações, para enfrentar batalhas, para construir solidariedades.

Ao maior número de deputados conquistados equivaleu uma maior dependência dos fundos do Estado. É da história que, quando um partido passa a viver mais do Estado do que dos seus militantes ou apoiantes, surge o perigo de que a sua política esteja mais condicionada pela necessidade de conservar esse novo status do que de manter a irreverência indispensável para as verdadeiras transformações sociais. O BE não tem adoptado qualquer tipo de 'vitaminas' que criem resistências à rotina política instalada, à institucionalização crescente. Bem pelo contrário, assiste com aparente resignação à construção de um partido com uma direcção crescentemente centralizada, que vive do impulso de umas dezenas de funcionários, sedeados na capital, e da imagem mediá-

tica de alguns dos seus dirigentes. Corremos o risco de que, em lugar de estarmos a construir "uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança", como dizíamos no *Começar de Novo*, estarmos a contribuir para o desenvolvimento e consolidação de mais um projecto partidário essencialmente eleitoral e parlamentar.

Afastando a própria base do processo de discussão e decisão política, o BE afasta-se também da própria base social do país, naquele que deveria ser o contacto mais directo - o das lutas quotidianas dos trabalhadores, jovens, imigrantes e mulheres. O BE continua sem definir uma política para construir uma alternativa combativa e de base no movimento sindical, ao mesmo tempo que perdeu em muito o lugar que já ocupava entre a juventude universitária, enquanto corrente de mudança no seu interior (a recente incapacidade de impulsionar uma lista de esquerda aberta e unitária que barrasse o caminho a extrema-direita na Faculdade de Letras de Lisboa, é sintoma dessa perda de influência na juventude universitária).

Apesar da realização de actividades importantes como a Marcha do Emprego, o BE continua a construir-se apenas em grandes campanhas (eleitorais e não eleitorais) não dando continuidade diária ao capital de simpatia acumulado durante estes grandes momentos. Os funcionários do BE têm a sua actividade maioritariamente ao serviço do centro, das sedes e do grupo parlamentar. A maior parte dos núcleos não tem vida própria nem discussão, estando esta altamente concentrada nos organismos dirigentes.

É necessário reencontrar os caminhos da construção de um BE mais inserido nas lutas sociais e mais próximo da base e suas necessidades e aspirações.

3.1.3 OS ENCONTROS SECTORIAIS E A PARTICIPAÇÃO DOS ADERENTES

O partido que era também movimento, tem cada vez menos de movimento e cada vez mais de partido centralizado. Recentemente, no âmbito da preparação do Encontro do Trabalho algumas medidas foram tomadas que mostram o caminho que a direcção do BE pretende dar ao Movimento. O Encontro de Trabalho, apesar de reunir os principais activistas sindicais que, no terreno, representam o BE, não pôde votar orientações políticas para o sector ou eleger uma Coordenadora para o Trabalho Sindical. A impossibilidade do Encontro do Trabalho votar algumas políticas específicas e algum tipo de coordenação eleita pela base do sector significa que estas tarefas ficarão exclusivamente concentradas nas mãos da Comissão Política e depois delegadas em parlamentares e profissionais do Bloco, com o consequente afastamento das bases. Assim, caberá à direcção nacional definir a política e nomear a direcção para o trabalho sin-

dical - em vez da base reunida no Encontro Nacional, de acordo com a orientação geral definida na Convenção, como sempre aconteceu desde a fundação do Bloco e em todos os Encontros realizados.

Também a constituição da Coordenadora Nacional Autárquica seguiu este processo centralizado, tendo-se como natural que nem sequer os bloquistas que são autarcas tivessem sido ouvidos sobre a constituição, composição e competências deste novo órgão, não estatutário mas de evidente utilidade.

A participação activa e aberta de todos no BE está assim cada vez mais coarctada, e as decisões cada vez mais concentradas na direcção. Esta opção centralizadora e burocrática, em nome de uma maior eficácia do partido, vai desmobilizando uns e afastando outros. Este BE recolhe o pior dos dois modelos de partido a que devia ser alternativa: do PS recolhe a estratégia e a política de se sentir confortado e confortável por ser um partido parlamentar com vocação de poder, focado na defesa de um programa mínimo e de novas eleições; do PCP recolhe os tiques de partido profissionalizado, que nomeia estruturas de acompanhamento às distritais, e não suporta a realização de encontros onde se discutam e decidam políticas sectoriais e coordenações eleitas pela base para o trabalho quotidiano. Vive-se com o fantasma de que coordenadoras eleitas existirão para contrariar as decisões da direcção, sendo que, ao contrário do que é insidiosamente propalado junto dos aderentes, a ninguém ocorreu e nunca foi sugerido que as decisões políticas sectoriais pudessem contrariar ou conflitar com as resoluções da Mesa Nacional e/ou de Convenções. Onde se propõe complementaridade vê-se divisão, onde se procura participação sugere-se fractura, num movimento autofágico que urge que todos analisemos seriamente, antes que seja demasiado tarde.

Os adversários políticos do Bloco de Esquerda não são os aderentes que apresentam propostas divergentes, estão lá fora, são os partidos e as políticas neoliberais que todos lutamos por superar, unidos na nossa saudável diversidade. É bom que não nos esqueçamos de onde vimos e para onde pretendemos ir.

3.1.4 O PROCESSO DA V CONVENÇÃO E O MOVIMENTO PLURAL

Também esta Convenção trouxe algumas novidades em termos de democracia interna no BE. De relevar é, em particular, o facto de não se garantir o debate conjunto das listas apresentadas à Convenção. Mais importante ainda é que o novo regulamento para a Convenção impede a eleição de delegados por núcleos de empresa ou escola, sendo a eleição feita unicamente pelo critério regional, concelhio ou de freguesia. Esta última decisão em particular significa uma opção política muito clara: a

de construir um partido eleitoral, em vez de um partido vocacionado para a intervenção no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e na juventude. Esta medida esvazia os núcleos de empresa e de escola/universidade já existentes, retirando-lhes o mais elementar direito democrático, que é o de eleger os seus representantes ao principal evento político interno do partido, ao mesmo tempo que desencoraja a criação de novos núcleos deste tipo, que em geral são muito mais próximos do quotidiano dos activistas do que os núcleos regionais, na sua maior parte muito vazios de militância e discussão política.

À data em que concluímos a redacção desta moção, está em fase de discussão na Mesa Nacional uma proposta de Regimento que introduz mais uma novidade: a afectação dos tempos de intervenção na Convenção à percentagem de delegados eleitos por cada moção. Trata-se da importação para o Bloco de algo que combatemos nos parlamentos burgueses, a nível nacional e local. Invocando uma maior funcionalidade e democraticidade, a direcção do Bloco propõe que o direito de expressão seja limitado, exactamente com os mesmos argumentos que ouvimos dos "grandes partidos". Estamos em crer que esta proposta não passará.

O BE avança, assim, cada vez mais no sentido da institucionalização, que se ao nível político tem como principal consequência a adaptação ao sistema democrático-parlamentar burguês e, conseqüentemente, a moderação do discurso e da prática política, ao nível de organização interna tem como principal resultado o esvaziamento da discussão nos núcleos/organismos de base e o cerceamento dos direitos de participação dos aderentes. De facto, a modificação interna do Movimento visa claramente impedir que a base possa contribuir para definição da linha política, contrariando a institucionalização em curso.

Um Movimento com menos democracia e debate está condenado ao definhamento da militância. Não é este o BE que todos queremos construir. Por isso é preciso mudar de rumo. É preciso reivindicar o pluralismo genético, a democracia interna, a proximidade da base e a inserção nas lutas, os únicos antídotos possíveis para combater a institucionalização.

3.2. PARA UM BE COMBATIVO E SOCIALISTA, INSERIDO NAS LUTAS SOCIAIS

Queremos um BE que dispute e ganhe a influência e apoio da maioria do país, em particular o apoio da maioria da classe trabalhadora, condição sem a qual a construção do socialismo não passa de uma miragem, ou de retórica para dias de festa interna. Mas queremos ser não somente uma maioria eleitoral, mas acima de tudo uma maioria social, com enraizamento e confiança nos movimentos sociais e no seio da classe trabalhadora.

Para a conquista e consolidação de uma verdadeira influência social e para ganhar a confiança da maioria da classe trabalhadora, é necessário que o Bloco de Esquerda tenha como estratégia não se reduzir a uma poucas centenas de militantes, cuja energia e empenho são normalmente focalizados unicamente para a realização de campanhas eleitorais, e largados ao abandono e a dificuldades acrescidas fora desses períodos. Hoje o BE tem apenas actividades residuais neste ou naquele sector sócio-profissional e não é uma força significativa no alavancar de alternativas de luta. Sem uma inserção forte no movimento sindical e social do país, o BE nunca será uma maioria social que mude realmente o país a caminho do socialismo. É isso que queremos construir.

Não queremos por isso um BE que tenha, como hoje, o seu centro nevrálgico no Parlamento, dedicando todos os seus principais dirigentes e quadros adstritos à actividade pública, parlamentar ou eleitoral. Queremos, isso sim, a larga maioria dos funcionários no apoio e dinamização ao crescimento das organizações distritais e regionais, na criação e apoio aos núcleos sectoriais, bem como dedicados à tarefa de construir o BE nas empresas.

Não queremos, como faz o PCP, que o BE utilize os organismos sindicais e de luta como correia de transmissão da sua política. Mas também não queremos que, em nome de evitar o controleirismo, nos inibamos de disputar os movimentos sociais, e em particular o movimento sindical, para uma política mais combativa. Com efeito, as clássicas correias de transmissão no movimento sindical estão ultrapassadas e desacreditadas. Este descrédito gera uma lacuna que os bloquistas têm obrigação política de saber preencher, criando, incentivando e partilhando novas correntes sindicais que surjam no âmbito das estruturas representativas dos trabalhadores. Com base em acordos políticos, devemos dinamizar plataformas amplas que defendam uma política combativa e democrática, que nos organismos de base dispute o movimento.

Devemos, assim, ser os defensores do trabalho de base, continuado e insistente, atento aos problemas do quotidiano e que apresente alternativas concretas e de fundo para os problemas. Mas isso só é possível com a definição de uma política clara nesse sentido e não com uma orientação genérica de que cada um faça o que conseguir, de modo desgarrado e sem estratégia nacional.

Sublinhando a necessária confiança política, o preenchimento de cargos profissionalizados nas diversas instâncias internas e institucionais deve estar sujeito a concursos com regras claras, abertos a todos os aderentes.

Neste sentido, propomos que o BE não se organize apenas por núcleos regionais ou concelhios, mas que dinamize núcleos de empresa e escola/universidade, onde possamos discutir a política para os sectores em que os militantes do BE se encontram inseridos e onde se pode transformar o activismo e as lutas no seu dia a dia.

3.3 COMUNICAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO

Manter os aderentes informados sobre as decisões dos órgãos de direcção nacional e local é essencial. As minutas das reuniões da Mesa Nacional e Coordenadoras Distritais / Regionais e Concelhias devem ser divulgadas aos aderentes, se não em formato impresso, por questões financeiras, no mínimo através do correio electrónico.

Também o Grupo Parlamentar deve produzir regularmente relatórios sobre a actividade desenvolvida, antecipando próximas iniciativas, para que os aderentes interessados possam dar os seus contributos políticos para a actividade legislativa.

A opção pelo lançamento do Portal Esquerda revelou-se extremamente acertada, contribuindo para uma maior visibilidade pública do Bloco de Esquerda. Não obstante esta apreciação positiva, consideramos que será de rever o tom neutro em que são normalmente redigidas as notícias, o que não raro causa perplexidade a quem as lê. Sem deixar de ser objectivo no que é matéria de facto, o Esquerda.net não pode, em caso algum, deixar de se assumir como órgão de informação do Bloco de Esquerda, politicamente comprometido.

Depois de algumas recusas e hesitações na sua edição (discutidas em anteriores convenções), o jornal Esquerda tem-se mostrado um meio útil para a informação dos aderentes acerca dos grandes temas da política nacional e internacional. No entanto, a sua circulação é muito limitada, sendo recente a decisão, óbvia, do envio a todos os que têm as suas quotizações regularizadas, prescindindo da assinatura. Mas é premente que o Esquerda ultrapasse as fronteiras internas, chegando ao conjunto da população, através da distribuição em banca. Se necessário, deve recorrer-se ao trabalho militante para a distribuição do jornal no circuito comercial, particularmente nos postos de venda situados nas grandes concentrações habitacionais e laborais. A divulgação do Esquerda, em locais e sectores em que o Bloco não conseguiu ainda afirmar-se, pode ser um contributo importante para a decisão de contacto com a organização de muitos simpatizantes.

3.4 PARA UM BE DEMOCRÁTICO E PLURAL, COM LUGAR À BASE E À DISCUSSÃO INTERNA

Queremos também resgatar o pluralismo genético que parece em vias de extinção dentro do BE. Um Movimento com espaço à iniciativa e discussão dos militantes, com espaço para todos os que pensam diferente, mas que se revêem no BE como o seu partido. Só com democracia poderemos crescer, só com pluralismo poderemos conjuntamente combater a institucionalização do BE.

Queremos que haja um reavivar dos núcleos de base, onde se discuta com regularidade política e actividades,

e onde tanto militantes como simpatizantes tenham lugar, num espaço abrangente que potencie o activismo. Queremos que os activistas dos diversos sectores possam realizar encontros que não sejam meros fóruns formais de discussão, mas lugares onde se discute política para a acção conjunta e onde se eleja uma direcção que, em conjunto com a direcção nacional, acompanhe os trabalhos de juventude, mulheres, trabalho e qualquer outro.

Os direitos não podem ser letra morta nos Estatutos. Aprovámo-los na I Convenção, como trave mestra para a superação de sectarismos e de bloqueios, herdados de diferentes histórias das correntes constituintes. Reafirmá-los é dar um novo fôlego ao Movimento, cerceá-los é recuar ao passado que criticámos e criticamos.

RESOLUÇÕES SOBRE A ACTIVIDADE DO BLOCO

[Resolução 7] O Bloco de Esquerda promove no segundo semestre de 2008 um Encontro Nacional Autárquico, para balanço e reflexão sobre a actividade dos eleitos pelo Movimento, bem como de debate de actualizações e alterações ao Manifesto Autárquico (2001), que deverá ser ratificado na VI Convenção Nacional, em 2009. O Encontro Nacional Autárquico elegerá, de acordo com os Estatutos e em moldes a aprovar pela Mesa Nacional, uma Coordenadora Nacional Autárquica.

[Resolução 8] A V Convenção do Bloco de Esquerda delibera alargar e aprofundar a discussão em torno da nossa posição dentro dos Movimentos Sociais, nomeadamente no Movimento Sindical, feita pelas bases do Partido, que melhor que ninguém, conhecem a realidade laboral e social nas empresas e nos sectores. Para isso, delibera convocar um novo Encontro do Trabalho, a realizar antes do Congresso da CGTP, e decide que a Coordenadora do Grupo do Trabalho volte a ser eleita, como sempre foi, no Encontro, e que nele sejam votadas moções estratégicas, como aconteceu no I e II Encontros, respeitando as políticas de fundo aprovadas nesta Convenção.

[Resolução 9] No sentido da construção do Bloco como força agregadora e mobilizadora das lutas da juventude trabalhadora e estudantil, a V Convenção Nacional reafirma a realização de conferências da juventude bianuais (no modo em que foram sempre realizadas) para fortalecimento do Movimento. Estas conferências terão a forma de plenário nacional de todos os jovens (limite de idade, 30 anos) do Bloco de Esquerda, com discussão e votação de moções e eleição de uma Coordenadora Nacional da Juventude entre conferências.

[Resolução 10] Para cumprimento dos direitos dos aderentes consignados nos Estatutos do Bloco de Esquerda, a V Convenção Nacional delibera que as listas de candidatos a cargos públicos electivos serão aprovadas em plenário da respectiva organização, sendo permitida a apresentação de listas alternativas, sujeitas a voto secreto. A composição final das listas deve reflectir a vontade expressa dos aderentes, estando as mesmas sujeitas a ratificação dos órgãos estatutários.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO C "TODOS NA LUTA, EM TODAS AS LUTAS!"

António Grosso (Lisboa)
Carla Mendes (Viseu)
Carlos Ordaz (Faro)
Cláudio Filipe (Oeiras)
Cristina Portella (Lisboa)
Daniel Arruda (Seixal)
Daniel Martins (Braga)
Davide Costa (Porto)
Deolinda Roda (Leiria)
Eduardo Henriques (Almada)
Flor Neves (Coimbra)

Gabriela Mota Vieira (Ponta Delgada)
Gil Ferreira (Queluz)
Gil Garcia (Amadora)
Helder Agapito (Benavente)
Isabel Faria (Lisboa)
Jerónimo Franco (Lisboa)
João Delgado (Braga)
João Pascoal (Lisboa)
João Reis (Coimbra)
José Carlos Vinagre (Almada)

Paulo Alexandrino (Vila Franca)
Pedro Fidalgo (Felgueiras)
Rui Paulo (Amadora)
Sadik Habib (Lisboa)
Teresa Alpuim (Oeiras)
Valério Silva (Marinha Grande)
Victor Fonseca (Amadora)
Representante da Moção na COC:
Gil Garcia (Amadora)

Moção D

O BLOCO POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA

O Bloco tem suscitado a responsabilidade e a confiança de centenas de milhares de homens e mulheres que exigem e lutam por uma política de Esquerda que contribua para enfrentar o desemprego, a injustiça social e fiscal e todas as discriminações de que, por regra, os “fracos” são o alvo dilecto.

O Bloco continuará fiel a esse compromisso. Só pode.

Uma Esquerda forte, popular, democrática e pluralista é condição vital para responder aos sinais de crise que a sociedade portuguesa vive. O Bloco tem de lutar pela maioria social, e a V Convenção Nacional adopta o caminho: mais organizado, mais combativo e mais representativo – pugnando por uma Democracia Socialista para Portugal.

Preocupados com a falta de debate político interno, os signatários defendem uma maior participação dos aderentes, porque é preciso não ter medo de discutir o que há efectivamente para discutir. Defendem menos navegação à vista e mais programação das acções políticas, dando substância à nossa própria agenda ao mesmo tempo que se acompanha a chamada agenda política nacional. A confrontação e o debate são benefícios para fazer avançar politicamente uma organização que se quer una Esquerda Nova, que aprofunde a democracia e o socialismo para o século XXI.

SETE TESES

Tese 1: A política mundial continua marcada pela segunda vitória de George W. Bush e pela política imperial da “guerra infinita”, apesar da sua aparente derrota, nas eleições de Novembro de 2006, com o controlo do Senado e da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América a transitar para o Partido Democrata. São, afinal, duas faces da mesma moeda, já se percebeu, graças às idiossincrasias do próprio sistema político norte-americano e à manutenção do mesmíssimo predomínio militar e ideológico da Casa Branca – que, lentamente, empurra o Mundo para um conflito global de consequências previsivelmente trágicas.

Tese 2: A globalização neo-liberal afirma-se, cada vez mais, como matriz de regimes sociais repressivos, discriminatórios, xenófobos e antidemocráticos com expressão máxima no *Arquipélago Guantánamo*. Para problemas globais terão de haver respostas globais. A construção de uma esquerda global mantém-se, por isso, como prioridade política e o Bloco continuará a desenvolver a sua acção nesse sentido.

Tese 3: O custo social da crise na Europa é intolerável, acrescido a níveis até há pouco inimagináveis com os milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos. Apesar do “não” ao Tratado Constitucional, a actual presidência alemã da União Europeia pretende recuperar o documento, vestindo-lhe, no entanto, uma nova “roupagem”. O Bloco deverá continuar a bater-se por uma Constituição que de um amplo debate democrático e por um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais.

Tese 4: A maioria absoluta do PS e a vitória de Cavaco Silva nas eleições presidenciais introduziram um novo paradigma na vida política portuguesa.

Tese 5: A ofensiva neo-liberal tem beneficiado de políticas que se julgava mais adequadas à acção do PSD do que propriamente a um Governo PS. A sanha reformadora do actual Governo tem acentuado, em todos os sectores em que interveio, as desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

Tese 6: O objectivo estratégico do Bloco é a luta pelo socialismo, através da conquista de uma maioria social apostada na modernização do país.

Tese 7: A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exige um nível superior de organização e activismo de base. A V Convenção tem de ser capaz de criar, de facto, uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizadora, emancipatória e eficiente que responda à participação de actuais e novos aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do partido-movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais.

TESE 1:

A política mundial continua marcada pela segunda vitória de George W. Bush e pela política imperial da “guerra infinita”, apesar da sua aparente derrota, nas eleições de Novembro de 2006, com o controlo do Senado e da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América a transitar para o Partido Democrata. São, afinal, duas faces da mesma moeda, já se percebeu, graças às idiossincrasias do sistema político norte-americano e à manutenção do mesmíssimo predomínio militar e ideológico da Casa Branca – que, lentamente, empurra o Mundo para um conflito global de consequências previsivelmente trágicas.

Os Estados Unidos da América mantêm inalterada uma força e influência mundial sem comparação com a de qualquer outro império na época contemporânea ou no passado mais distante.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 possibilitaram a George W. Bush evoluir das chamadas acções militares “preventivas” para a “guerra infinita” contra o “Mal”. Aberta a guerra contra o Afeganistão, ocupado o Iraque e, agora, preparando o redesenho do Médio e Próximo Orientes, os EUA assumem-se, cada vez mais, como o único país com força e dimensão para actuar em qualquer ponto do Mundo. Ao propagandear a “guerra de civilizações”, George W. Bush assume-se como “o” dono do Universo e os Estados Unidos como “o” Império que subjuga e decide a bel-prazer, mesmo que em casa alheia. À supremacia militar, os EUA juntaram há décadas o domínio político e tecnológico, graças ao domínio universal do capitalismo industrial e financeiro e, agora, através da globalização neo-liberal.

Em Novembro de 2006, George W. Bush sofreu uma aparente derrota, com os republicanos a cederem ao Partido Democrata o controlo do Senado e da Câmara dos Representantes. A idiossincrasias do sistema político e, inclusive, as cisões entre os eleitos democratas permitiram perceber rapidamente que o Exército norte-americano tão cedo não abandonará solo iraquiano, mesmo depois dos mais altos responsáveis militares pelas tropas deslocadas no Iraque explicarem que “não há solução militar” para o conflito. Por outro lado, o ruído em torno da campanha para as Presidenciais de 2008 tem silenciado, até, o debate interno, centrado mais em torno do problema de “como salvar a face” do que propriamente em busca de soluções políticas, pacíficas e duradouras.

Pelo contrário, os Estados Unidos da América têm procurado reafirmar o seu poderio empenhando-se noutras “frentes”, de que a chamada crise nuclear é o lado mais mediático. E a aventura encetada por George W. Bush tem todos os condimentos para redundar num conflito à escala global de consequências previsivelmente trágicas.

As crises no Médio e Próximo Orientes, com raiz no conflito israelo-palestiniano, concentraram uma parte significativa dos meios militares do "Império" e a atenção dos neo-conservadores, permitindo alguma descompressão em zonas de tradicional submissão aos interesses dos EUA, como a América Latina.

É certo que não tem sido possível à administração Bush a implementação da ALCA, que tinha em vista a criação de um espaço económico sob a direcção e tutela dos EUA. Mas, infelizmente, os reveses sofridos pelo neo-liberalismo no sub continente não resultam de processos democráticos, antes correspondem a erupções de nacionalismo populista bastante inconsequentes.

TESE 2:

A globalização neo-liberal afirma-se, cada vez mais, como matriz de regimes sociais repressivos, discriminatórios, xenófobos e antidemocráticos com expressão máxima no Arquipélago Guantánamo. Para problemas globais precisamos de respostas globais. A construção de uma esquerda global mantém-se, por isso, como prioridade política e o Bloco continuará a desenvolver a sua acção nesse sentido.

O capitalismo actual é global e predador, nada lhe é estranho – da apropriação dos conhecimentos à monopolização de todas as riquezas produtivas, energéticas, financeiras ou cognitivas. Tudo é mercado, tudo é capital, tudo está sob o seu poder.

Liberalização de investimentos, privatizações, políticas orçamentais restritivas, cortes na despesa social, supressão de subvenções a produtos de primeira necessidade, desvalorização das moedas e estrangulamento pelo serviço da dívida externa – a tudo lançou mão o neo-liberalismo, que fere de morte, inclusive, a democracia representativa. Porque, na actualidade, Governo e governação são cada vez mais independentes dos compromissos eleitorais e os sistemas políticos vêm-se condenados a viver na uniformidade. A expressão máxima da globalização neo-liberal é a persistência do *Arquipélago Guantánamo*, onde a lei do mais forte afirma, desde há cinco anos, um direito de excepção permanente e absoluto, ante o silêncio passivo das democracias ocidentais (incluindo as que têm raízes na tradição da liberdade e no espírito da igualdade e fraternidade).

Como quase sempre aconteceu, a pobreza aumenta enquanto cresce a riqueza. É certo que hoje há mais trabalhadores assalariados em todo o Mundo, mas não é menos verdade que a concorrência e a competitividade colocaram a precariedade, a pobreza e a imigração no topo das preocupações sociais. As indústrias tradicionais (têxtil, confecção e automóvel, por exemplo) vão sendo deslocalizadas pelas multinacionais para os países de mão-de-obra mais barata, provocando o surgimento de um exército de reserva de desempregados nos países desenvolvidos.

Os movimentos especulativos da moeda e dos mercados

financeiros têm sinais contraditórios: a China mantém artificialmente o yuan desvalorizado para exportar cada vez mais e arrasar a concorrência, os EUA têm desvalorizado o dólar para aumentar as exportações para a União Europeia e o resto do Mundo, enquanto a Zona Euro tem a sua moeda sobrevalorizada, sendo esta uma das causas da sua recente estagnação. Gerou-se, assim, uma conjuntura económica mundial em que a China aparece como a "Fábrica do Mundo" com mão-de-obra super-explorada à custa de um regime ditatorial e fortemente repressivo, ao mesmo tempo que os EUA, endividados e dependentes da China credora, se assumem como os "Polícias do Mundo".

Porém, as preocupações internacionalistas do Bloco de Esquerda não podem limitar-se às questões europeias e do Médio Oriente. A eclosão e o desenvolvimento de lutas sociais e de processos políticos que forçosamente irão irromper no tecido social de outras zonas do globo deverão manter em alerta a atenção do Bloco, para permitir a antecipação de acções de solidariedade.

O Bloco de Esquerda, no quadro da sua posição internacionalista, afirma-se comprometido com todas as correntes socialistas que, no plano internacional, buscam uma alternativa socialista internacional liberta de todas as caricaturas liberais e totalitárias que a História regista. O socialismo porque lutamos precisa de democracia como o corpo humano necessita de oxigénio!

TESE 3:

O custo social da crise na Europa é intolerável, crescido a níveis até há pouco inimagináveis com os milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos. Apesar do "não" ao Tratado Constitucional, a actual presidência alemã da União Europeia recuperou o documento, vestindo-lhe, no entanto, uma nova "roupagem". O Bloco deverá continuar a bater-se por uma Constituição que nasça de um amplo debate democrático e por um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais.

A Europa pode jogar, nas relações internacionais, um papel político determinante, desde que seja capaz de gerar, em si própria, a mudança que ainda não foi capaz de operar, rejeitando, em absoluto, os nacionalismos.

A integração económica e política de três dezenas de estados é uma incontornável aquisição da civilização, mas o seu modelo de unificação está, pelo menos, aparentemente, esgotado. O Pacto de Estabilidade, que tem imposto restrições orçamentais completamente cegas, tem vindo a destruir o "contrato social" que deu origem à ideia europeia.

O custo social da crise na Europa é intolerável, crescido a níveis até há pouco inimagináveis com os milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos. Apesar do "não" ao Tratado Constitucional, a actual presidência alemã da União Europeia recuperou o documento, vestindo-lhe, no entanto, uma nova "roupagem". O Bloco deverá continuar

a bater-se por uma Constituição que nasça de um amplo debate democrático e que tenha o seu corolário na eleição, por todos os povos europeus, por sufrágio universal, directo e secreto de uma Constituinte Europeia. O projecto europeu pelo qual o Bloco de Esquerda luta é herdeiro das melhores tradições da esquerda socialista europeia que, no final da II Guerra Mundial, apelou à constituição dos Estados Unidos Socialistas da Europa, chegando mesmo a criar um movimento europeu com esse objectivo. Uma Europa baseada no pleno emprego e nos direitos sociais precisa também de definir a sua organização. O Bloco não pode subsidiar a “base comum e renovada” que a Declaração de Berlim prevê adoptar até às eleições para o Parlamento Europeu de 2009, na medida em que ela não respeita a mais elementar regra do jogo democrático, a vontade livremente expressa dos cidadãos. O Bloco de Esquerda quer a refundação democrática e social da Europa num quadro de adesão livre, igual e voluntária de cada Estado.

As tomadas de posição dos directórios de Bruxelas vêm no seguimento da aceitação passiva pelos diferentes Estados do Pacto de Estabilidade, que constituiu um dos factores mais visíveis da crise europeia, pela imposição cega da competitividade como lei entre economias com diferenças de escala assinaláveis.

TESE 4:

A maioria absoluta do PS nas eleições legislativas e a vitória, à primeira volta, de Cavaco Silva nas presidenciais introduziram um novo paradigma na vida política portuguesa.

A nível interno, a maioria absoluta do PS nas eleições legislativas e a vitória, à primeira volta, de Cavaco Silva nas presidenciais introduziram um novo paradigma na vida política portuguesa.

Em Fevereiro de 2005, o Partido Socialista obteve, pela primeira vez, a maioria absoluta na Assembleia da República. Não foi a queda de um mito – como José Sócrates, então, afirmou –, mas foi um novo e importante facto político.

O PS beneficiou, é certo, da trapalhada em que o país tinha mergulhado com o Governo PSD/PP liderado por Santana Lopes, e os eleitores manifestaram, como nunca, uma vontade de mudança à esquerda, o que também fica claro pela expressão da votação nos partidos à esquerda do próprio Partido Socialista (PCP, 7,56%, e Bloco de Esquerda, 6,38%).

Mas o PS beneficiou, sobretudo, de uma operação de marketing sem precedentes através dos fóruns “Estados Gerais” e, depois, da organização revista e actualizada das “Novas Fronteiras”. Reunindo em fórum – que se apresentou como o ponto de partida para a definição da linha-motriz do que viria a constituir o programa eleitoral de José Sócrates – inúmeras figuras do partido e fora dele, o PS criou uma dinâmica de confiança e de debate político interno sem

precedentes, conferindo-lhe um “caldo” de cultura política que, no imediato, teve efeitos práticos. Muito desse “caldo” entornou-se pelo caminho, mas o objectivo supremo da maioria absoluta foi alcançado. O Bloco não foi capaz de travar a tentação dominadora e imperial.

Em Janeiro de 2006, Cavaco Silva obteve, à primeira volta, a vitória nas eleições presidenciais. Foi a queda de um mito, aqui sim, já que pela primeira vez desde o 25 de Abril de 1974 a Direita conseguiu eleger um presidente da República. Pela primeira vez, também, a Direita apresentou-se com um único candidato, concentrando todos os esforços na sua bandeira de referência dos anos 80, que, como líder do PSD, conquistou duas maiorias absolutas parlamentares.

Nestas eleições, a Esquerda foi duramente penalizada. Na área do PS surgiram dois candidatos – o que trouxe à evidência, e da pior forma, as divisões internas cavadas pela deriva liberalista de um só ano de Governo de José Sócrates –, e Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã apenas lograram capitalizar resultado semelhante ao da votação dos seus próprios partidos nas legislativas de um ano antes.

As presidenciais mostraram, também, com o aparecimento da candidatura de Manuel Alegre, a força que uma alternativa social e transversal das esquerdas pode conquistar na sociedade portuguesa. Faltaram à candidatura de Alegre ideias políticas claras, já que, em última instância, foi uma candidatura que tinha a ver com as guerras internas do PS, mas, no plano social, demonstrou ser altamente viável e urgente uma alternativa social e anti-liberal nascida de um projecto de transversalidade social e política, na linha de outras experiências como a de Otelo Saraiva de Carvalho e de Maria de Lurdes Pintasilgo.

O princípio de soluções globais para problemas globais também aqui tem razão de ser. Depois de ter conseguido, durante anos, marcar e impor a sua própria agenda política, o Bloco de Esquerda incisivo, arrojado, criativo e destemido praticamente desapareceu. Por isso, o Bloco de Esquerda deve promover, de imediato, um longo e profundo debate/fórum político – as Conferências da Esquerda Nova – alargado para além da sua restrita área de influência directa, descomplexado, e que aprofunde exaustivamente os grandes eixos dos problemas nacionais, do qual sejam retiradas grandes linhas orientadoras de soluções políticas. Será possível, deste modo, lançar as bases de uma Esquerda Nova, com ideias inovadoras e arrojadas, mas também credíveis e plausíveis, que possibilitem ao Bloco de Esquerda, a médio/longo prazo, afirmar-se, inquestionavelmente, como uma alternativa real de poder e impedir a repetição da maioria absoluta do PS nas eleições legislativas de 2009. Esse mesmo debate/fórum deverá permitir, ainda, que a Esquerda alternativa em que nos inserimos consiga impor um candidato que, de facto, trave Cavaco Silva nas eleições (pebliscito?) para o seu segundo mandato.

TESE 5:

A ofensiva neo-liberal tem beneficiado de políticas que se julgavam mais adequada à acção do PSD do que propriamente a um Governo PS. A sanha reformadora do Governo Sócrates tem acentuado, em todos os sectores em que interveio, as desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

A ofensiva neo-liberal tem beneficiado de políticas que se julgavam mais adequada à acção do PSD do que propriamente a um Governo PS. A sanha reformadora do Governo Sócrates tem acentuado, em todos os sectores em que interveio, as desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

Na própria Administração Pública, o Governo prepara e anuncia despedimentos cegos, substituindo funcionários públicos por avençados e prestadores de serviços. A reforma do sector não pode ser feita contra as pessoas, antes com elas.

Se dúvidas existirem, e sem querermos ser exaustivos, pu-se-se pela memória recente da intervenção governamental nas seguintes áreas:

Trabalho – a aplicação estrita do Código de Trabalho, implementado por Bagão Félix no anterior Governo PSD/CDS, que, ao fim e ao cabo, impõe, unilateralmente, a destruição das convenções colectivas de trabalho nos sectores público e privado. O que significa isto? Que a amplitude política da intervenção do movimento sindical, no sector privado, foi radicalmente limitada e, portanto, este último, teve de se adaptar, numa posição enfraquecida, à nova situação; e, conseqüentemente, que a acção sindical no âmbito da Administração Pública seja vista, hoje, como o último, e cada vez mais fraco, ténue, campo de intervenção sindical e reivindicativo. A questão do desemprego, que o Bloco de Esquerda tentou abordar com alguma profundidade aquando da Marcha pelo Emprego, deverá continuar a merecer toda a nossa atenção, pelas enormes implicações que tem no tecido social do país. O Bloco de Esquerda deve assumir esta questão, assim como a da precariedade, como bandeiras de luta permanente, e não as deixar cair. A realidade dos trabalhadores precários, dos recibos verdes, jovens licenciados sem trabalho, em suma, a chamada geração dos 500 euros, constitui uma barreira quer às perspectivas de futuro dos jovens, quer à capacidade reivindicativa dos mesmos.

Salário mínimo e “recibos verdes” – a indignidade do salário mínimo nacional que, de tão mínimo, não respeita qualquer vislumbre de qualidade de vida. A generalização perversa dos “recibos verdes”, usados como substituição do contrato de trabalho, e que deixam os trabalhadores fora de qualquer contrato social: sem férias, nem protecção social, nem subsídio de desemprego.

Segurança Social – a degradação social e generalizada da solidariedade inter-geracional, privilegiando a acção individualista, em detrimento da acção de grupo ou colectiva.

Sobretudo nas classes sociais mais beneficiadas, e ainda com alguma capacidade de livre escolha social e financeira, que opções lhe oferece o Estado neste preciso momento? À excepção dos seguros de poupança-reforma, de reforma e de complemento de reforma – todas, curiosamente, nas mãos de poderosos interesses financeiros, leia-se, empresas seguradoras –, o que sobeja é o deserto. Com a agravante de, sobre todos os que têm capacidade produtiva, imperar a ameaça, real!, de na idade da reforma não virem, sequer, a ser ressarcidos do apoio solidário para o qual, legal e legitimamente, contribuíram ao longo de uma carreira profissional. De qualquer modo, a cobertura (reforma, doença, invalidez) prevista, hoje, pela Segurança Social é calculada numa base insuficiente, já que se baseia em salários muito baixos – a alternativa seria fazer depender a cobertura social da base da riqueza produzida, em vez do salário auferido. A recente introdução no discurso político neo-liberal de conceitos como o da “flexisegurança” nada têm a ver com a realidade portuguesa, onde o Governo e os empregadores procuram uma cada vez maior flexibilidade para os direitos dos trabalhadores e uma cada vez menor cobertura de segurança para o desemprego. Um sector da sociedade que terá de merecer uma mais cuidada atenção e estudo, na busca de alternativas, é o dos socialmente excluídos. Os cerca de 400.000 desempregados constituem um grupo de risco de exclusão, e ninguém está imune a este flagelo. A própria condição de exclusão provoca o que se pode chamar de silenciamento social. Políticas sérias de reinserção social, não meras manobras caritativas, mas com viabilidade, deverão ser estudadas e defendidas.

Educação – As recentes estatísticas que mostram a subida dos índices de reprovação e abandono escolar, em alguns dos níveis de ensino, nos últimos anos, são a prova do falhanço político, na área da educação, dos sucessivos governos. Segundo o censo de 2001, 36% da população activa continua a possuir apenas o 1.º ciclo do Ensino Básico ou menos. Em 2004 só 21% da população activa tinha o Ensino Secundário completo, muito distante da média da OCDE de 67%. É bom lembrar que este gravíssimo problema de baixas qualificações não atinge apenas os mais altos níveis etários. Se tivermos em conta os empregados com menos de 35 anos, ou formados depois do 25 de Abril, verifica-se que representam 41,5% da população total empregada e que as suas qualificações são precárias.

Vivemos tempos marcados pela persistência de discursos críticos da Escola Pública que é vista como sorvedouro de dinheiros públicos, sem que se vejam os resultados. Na sua lógica, o Estado chegou ao limite máximo do investimento na Educação, o que desemboca no Orçamento de Estado de 2007 – dito de “qualificação dos portugueses” – com um corte de cerca de 5% em relação ao ano anterior. O peso da economia é, pois, cada vez mais sufocante e acentua a ideia de que a escola existe apenas para o mercado de trabalho introduzindo lógicas de competitividade entre escolas e de privatização.

A escola pública é o pulmão e o coração do Portugal democrático e uma condição na construção de uma sociedade verdadeiramente socialista.

Não se entende que o Governo incense, por palavras, a escola pública e simultaneamente desvalorize, profissional e socialmente, muitas vezes de um modo a raiar o grosseiro e o calunioso, a classe docente. O Governo começou por aviltar a imagem dos professores levando de arrasto a escola pública.

O Bloco de Esquerda denuncia uma visão da escola que se pauta pela lógica da empregabilidade e que encerra centenas de escolas por critérios puramente economicistas. A educação é muito mais do que isto, é também essencial a promoção de lógicas de valores, da cultura e de formação cívica e humana.

O Bloco de Esquerda deve pugnar pela construção de uma escola pública de qualidade para todos, formadora de cidadãos críticos e civicamente intervenientes, com capacidade de olhar e pensar a sociedade de modo a transformá-la num sentido mais justo e democrático.

Defendemos uma escola pública de qualidade que responsabilize todos os intervenientes. Defendemos uma nova reforma curricular que dê consistência e coerência a uma política de formação e real sucesso escolar, que centre a escolaridade obrigatória em conhecimentos essenciais e num desenvolvimento global do indivíduo. Defendemos uma escola que se responsabilize pelo percurso dos seus alunos. Defendemos uma escola inclusiva para todos, que invista no diagnóstico atempado, criando condições sérias de intervenção com vista ao desenvolvimento das potencialidades de cada um. A educação é um processo dinâmico e complexo que não se compadece com alterações apenas para marcar agenda – a continuarmos no caminho que levamos estamos condenados a manter uma escola longe daqueles objectivos.

Saúde – a destruição, pura e simples, do Serviço Nacional de Saúde (SNS). As alterações introduzidas pelo Governo Sócrates, em apenas dois anos, constituem o mais sério e conseguido assalto ao SNS, desde a sua implementação, por parte de poderosíssimos interesses e poderes económico-financeiros. A abertura do sistema público ao privado é tanto mais escandalosa quanto o acesso ao SNS está, cada vez mais, limitado ao pagamento de taxas e senhas absolutamente contrário ao instituído, e legislativamente reiterado, até, em 30 anos de Democracia, imagine-se!, pela própria Constituição!!! A promoção da saúde preventiva e a melhoria dos cuidados de saúde primários poderiam, a médio prazo, conseguir uma economia nos custos da saúde nada dispiciendos. Sempre defendemos a necessidade da rentabilização, com qualidade, dos serviços de saúde e outros, mas recusamos a rentabilização à custa dos utentes e da qualidade no serviço prestado.

Obras Públicas – Santana Lopes tentou acabar com as SCUT's, mas foi obrigado a recuar. O actual ministro das Obras Públicas recuperou o projecto mas, por agora, teve também ele de recuar. Até quando? É mais do que conhecida a tentação do Governo Sócrates em encontrar uma fonte de receitas extra transformando as SCUT's em auto-estradas sem que os utentes tenham, em muitos casos alternativa. E que dizer da trapalhada da OTA, quando as opções políticas são feitas, afinal, sem que existam e se conheçam estudos profundos que justifiquem uma escolha crucial para o país?

Justiça – depois de ter atingido o grau máximo na descredibilização, o sector continua na expectativa de melhores dias, apesar de alguns (aparentes) sinais positivos. A concentração das investigações, por sectores, na Procuradoria-Geral da República, a constituição como arguidos de alguns acusados de corrupção e o recente desencadear da luta contra as manobras racistas e xenófobas de grupos de extrema-direita podem deixar prever alguma melhoria. Apesar disso, o Bloco de Esquerda considera que o estado da justiça é um barómetro da situação a que chegou a reforma do aparelho de Estado.

O balanço, ao fim de dois anos de Governo Sócrates, é extremamente negativo. A afirmação do Bloco de Esquerda faz-se, também, pelo combate declarado e determinado às políticas neo-liberais que o PS tem adoptado.

TESE 6:

O objectivo estratégico do Bloco é a luta pelo socialismo, através da conquista de uma maioria social apostada na modernização alternativa do país.

Hoje, como ontem, o objectivo estratégico do Bloco é a luta pelo socialismo, através da conquista de uma maioria social apostada na modernização do país. O Bloco de Esquerda tem de ser portador de propostas fortes que se assumam como um sinal de esperança de uma iniciativa política alternativa.

A construção de um novo programa para a Esquerda continua a ser um processo longo, superando sectarismos e sintetizando, na esfera política, o melhor que os diferentes activismos existentes na sociedade têm para oferecer. Por isso, o Bloco de Esquerda tem de procurar intervir em todas as frentes de luta que se venham a desenrolar, com vista a dar-lhes conteúdo político e a credibilizar-se junto das populações. O socialismo não pode continuar a ser uma bandeira de luta mais ou menos teórica, antes uma preocupação presente em todas as propostas. E a esquerda continuará sem alternativa enquanto a sua maioria continuar a aceitar o continuismo. A política do Governo Sócrates aí está para o comprovar.

Essa Esquerda Nova tem de se solidificar na tradição de combatividade social de todos os movimentos que fize-

ram a história da resistência e da revolução do 25 de Abril e, por isso mesmo, quer alargar, modernizar e aprofundar esse combate. Uma esquerda reduzida à nostalgia é, inevitavelmente, perdedora nos confrontos com a direita. Impedir, ou dificultar, o debate democrático em nome da razão burocrática enfraquece e esvazia a esquerda. E, por isso, volta a ser determinante, agora como nunca nos últimos oito anos, acompanhar a chamada agenda política ao mesmo tempo que se define e determina a dita agenda, "correr por fora".

O Bloco de Esquerda considera que a participação social e cidadã é fundamental, vital, para se conseguir uma democracia com mais qualidade. O que temos é uma democracia dominada pela hiper-parlamentarização, que funciona como autêntica rolha a qualquer participação social. Por isso, o Bloco de Esquerda considera urgente descentrar o debate a nível nacional, das paredes do Parlamento para o plano social. Os cidadãos, enquanto trabalhadores, contribuintes e consumidores, têm o direito de participar e decidir directamente, para além do excesso de representativismo em que caiu a democracia portuguesa.

Um desenvolvimento sustentado que integre o país no seu total é indispensável para combater as assimetrias regionais, que existem e se aprofundam.

A promoção de políticas de defesa do ambiente terá de merecer de todos os activistas do Bloco de Esquerda um estudo atento e sério, não por uma questão de moda, mas porque as alterações climáticas estão a fazer sentir aos cidadãos que é necessário fazer qualquer coisa para impedir a continuação da delapidação dos recursos do planeta, nomeadamente a água potável.

A existência de eleitos do Bloco em tantas autarquias pode e deve facilitar a criação de redes de activismos nesse sentido.

Uma conseqüente política ecológica é um desafio a uma alteração radical de políticas, sociedade e modos de vida, em última análise incompatível com a sociedade da depredação, mercado e lucro. No mínimo, exige daquele uma regulação profunda a nível local e mundial.

Não podemos gritar que o que há a fazer é global – as reduções da produção de CO₂ à escala mundial, imposições globais à indústria automóvel, a interdição dos 4x4 – nem tão pouco individual – ir para o trabalho de autocarro (mesmo onde não há autocarro) a lâmpada economizadora, a água da sanita, etc. Posições extremas, por vezes quase caricaturais, dos que acabam por assim desculpabilizar a sua própria inacção, por incapacidade ou falta de convicção.

Não é possível verberar a destruição da floresta tropical e ignorar a destruição da floresta temperada, pela industrialização e urbanização sem limites da civilizada e hiper industrializada Europa, nomeadamente, ou, na vertente

nacional, pela sujeição à eucaliptização ou a rendição aos desastrosos (mas rentáveis para alguns...) fogos sazonais.

Podemos e devemos começar por aqui. O país pode e deve dar passos inovadores, fazê-lo é ganhar tempo, é estar à frente, é lutar por políticas diferentes, mais justas e potencialmente mais equitativas (igualitárias até).

Defender os transportes públicos, pensando as suas redes e ligações – debatendo, para tomadas de posição conscientes, informadas e participadas, nomeadamente as opções em relação ao novo aeroporto de Lisboa, via férrea, TGV, planos rodoviários, grandes opções de políticas agrícolas e florestais ou turísticas...

Defender o crescimento moderado das cidades, vilas, aglomerados. Defender a recuperação dos centros existentes, de uma forma descentralizadora e equilibrada no todo do território nacional. Pensando o território também nas suas potencialidades agrícolas e florestais, não nos rendendo à inconsequente PAC europeia, criadora de uma classe agrária elitista e subsídio-dependente.

O mundo rural é ainda (talvez por pouco mais tempo) um manancial de conhecimentos, um património cultural e humano ainda vivo, um potencial de qualidade de vida e de rentabilidades inaproveitadas pelo mercado e pela inteligência urbana, rendida ao hipermercado, ao McDonald ou ao "shopping center".

As novas vias de comunicação, as novas formas de comunicação e interligação, são um factor potencializador de um renascimento rural que deve ser apoiado – não fechando escolas, hospitais, tribunais, serviços... –, nomeadamente desenvolvendo a agricultura biológica, não a industrializada, apoiando as pequenas unidades, a criação de gado, promovendo o ordenamento, renovação, desenvolvimento e aproveitamento da floresta autóctone, eventualmente apoiando e promovendo o desenvolvimento do turismo rural, que apoie efectivamente todos os interessados e não apenas os que tem acesso aos "corredores dos ministérios" ou a parecerias multinacionais.

Defender políticas energéticas alternativas, originárias de várias fontes, eventualmente descentralizadas, renováveis e amigas do ambiente – concretizando, também aqui, um amplo estudo e debate para as várias escolhas: esta ou aquela barragem, grandes campos de eólicas, microgeração, um modelo centralizado ou concorrencial, essencialmente público ou privado (a EDP como monopólio, como sociedade cotada em bolsa ou nacionalizada? existência de outros produtores/distribuidores?), apenas pensando no território nacional ou abordando realisticamente a península ou a raia fronteiriça como uma entidade a ter em conta?

É possível e urgente uma alternativa ecológica para o desenvolvimento nacional e local, sem esquecer nem ficar à espera das grandes mudanças globais, igualmente necessárias.

TESE 7:

A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exige um nível superior de organização e activismo de base. A V Convenção tem de ser capaz de criar, de facto, uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizadora, emancipatória e eficiente que responda à participação de actuais e novos aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais.

As linhas de orientação adoptadas na IV Convenção do Bloco de Esquerda mantêm-se, à distância de dois anos, integralmente actuais. No entanto, a sua releitura deixa alguma insatisfação: oito anos depois da sua formação, o Bloco de Esquerda tem ainda um longo caminho a percorrer em matéria de organização.

Face à actualidade dos argumentos, o essencial da tese 12 aprovada pela IV Convenção é aqui reproduzida:

“O Bloco propõe-se fazer o que é mais difícil: responder a uma crise de civilização, criando novas sintonias entre a esquerda política e os movimentos sociais, reconstruindo a capacidade de combate, de democracia, de diversidade e alternativa do campo popular.

A socialização destas novas culturas políticas, do movimento operário, das lutas contra a guerra, dos movimentos culturais, das afirmações identitárias, do cruzamento das diversas agendas políticas de uma esquerda europeia e global, tem uma condição: a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender, viver e representar as lutas sociais. O código genético do Bloco de Esquerda é o pluralismo e a abertura, e só assim pode assumir a responsabilidade de representar a vontade de centenas de milhares de pessoas. A primeira condição do crescimento do Bloco é a sua fidelidade a esta matriz original.

Para a construção do Bloco de Esquerda, como uma alternativa política para todos os que em oposição ao governo PS querem combater o desemprego, a precariedade laboral, a privatização do ensino, a exploração e opressão capitalista, é fundamental organizar na base os milhares de apoiantes jovens, estudantes e trabalhadores precários, trabalhadores, imigrantes, e demais activistas de movimentos sociais.

A organização e intervenção diária dos apoiantes do BE nas empresas, nas escolas, nos bairros, constituindo núcleos de intervenção organizada no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores, no movimento estudantil e nas Associações de Estudantes, é a base sólida para a construção de uma alternativa política socialista e popular.

Mas a construção do Bloco de Esquerda como uma corrente socialista de grande influência popular exige igualmente uma mudança muito importante: o reforço e transformação profundos do nível de organização social e o alargamento massivo do activismo de base. Essa é a grande tarefa organizativa que decorre desta Convenção: criar uma nova cultura de organização, uma

estrutura de trabalho descentralizada e eficiente que responda à participação de milhares de aderentes, como reforço das estruturas distritais e concelhias democraticamente eleitas”.

É um facto que o Bloco de Esquerda deu alguns passos positivos, mas a nova cultura de organização exige muito, muito mais. A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exige um nível superior de organização e activismo de base. A V Convenção tem de ser capaz de criar, de facto, uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizadora e eficiente que responda à participação de actuais e novos aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais. Desde já, a criação de rotinas e responsabilidades de organização:

– a participação dos aderentes que constituem a rede de intervenção social do Bloco;

– a responsabilização individual das pessoas eleitas por pelouros concretos, nas coordenadoras regionais e distritais, e também nos órgãos nacionais, permitindo a clareza da prestação de contas e suporte do trabalho colectivo;

– a criação de um centro organizativo mais articulado para o apoio às regiões e a organização de iniciativas nacionais, reforçando os recursos humanos e materiais implicados directamente na organização distrital e regional e na coordenação das intervenções sociais;

– a organização de campanhas políticas que marquem a identidade e a capacidade de diálogo do Bloco, nomeadamente sobre o Tratado Europeu e o referendo à regionalização;

– uma campanha de adesão política e não burocrática, com vista a um crescimento da capacidade de intervenção do Bloco de Esquerda a todos os níveis, locais, regionais e nacionais;

– a criação de condições para uma rápida e eficaz troca de informação entre os diferentes activismos, visando uma maior interacção e, conseqüentemente, uma melhor coordenação; só o debate interno, amplo e plural dará ao Bloco de Esquerda a capacidade de intervir e afirmar posições alternativas às opções do poder;

– no Bloco de Esquerda tem de começar a ser prioritária a participação ao invés da representação, porque só assim os activistas se sentirão presentes em todas as tomadas de posição do Bloco de Esquerda e as assumirão, ou não, como também sendo suas;

– teremos que desenvolver um grande esforço para que a todos os activistas sejam dadas iguais condições no acesso à informação, à discussão política e à formação. É sabido que na génese do Bloco de Esquerda pré-existiram organizações

políticas que se mantêm. Nada a objectar, mas, entretanto aderiram ao Bloco de Esquerda inúmeros activistas que nada têm a ver com essas organizações e que se podem sentir marginalizados pelo facto de terem muito mais dificuldades em ver respeitados os seus direitos como aderentes de pleno direito;

– criação das condições para que se desenvolvam hábitos de crítica construtiva entre os aderentes (debates abertos sobre temas correntes, etc.);

– deverão ser tomadas medidas para que todos os aderentes tenham igualdade de oportunidades no acesso ao movimento de ideias que atravessam a Esquerda quer a nível nacional, quer internacional (publicações, etc.).

É dessa transformação e só dela que depende o avanço na solução da crise de direcção para a Esquerda e para o país. O Bloco de Esquerda deve assumir-se como interveniente num programa alternativo para essa esquerda socialista, moderna, cosmopolita, popular e socialmente comprometida, permanentemente aberto às ideias e opiniões, as mais diversas.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO D "O BLOCO POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA"

Paulo F. Silva

Ana Lúcia Dias Garcia

Avelino Domingos Ribeiro Garcia

Carlos Maria Miranda Mota

Cecília Augusta Moutinho Silva

Dulce Cristina Coelho Resende Ramos

Gonçalo Manuel Lemos Reis Torgal

Inês Lúcia Santos Moura

Isabel Maria de Sousa Hortas

João Luís Ferreira Queirós

João Pedro Moreira Freire

Jorge António Caetano Santos

José Fernando Oliveira Basto

José Joaquim Ferreira dos Santos

Mafalda Sofia Dias Garcia

Margarida Castro Felga Pinho

Maria da Graça Ferreira Ribeiro Pinto

Maria Moura Castro Felga

Miguel Jorge Purificação Andrade

Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

Guião de Votações

(os pontos novos ou com alterações estão em *itálico*)

Artigo 1º

Definição e objectivos

1 – O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãs e cidadãos que assume a forma legal de partido político.

2 – O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de carácter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião ou de condição.

3 – O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de acção política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

Artigo 2º

Símbolo

1 – O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 – Na actividade regular do Movimento, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.

Artigo 3º

Aderentes

1 – São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelas organizações competentes, no prazo máximo de 60 dias.

a) Para efeito do número 1 consideram-se competentes, em todo o território nacional, os Núcleos e, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras distritais e regionais ou, na ausência destas, a Mesa Nacional, sendo sempre possível recurso de decisão negativa para a instância superior.

2 – Cada aderente fica vinculado a um distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiado.

3 – Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para os residentes no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.



VOTO 1 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Art. 3º Aderentes

1 – São aderentes (...) devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 – (novo) Excedido o prazo previsto no número anterior a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 – Para efeitos do número 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respectivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

Qualquer decisão negativa é passível de recurso para a Comissão de Direitos.

4 – Anterior nº 2.

5 – Anterior nº 3.

Artigo 4º

Direitos dos Aderentes

1 – São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) Participar democraticamente na definição da política do Movimento e nas suas actividades.
- b) Eleger e ser eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento.
- c) Ser informado sobre a actividade do Movimento.
- d) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Movimento.

2 - O exercício dos direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da contribuição anual, quando não seja dispensada nos termos da alínea a), do número 3 do artigo 5º.



VOTO 2 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Art. 4º Direitos dos Aderentes

(...)

2 – O exercício dos direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 4 do artigo 5º



VOTO 3 - PROPOSTA DE ANTÓNIO GROSSO, CRISTINA PORTELLA, DANIEL ARRUDA, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, JOÃO DELGADO E JOÃO PASCOAL

Artigo 4º Direitos dos Aderentes

1 – São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) IGUAL
- b) IGUAL
- c) IGUAL

NOVO d) Ser informado da abertura de concursos para cargos profissionalizados no Movimento, bem como das respectivas regras e condições de acesso.

e) ANTIGO d)

Artigo 5º

Responsabilidades dos Aderentes

- 1 – Promover os objectivos políticos do Movimento e actuar civicamente em conformidade.
 - 2 – Cumprir os Estatutos.
 - 3 – Contribuir para o financiamento das actividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.
- a) O pagamento da quota anual pode ser dispensada, por decisão dos órgãos distritais ou regionais competentes, em caso de impossibilidade económica pessoal.



VOTO 4 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Art. 5º Responsabilidades dos Aderentes

(...)

4 – (anterior n. 3 alínea a)

No caso de impossibilidade económica pessoal, o pagamento da quota anual pode ser dispensado, por decisão da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional competente.



VOTO 5 - PROPOSTA DE ANTÓNIO GROSSO, CRISTINA PORTELLA, DANIEL ARRUDA, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, JOÃO DELGADO E JOÃO PASCOAL

Artigo 5º - Responsabilidades dos Aderentes

1 – IGUAL

NOVO 2 – Participar na actividade política do Movimento, integrando-se num dos órgãos previstos no Artigo 7º.

2 – IGUAL

3 – Contribuir para o financiamento das actividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades, podendo, em casos justificados, ser esse valor inferior ao aprovado pela Mesa Nacional.

a) IGUAL

Artigo 6º

Sanções

1 – Aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

a) Advertência;

b) Exclusão.

2 – A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

a) A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

3 – Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicados pela Mesa Nacional.

4- As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento.



VOTO 6 - PROPOSTA DE MIGUEL INOCÊNCIO

Artigo 6º - Sanções

1 – Aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

- a) Advertência;*
- b) Exclusão; (imediata suspensão de qualquer cargo que esteja a ser exercido no partido e/ou c cargo politico em que tenha sido eleito por lista do Bloco de Esquerda)*
- c) Expulsão; (expulsão do partido)*

2 – A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos

a) A sanção de exclusão e expulsão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

(...)

Artigo 7º

Órgãos

1 – São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;**
- b) A Comissão de Direitos;**
- c) A Mesa Nacional;**
- d) A Comissão Política;**
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;**
- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;**
- g) Os Núcleos.**



VOTO 7 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Artº 7º Órgãos

São órgãos do Bloco de Esquerda:

(...)

- g) As Assembleias Concelhias*
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias*
- i) (anterior g)) Os Núcleos*

Artigo 8º

Convenção Nacional

1 – A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 – O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.

3 – A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objectivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

4 – A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento dos aderentes.



VOTO 8 - PROPOSTA DE ANTÓNIO GROSSO, CRISTINA PORTELLA, DANIEL ARRUDA, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, JOÃO DELGADO E JOÃO PASCOAL

Artigo 8º - Convenção Nacional

1, 2 e 3 – IGUAIS

NOVO 4 - A Convenção Nacional vota a adesão, suspensão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações de âmbito supranacional.

5 – ANTIGO 4

Artigo 9º

Comissão de Direitos

A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;
- b) Apreciar e controlar as contas da actividade bem como das campanhas eleitorais;
- c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
- d) Deliberar sobre recursos, nos termos do art.º 6º.



VOTO 9 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Artº 9º Comissão de Direitos

(...)

d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do artº 3º e do artº 6º.

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 – A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento.

2 – A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direcção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política.

3 – É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da contribuição anual a pagar por todos os aderentes.

4– São competências da Mesa Nacional a ratificação das listas de candidatura do Movimento, a cargos públicos electivos, sob proposta das Assembleias Distritais e Regionais, bem como a definição das linhas de orientação política dos eleitos.



VOTO 10 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Artigo 10º - Mesa Nacional

(...)

3 – É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual a pagar por cada aderente.

4 – Compete à Mesa Nacional ratificar as listas de candidatura do Movimento a cargos públicos electivos, sob proposta das Assembleias Distritais ou Regionais, bem como a definição das linhas

de orientação política dos eleitos, salvo o disposto no número seguinte.

5. (novo) Tratando se de eleições para os órgãos das autarquias locais a Mesa Nacional pode avocar para ratificação as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, sob proposta das Assembleias Concelhias..

Artigo 11.º

Comissão Política

A Comissão Política, órgão que assegura a direcção quotidiana do Movimento, pode eleger um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

Artigo 12º

Assembleias Distritais e Regionais

1 – As Assembleias Distritais e as Assembleias Regionais são os órgãos a quem compete dirigir, nos termos do n.º 2 do art.º 3º, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a actividade política do Bloco de Esquerda.

2 – As Assembleias Distritais e Regionais elegem Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, com mandatos até 2 anos, e decidem sobre as formas de organização de âmbito sub-distrital ou sub-regional, competindo-lhes ratificar a constituição de estruturas concelhias, por proposta de núcleos ou das Coordenadoras Distritais ou Regionais.

3 – As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais podem eleger, de entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de coordenação executiva.

4 – Compete às Assembleias Distritais e Regionais organizar a eleição dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respectivo Regulamento.

5 – Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos electivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.



VOTO 11 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Artigo 12º - Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias

1 – As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são compostas pelos aderentes respectivos e compete lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a actividade política do Bloco de Esquerda.

2 – As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias elegem as respectivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

3 – (anterior nº 5)

4 – (novo) Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.



VOTO 12 - PROPOSTA DE PAULO MARTINS

Artigo 12º - Assembleias Distritais e Regionais

(..)

6 – As Assembleias Distritais e Regionais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 3 vezes por ano.



VOTO 13 - PROPOSTA DE ANTÓNIO GROSSO, CRISTINA PORTELLA, DANIEL ARRUDA, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, JOÃO DELGADO E JOÃO PASCOAL

Artigo 12º - Assembleias Distritais e Regionais

5 – IGUAL

NOVO 6 – *Os aderentes podem propor listas alternativas com qualquer número de nomes, resultando a composição das listas de candidatura da aplicação do Método de Hondt, corrigido pelo critério da paridade.*

NOVO 7 – *As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias reúnem com intervalo máximo de seis meses.*

Artigo 13.º

Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais

1 – As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais são os órgãos máximo no respectivo âmbito, no período compreendido entre duas Assembleias Distritais ou Regionais com capacidade eleitoral.

2 – Nos termos do mandato conferido pelas Assembleias Distritais ou Regionais respectivas, compete-lhes dirigir, de acordo com a política do Movimento, a actividade do Bloco de Esquerda.

2 – As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais podem eleger entre os seus membros, para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações, um Secretariado.



VOTO 14 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Artigo 13º - Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias

1 – *As Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias exercem o mandato conferido pelas Assembleias que os elegeram, dirigindo no respectivo âmbito, e de acordo com a política do Movimento, a actividade do Bloco de*

Esquerda.

2 – *As Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.*

3 – *(novo) Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respectivo Regulamento.*



VOTO 15 - PROPOSTA DE ANTÓNIO GROSSO, CRISTINA PORTELLA, DANIEL ARRUDA, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, JOÃO DELGADO E JOÃO PASCOAL

Artigo 13º - Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais

NOVO 4 – *As Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias reúnem, no mínimo, mensalmente.*

Artigo 14.º**Organizações Regionais Autónomas**

- 1- Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Movimento dispõe de organizações com Estatutos próprios.
- 2- Os Estatutos das organizações autónomas, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional e prevêem autonomia política, organizativa e financeira nos respectivos âmbitos regionais.
- 3- As organizações autónomas são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

Artigo 15º**Núcleos**

- 1 – Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais, com ratificação e no contexto da estrutura distrital ou regional, reúnem em plenários convocados nos respectivos âmbitos e se organizam como melhor entendem.
- 2 – Nas actividades do Núcleo podem participar não aderentes.

**VOTO 16 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL**

Artigo 15º - Núcleos

- 1 – Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respectivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.
- 2 – A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.
- 3 – (anterior no 2.)

**VOTO 17 - PROPOSTA DE RICARDO SEQUEIROS COELHO**

Artigo 15º - Núcleos

- 1 – (...)
- 2 – A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, no prazo máximo de 30 dias.
- 3 – (...)

**VOTO 18 - PROPOSTA DE ANTÓNIO GROSSO, CRISTINA PORTELLA, DANIEL ARRUDA, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, JOÃO DELGADO E JOÃO PASCOAL**

Artigo 15º - Núcleos

Núcleos

- 1 – IGUAL
- 2 – NOVO Os núcleos podem ser por freguesia, por local de trabalho/categoria profissional e por local de estudo, sendo-lhes conferidos idênticos direitos e deveres, inclusive no âmbito do regulamento do processo preparatório das convenções nacionais.
- 3 – ANTIGO 2

Artigo 16º**Grupos de Trabalho**

1 – Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do Movimento, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou sectoriais.

2 - Nas actividades dos grupos de trabalho podem participar não aderentes

**VOTO 19 - PROPOSTA DE RICARDO SEQUEIROS COELHO**

Artigo 16º - Grupos de Trabalho

1 – Por decisão de um ou vários órgãos do Movimento ou de um mínimo de cinco aderentes podem constituir-se Grupos de Trabalho, para debate e acção política, assim como eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou sectoriais. Os Grupos de Trabalho reúnem em plenários convocados nos respectivos âmbitos e organizam-se como melhor entendem.

2 – A constituição dos Grupos de Trabalho está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, no prazo máximo de 30 dias.

3 – (anterior nº2)

Artigo 17º**Conferências Nacionais**

A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.

**VOTO 20 - PROPOSTA DE ANTÓNIO GROSSO, CRISTINA PORTELLA, DANIEL ARRUDA, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, JOÃO DELGADO E JOÃO PASCOAL**

Artigo 17º - Conferências Nacionais

SUBSTITUIR POR

1 – A Mesa Nacional convocará três conferências, do Trabalho e Sindicalismo, da Juventude e Autárquica, destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações no respectivo âmbito, elegendo Coordenadoras Nacionais. Cada uma destas Conferências reunirá com intervalo máximo de dois anos.

2 – A participação nestas Conferências Nacionais é aberta, sendo que os aderentes para poderem participar nas votações têm de desenvolver a sua actividade organizada no respectivo sector, nos termos de Regulamento a aprovar pela Mesa Nacional.

3 – Poderão ser convocadas pela Mesa Nacional, ou por cinco por cento dos aderentes, outras Conferências de carácter sectorial.

4 – As decisões das Conferências Nacionais estão sujeitas a ratificação pela Mesa Nacional.

Artigo 18º**Sistema de Votação**

1 – As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respectivo órgão.

2 – Nos casos de votação para cargos e órgãos do Movimento, a eleição será sempre por voto secreto.

a) Nas votações de âmbito distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respectivos regulamentos.

3 – A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

4 – As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respectivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.



VOTO 21 - PROPOSTA DA MESA NACIONAL

Artigo 18º - Sistema de Votação

(...)

3 – anterior alínea a) do nº 2 com a seguinte redacção:

Nas votações de âmbito distrital, regional ou concelhio o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respectivos regulamentos.

4 – anterior nº 3. com a seguinte redacção:

A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 – anterior nº 4

Artigo 19º

Finanças

1 – As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 – As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas actividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 – A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objecto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

4 – Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável ao Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação do Tesoureiro, sujeito a ratificação pela Mesa Nacional;

b) Os tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respectivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 – O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

Artigo 20º

Casos Omissos

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.

PROPOSTA DE HORÁRIO E ORDEM DE TRABALHOS

SÁBADO

10h30

Início dos trabalhos, eleição da Mesa da Convenção Nacional e alocução de abertura

11h10

Votação do Regimento da Convenção

11h20

Moções de Orientação Política – apresentações, debate e votação

16h30

Apresentação das listas para os Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

DOMINGO

9h30

Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração

11h30 | Encerramento das urnas

Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

13h

Sessão de Encerramento



www.esquerda.net
O portal de notícias do Bloco